

MANOEL SOARES DE ARAGÃO
CELSINEIDE MENDES DE MOURA
MÁRCIA MACÊDO COSTA

ORGANIZADORES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2022

MANOEL SOARES DE ARAGÃO
CELSINEIDE MENDES DE MOURA
MÁRCIA MACÊDO COSTA
ORGANIZADORES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Dandara Goulart Mello
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os organizadores

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Todo o conteúdo desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos organizadores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

2022



Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F723 Formação de professores numa abordagem multidisciplinar [livro eletrônico] / Organizadores Manoel Soares de Aragão, Celsineide Mendes de Moura, Márcia Macêdo Costa. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-135-8

DOI 10.47402/ed.ep.b202218670358

1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação.
I. Aragão, Manoel Soares de. II. Moura, Celsineide Mendes de.
III. Costa, Márcia Macêdo.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro, Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br

2022



Apresentação

A presente publicação, sobre o eixo temático “Diálogos em Educação: Olhares multidisciplinares sobre a aprendizagem”, é constituída de artigos inéditos escritos por pesquisadores em formação do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Catalão – GO, UFCAT, do ano 2022. A Editora E-Publicar, a partir do seu conselho editorial, firma o compromisso de avaliar e validar os artigos ora apresentados, no sentido de valorizar os futuros pesquisadores e dar visibilidade às produções acadêmicas.

Epígrafe

Sem solidariedade, sem compaixão e sinergia, ninguém recupera as asas da águia ferida que carrega dentro de si. Um fraco mais um fraco, não são dois fracos, mas um forte. Porque a união faz a força. Uma asa mais uma asa não são duas asas, mas uma águia inteira que pode voar, ganhar altura e recuperar sua integridade e sua libertação.
(Leonardo Boff, 1997)

Introdução

A presente obra, é resultado de pesquisas e leituras que a cada dia vão se lapidando e ganhando forma, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja da própria construção do conhecimento dos autores em formação, os quais estão imbuídos do espírito de pesquisadores e por isso, trazem à tona, o desejo de publicar seus trabalhos, mesmo que estes ainda não tenham o rigor metodológico necessário, tão pouco, os resultados prontos e acabados de uma pesquisa, haja vista o caminho longo que ainda será percorrido pelos futuros pesquisadores e a certeza de que toda construção de um conhecimento é dialética, portanto, flexível, passiva de reflexão e de reconstrução.

Aqui não vamos atermo-nos a detalhes ou objeto de estudo de cada capítulo, haja vista que cada um deles, já traz em seu resumo e introdução, todas as informações necessárias para que o leitor visualize aquilo que gostaria de ler. Faremos apenas uma rápida apresentação de temáticas que direto ou indiretamente, assentam-se na formação docente e as principais concepções e teorias que fazem ou devem fazer parte conjunto curricular que forma o professor para a educação brasileira, em especial.

Assim, de modo geral, a obra composta com diferentes capítulos, aborda a pedagogia na perspectiva dos autores Kant, Dewey, Durkheim, Le Goff, e alguns outros teóricos da Filosofia, Sociologia e Psicologia que ajudaram a instrumentalizar as pesquisas ora apresentadas. Também traz reflexões e conceitos sobre a formação de professores no campo da Educação Especial. Assim como, contribuições de Dewey para a educação brasileira; de Paulo Freire, em sua importante obra: Pedagogia da Autonomia, a qual apresenta várias proposições de como ensinar.

Portanto, essa obra é dedicada a todos aqueles e aquelas que acreditam na educação como instrumento de transformação de uma sociedade; que acreditam na pedagogia da militância, na inquietação de educadoras e educadores que nos encham de esperança, mesmo diante do caos que assola a educação brasileira nos últimos anos. Somos sim, movidos pela utopia de dias melhores, pois ao bebermos na fonte de estudiosos como os nesta referenciados, é impossível não acreditar que dias melhores virão, mesmo que a duras penas.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
EPÍGRAFE	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	9
A PEDAGOGIA COMO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM NA SOCIEDADE MODERNA	9
DOI 10.47402/ed.ep.c202218751358	Celsineide Mendes de Moura Manoel Soares de Aragão
CAPÍTULO 2	23
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONCEITOS, CONTEXTOS E DESAFIOS.....	23
DOI 10.47402/ed.ep.c202218762358	Manoel Soares de Aragão Celsineide Mendes de Moura
CAPÍTULO 3	34
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	34
DOI 10.47402/ed.ep.c202218773358	Celsineide Mendes de Moura Manoel Soares de Aragão
CAPÍTULO 4	47
A TRAVESSIA DOS INTELECTUAIS DA IDADE MÉDIA NA PERSPECTIVA DE JACQUES LE GOFF E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE	47
DOI 10.47402/ed.ep.c202218784358	Márcia Macêdo Costa
CAPÍTULO 5	56
A EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CHAVE PARA O DEBATE PELO SUPREMO TRIBU- FEDERAL EM MATÉRIA DE AÇÃO DIRETA CONSTITUCIONAL E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	56
DOI 10.47402/ed.ep.c202218795358	Márcia Macêdo Costa
CAPÍTULO 6	64
DESINFORMAÇÃO E SOCIEDADE: EDUCAÇÃO PARA O PENSAMENTO REFLEXIVO DE JOHN DEWEY.....	64
DOI 10.47402/ed.ep.c202218806358	Leonardo Oliveira Costa Pedro Augusto Amorim Franco Weverton Oliveira da Silva Libanio
CAPÍTULO 7	75
JOHN DEWEY E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	75
DOI 10.47402/ed.ep.c202218817358	Leonardo Oliveira Costa Pedro Augusto Amorim Franco Weverton Oliveira da Silva Libânio

CAPÍTULO 8	88
EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA KANTIANA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO ATUAL.....	88
DOI 10.47402/ed.ep.c202218828358	Vânia Rocha de Oliveira Izaelen da Cruz Jacinto Borges
CAPÍTULO 9	97
O OLHAR DE PAULO FREIRE ACERCA DA REFLEXÃO À PRÁTICA EDUCATIVA E A GESTÃO ESCOLAR.....	97
DOI 10.47402/ed.ep.c202218839358	Débora Jacob Neto Barbosa Gesilane Alves de Oliveira Luciana Matos Candido Vieira
CAPÍTULO 10	104
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA A PARTIR DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE ANALISANDO OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	104
DOI 10.47402/ed.ep.c2022188410358	Débora Jacob Neto Barbosa Gesilane Alves de Oliveira Luciana Matos Cândido Vieira
CAPÍTULO 11	121
PAULO FREIRE: UM OLHAR VOLTADO PARA UMA PRÁTICA EDUCATIVA, TRANSFORMADORA E LIBERTADORA	121
DOI 10.47402/ed.ep.c2022188511358	Celine Cristina Silva Borges Nádia Carvalho Arcenio Fraga
CAPÍTULO 12	131
A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA(MENTE) BRASILEIRA	131
DOI 10.47402/ed.ep.c2022188612358	Lucas Weilor Batista Leite de Paula
CAPÍTULO 13	143
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: GÊNERO E SEXUALIDADE EM PAUTA.....	143
DOI 10.47402/ed.ep.c2022188713358	Cícero Barros Feitosa Filho
CAPÍTULO 14	155
A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA EM PRÁXIS.....	155
DOI 10.47402/ed.ep.c2022190314358	Gesilane Alves de Oliveira Luciana Matos Candido Vieira Débora Jacob Neto Barbosa
ORGANIZADORES	164

CAPÍTULO 1

A PEDAGOGIA COMO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM NA SOCIEDADE MODERNA

DOI 10.47402/ed.ep.c202218751358

Celsineide Mendes de Moura
Manoel Soares de Aragão

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as concepções e as epistemologias de educação em Immanuel Kant, John Dewey e Durkheim, considerado o posicionamento de cada um deles no que diz respeito à educação, à Pedagogia e outros fatos sociais do tempo em que viveram, e a relação desses fatos com a sociedade contemporânea, a partir da problemática: o que ainda se perpetua na sociedade moderna e o que é possível se pensar para as futuras gerações, principalmente em relação à educação? Conforme afirmativa de Kant (2012), o homem só se torna homem através da educação, por isso, tamanha preocupação do autor em pensar uma educação que forme as crianças para um estado futuro e não para o momento atual de cada sociedade. Da mesma forma, Dewey (2007), entende e afirma, o objetivo de a educação habilitar os indivíduos para dar continuidade à sua educação e à capacidade de desenvolvimento, ou seja, a formação não é um processo estanque, mas dialético e, portanto, contínuo. Durkheim (2013), no início da sua obra, conceitua a educação como uma coisa eminentemente social, a qual está associada a outros fatos, também sociais, o que justifica sua existência como instrumento necessário para todas as pessoas desde o nascimento. Assim, para além de contribuições marcantes nas áreas da Sociologia e da Filosofia, a educação foi sempre um tema de interesse dos referidos autores, haja vista a sua relação direta com as demandas da sociedade e principalmente pela necessidade de formação das pessoas para a vida de modo que possam construir autonomia e democracia conhecendo-se como sujeitos da própria história.

PALAVRAS CHAVE: Educação; Pedagogia; Formação.

INTRODUÇÃO

Ao se falar de formação de professores, Pedagogia, Sociologia e educação, geralmente, pensa-se logo nos clássicos que pesquisam e escrevem exclusivamente sobre escola, aulas e educação para crianças, jovens e adolescentes. Dificilmente, volta-se para obras de autores como Kant, Dewey, Durkheim e tantos outros que pesquisaram e se debruçaram sobre questões inerentes à educação e à formação de pessoas com vistas à construção de sociedades mais justas e mais igualitárias, portanto, essa é a principal razão para a escolha das obras dos autores mencionados. Aliás, apropriadamente, eles discutem a educação de um jeito muito profundo, apontam necessidades e desafios que precisam ser superados nas gerações sucessoras de tantas outras que viveram experiências importantes de acordo com o tempo e lugar dos fatos inerentes às sociedades. Os autores ora apresentados se preocupavam com a educação como prática intrínseca a outros fatos da sociedade, isto é, a formação das pessoas para além da instrução ou

de cumprimento de programas estabelecidos por instituições de estado, embora estendessem também que eram necessárias.

Durante o texto, atemo-nos a conceitos importantes de educação, Pedagogia, Sociologia e fatos sociais inerentes às citadas áreas, pois precisamos de muitas leituras para entendermos o seu universo rico e grandioso. Kant, Dewey e Durkheim que, mesmo profundos, em seus escritos, pareciam dialogar sobre a sociedade moderna em que vivemos, tal a proximidade existente entre os fatos, os desafios e a ineficiência da educação em formar cidadãos para o amanhã a partir do que se tem no agora.

Vale dizer, ainda, que algumas chaves ou frases teóricas dos autores marcaram nossa leitura, por isso apresentamos nessa fase introdutória do texto algumas delas, para motivar o leitor e ajudá-lo na compreensão das obras de cada um dos autores escolhidos. Kant afirma que “o homem só pode ser educado por homens, por homens que foram igualmente educados”. Nesse sentido, a educação é uma continuidade que perpassa gerações, as quais igualmente se formam, de acordo com o tempo e os espaços ocupados por elas.

Também acerca dos objetivos da educação Dewey (2007), afirma que “um objetivo educacional deve basear-se nas atividades e necessidades intrínsecas de determinado indivíduo a ser educado”. Ou seja, a educação acontece dentro de contextos e a partir de atividades que carecem ser desenvolvidas por aquele que se forma ou se educada. Nesse mesmo sentido, Durkheim (2013) esclarece que “novas necessidades e novas ideias surgem sem cessar, para poder responder às mudanças”. Nesse caso, mesmo em diferentes tempos, os autores tratam de temas muito atuais e que nos ajudam a compreender o percurso histórico da educação e suas alternâncias conforme as necessidades impostas pela sociedade.

Portanto, o texto está dividido em seções, de acordo com a obra de cada autor. A primeira seção aborda sobre a Pedagogia de Kant, modelos de educação e suas inferências e denotações acerca do papel da educação. A segunda, traz conceitos postulados por Dewey também sobre educação e seus objetivos, elaborando fortes críticas, ao entender que é um absurdo realizar objetivos elaborados por outros ou o próprio professor sem pensar nos alunos. E por último, o texto traz uma análise sobre a Pedagogia de Durkheim que aborda temas de educação, pedagogia e fatos sociais que estão diretamente dentro dos modelos de educação e formação de cada geração.

PEDAGOGIA A PARTIR DE UMA ANÁLISE KANTIANA

A palavra Pedagogia circula nas academias e nas mais remotas proposições de educação desde os primeiros estudiosos que viam a educação como uma necessidade para os homens, dada a diferenciação deste com outros animais. Na obra de Immanuel Kant “Sobre a Pedagogia”, o primeiro tópico frasal já sinaliza essas perspectivas ao afirmar que “o homem é a única criatura que tem de ser educada” (KANT, 2012, p. 9). Tal premissa ajuda a compreender que o homem “tem precisão de uma razão própria”; (KANT, 2012, p. 9). Ainda de acordo com o autor, “o homem só se pode tornar homem através da educação. Nada mais é que aquilo em que a educação o torna. É de notar que o homem só pode ser educado por homens que foram igualmente educados” (KANT, 2012, p.12).

Nesse sentido, a educação é condição para diferenciar o homem de outros animais e consequentemente, o educador dos demais, posto que quando lhe faltar “disciplina e instrução alguns homens podem se tornar maus educadores dos seus educandos”. (KANT, 2012, p. 12). Além dessas premissas, o referido autor, apresenta outras categorias, características advindas da educação e que torna o homem diferente das outras espécies, as quais podemos chamar de “cuidados” enquanto processos de formação, pois em sua visão, “quem não é cultivado é rude, quem não é disciplinado é selvagem” (KANT, 2012, p.12).

Dessa forma, o homem não disciplinado parece ser mais perigoso e maléfico para a sociedade, já que qualquer erro no processo disciplinador, não será recuperado. Pode parecer redundante, mas Kant (2012), chama a atenção repetidas vezes para a necessidade de o homem ser educado, isto é, cuidado, não somente de forma mecânica, mas de modo que possa criar mecanismos para desenvolver a natureza humana como meio para a sua destinação.

Ainda de acordo com o supracitado autor, “o mecanismo na arte da educação deve transformar-se em ciência senão nunca se tornará um esforço com nexos, e uma geração poderia arrasar o que outra já edificara” (KANT, 2012, p.16). Vê-se com isso que a educação necessita ser uma ciência, ou seja, não basta, na sociedade moderna, chamar de educação qualquer mera instrução técnica sem sustentação epistemológica sob o risco de ser implodida por gerações com ideologias contrárias ou mesmo sem o viés científico.

Kant (2012), acrescenta que como princípio da arte da educação, “as crianças devem ser educadas não para o estado presente do gênero humano, mas para um estado futuro, isto é, adequado a ideia de humanidade e à sua destinação integral” (KANT, 2012, p. 16).

Inicialmente, a ideia do estudioso era visionária e não se limitava aos acontecimentos de cada época, pois aquilo que parecia não ser ideal naquele momento, poderia vir a ser em dias

futuros e essa condição poderia formar o homem na sua totalidade com vistas a uma sociedade melhor. No entanto, o próprio Kant (2012), lista dois empecilhos que impediriam a formação do homem para a prosperidade. O primeiro, se traduz a partir do momento que os pais cuidam ou educam seus filhos apenas para justificar a sua existência no mundo. O segundo, é que os príncipes, nesse caso, os líderes de estado, consideram as massas ou os filhos apenas como “instrumentos dos seus propósitos” (KANT, 2012, 16).

Apesar de Kant ter vivido entre os anos 1724 e 1804, essa lógica no campo educacional continua viva em muitos cantos do mundo, principalmente em países que não têm sistemas de educação com vistas para o futuro, isto é, países que veem a educação como ameaça e, por isso, fazem-na para fins próprios.

Para o referenciado autor,

A instituição de escolas, por conseguinte, devia também depender meramente do juízo dos conhecedores mais esclarecidos [...] a aproximação gradual da natureza humana à sua finalidade é possível somente através do esforço de pessoas de inclinação mais amplas que se interessam pela perfeição do mundo e são capazes da ideia de estado futuro melhor (KANT, 2012, p. 18).

Na obra em ressalva, essa é uma das abordagens mais contundente e atual, pois exige que os rumos da formação humana, esteja sob o juízo de pessoas esclarecidas, que possam visualizar novos horizontes e conseqüentemente, tenham interesses mais amplos para melhorar não apenas o mundo em que vivem, mas o vindouro. Nesse sentido, Kant apresenta categorias ou modelos de formação necessários ao ser humano com os respectivos fins.

O ser humano tem necessidade de uma formação escolástica ou de instrução, a fim de se tornar apto a prossecução de todos os fins. Esta oferece-lhe um valor em atenção a si próprio enquanto indivíduo. Através da formação para a prudência, porém, é formado para cidadão, adquire então um valor público. Aprende então tanto a dirigir a sociedade civil para as suas intenções como adaptar-se a sociedade civil. Por fim, mediante a formação moral, recebe um valor em atenção a todo gênero humano (KANT, 2012, p. 27).

Na sociedade moderna, cabe refletirmos sobre cada uma dessas categorias educacionais e em qual delas nos enquadrados enquanto seres humanos, uma vez que os princípios do capitalismo nos condicionam para a formação escolástica com fins puramente individuais. Talvez tenhamos que nos posicionar em busca de uma formação para a “prudência”, já que essa proporciona um valor muito mais ampliado que abarca não somente as intenções pessoais, mas outras condições como a adaptação à sociedade civil regida por leis e regras. Ou ainda, associada à formação para a “prudência”, o homem necessite também da formação moral, que o forma com vistas a todos os aspectos daquilo que tange ao humano, isto é, não se limita a uma ou outra categoria.

A respeito da questão da formação humana, Kant traz em sua obra muitos exemplos acerca desse processo com a criança que acontece desde o nascimento. Algumas palavras podem ser entendidas como chaves para a compreensão dos conflitos inerentes ao homem como “a criança deve brincar, deve ter horas de repouso, mas também tem de aprender a trabalhar” (KANT, 2012, p.46). O autor também afirma que “a escola é uma cultura por coação. É extremamente nocivo que a criança seja habituada a considerar tudo como um jogo” (KANT, 2012, p.47). Aqui, duas situações merecem atenção na afirmação de Kant. Em primeiro lugar o fato de a escola ser “uma cultura por coação” nos ajuda a desmistificar a ideia de que ela nasce espontaneamente, que é extensão do lar da criança ou em outras palavras, “é a segunda casa”. Ora, a escola nada mais é que um instrumento coercitivo, tanto assim o é, que a segunda premissa alerta para a nocividade de se deixar a criança considerar que tudo é um jogo.

Metaforicamente, Kant não morreu, muito menos a sua inquietação por uma pedagogia que desse conta de uma formação para a vida, fundada em princípios da ética e não em uma educação pautada na coação e no impedimento de que a própria criança responda às suas perguntas. Conforme o autor, “o entendimento é o conhecimento do geral. A faculdade de julgar é a aplicação do geral ao particular. A razão é a faculdade de apresentar a ligação do geral ao particular”. (KANT, 2012, p.48).

O nome Kant sempre nos reporta à Filosofia, já que este, foi um dos principais filósofos da modernidade e sempre se interessou em resolver questões ligadas ao racionalismo de Descartes e ao empirismo de Hume e Locke. No entanto, suas discussões acerca da educação e da formação de crianças, sempre foram muito importantes, assim, as abordagens acerca de sua obra é convite para outras leituras a aprofundamento sobre os objetos que permeiam a formação de pessoas, principalmente das crianças, as quais segundo Kant, precisam se formar, para a prudência, a cidadania e a moral.

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NA PERSPECTIVA DE JOHN DEWEY

A formação do homem perpassa por vários condicionantes que, ao longo do tempo, vão se modificando de acordo com o processo dialético de cada sociedade com sua cultura e suas regras. Nesse sentido, analisar as concepções e os conceitos de educação a partir dos escritos de John Dewey é uma oportunidade importante para nos situarmos no que há de mais coerente no tocante à pesquisa e à formação humana.

Para Dewey (2007, p. 9), “o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a dar continuidade a sua educação e a capacidade de desenvolvimento constante”. Assim, pode-se

entender que a educação não é apenas uma ferramenta mecânica que prepara o homem para o trabalho ou para servir às classes detentoras de poder e de controle ideológico. Para além disso, o autor alerta que o objetivo da educação só é possível a todos quando a sociedade for verdadeiramente democrática, ou seja, a democracia é um importante condicionante para que todos sejam educados. Assim postula o autor:

Só na sociedade democrática os objetivos educacionais são efetivados realmente para todos, tornando-se a educação um meio para desenvolver o indivíduo sem a imposição de finalidades externas ao processo educativo (Dewey, 2007, p.9).

Sendo a educação uma condição para o desenvolvimento dos sujeitos, implica dizer que sem educação não há tal desenvolvimento, tornando-se o indivíduo dependente de condicionantes externos alheios ao projeto de futuro para a sociedade moderna. Apesar da ênfase dada à educação por Dewey, no início de sua obra “Democracia e Educação”, o autor ainda corrobora:

É contrassenso falar de objetivo educacional quando, na maioria das vezes, cada ato de um aluno é estabelecido pelo professor, quando a única ordem na seqüência de seus atos é aquela que vem da atribuição de lições e das imposições de outras pessoas. (DEWEY, 2007, p.13).

De fato, nos modelos atuais de educação, os objetivos traçados para os alunos são apenas determinativos, aspecto que mina a possibilidade de desenvolvimento e continuidade de sua formação, e conseqüentemente, a autonomia muitas vezes presente nos discursos pró educação, também se esvazia, deixando o aprendiz cada vez mais à mercê dos objetivos das instituições educativas regido, pelo professor que não tem seus próprios objetivos elaborados.

Mais uma vez Dewey é enfático ao afirmar:

É um absurdo discutir sobre o objetivo da educação ou de qualquer empreendimento se as condições não permitem prever os resultados e não estimulam uma pessoa a olhar para frente e vislumbrar o efeito de determinada situação (DEWEY, 2007, p.14):

Ao tratar de “condições”, o autor nos remete a muitas situações latentes no Brasil, principalmente nas últimas décadas, em relação ao que conta em documentos como o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular e outras normativas que apresentam objetivos, às vezes interessantes, os quais são sucumbidos pela falta de reais condições e pela incoerência com seus objetivos. Isso quer dizer que nem sempre, as demandas são articuladas com o que se projeta e com isso, os objetivos não passam de meras hipóteses não respondidas.

Nesse sentido, mais uma vez Dewey, apresenta o verdadeiro conceito e/ou sentido de objetivo ao afirmar que “agir com objetivo é o mesmo que agir inteligentemente. Prever o

término de uma ação é contar com uma base de onde se observam, selecionam e ordenam os objetivos e as próprias capacidades” (DEWEY, 2007, p.15).

Para ocorrer dessa forma, é preciso previsão de tempo e de subsídios, além de informações que possam proporcionar a realização de ações, avaliar suas etapas e os possíveis resultados pré-estabelecidos no objetivo. Dewey (2007), além de apresentar os conceitos de objetivos em educação, traz alguns critérios que determinam suas qualidades. Sobre estes critérios, o autor expõe:

O objetivo deve se basear nas considerações do que já está em andamento, nos recursos e dificuldades da situação [...] um objetivo deve, portanto, ser flexível; tem de ser suscetível de alterações para ajustar às circunstâncias (DEWEY, 2007, p.17).

Todas as características mencionadas parecem nos impulsionar para compreender a importância dos objetivos, assim como seus aspectos de flexibilidade e possíveis mudanças de percurso quando houver necessidade. Na educação, pensar de forma inteligente, passa pela compreensão acerca do seu papel na sociedade e como esta deve ser racionada, considerando as peculiaridades dos educandos.

Da mesma forma que Dewey chama de absurdo discutir objetivos sem as condições necessárias para sua realização, chama de absurdo o modo como o professor os faz, “e um absurdo o professor estabelecer os próprios objetivos como objetivos adequados ao desenvolvimento dos alunos” (DEWEY, 2007, p.23). Essa é uma prática perpetuada há muito tempo, mesmo quando muitos professores acreditam ter se livrado da escola tradicional. A verdade é que os objetivos em educação, muitas vezes ainda são estabelecidos de acordo com a verdade do professor ou conforme sua crença no que ele é capaz de ensinar sem levar em conta o que o aprendiz precisa aprender, isso é significativo.

Se para Dewey (2007, p. 23), “os objetivos significam aceitação da responsabilidade de fazer as observações, as antecipações e os arranjos exigidos”, como aceitar uma responsabilidade criada por outra pessoa? Esta é uma pergunta que precisa ser feita na contemporaneidade, pois os sujeitos da aprendizagem, (alunos), são responsabilizados por ações que jamais foram pensadas por eles e não só isso, se quer estão condizentes com os contextos, sejam de pessoas, sejam da sociedade.

Nesse sentido, o autor diz que um objetivo educacional deve basear-se nas atividades e nas necessidades intrínsecas de determinado indivíduo a ser educado. Os sujeitos aprendizes, portanto, trazem das suas origens, necessidades muito peculiares que carecem de objetivos

educacionais pensados para eles. Por isso, considerando a heterogeneidade de um grupo de pessoas, os objetivos vão por natureza, ajustando-se conforme as atividades objetivadas.

Uma das chamadas da obra de Dewey, provoca uma indagação importante: “como pensam os professores?” Pergunta interessante, embora, a resposta do autor tipifique a educação ainda como prática imutável, ou seja, o professor continua pensando em alunos de forma homogênea. Assim diz Dewey: “em geral, a tendência é levar em conta as considerações que agradam às expectativas dos adultos e estabelecê-las como fins, independentemente da capacidade dos educados” (DEWEY, 2007, p. 23).

A forma de pensar do professor muitas vezes está condicionada à sua formação e às determinações das estruturas organizacionais da educação que também elaboram os objetivos e os currículos de modo que atendam aos adultos. Segundo o referenciado autor, “raras vezes um professor se vê livre da ditadura da supervisão autoritária, das apostilas de métodos, de planos de estudo prescritos” (DEWEY, 2007, p. 24).

Talvez em função do autoritarismo e de tantos outros condicionantes, na perspectiva de Dewey, “apenas para um pequeno grupo de seres humanos a função da razão pode operar como uma lei da vida. Para a grande massa de pessoas, as funções animais e vegetativas são dominantes” (DEWEY, 2007, p. 32).

Considerando a afirmação do autor, é possível entender por que tanta gente em pleno século XXI, contenta-se com condições mínimas para viver e vegete ou se iguale a animais desprovidos de razão. Assim é a escola utilizada como ferramenta para materializar os acontecimentos e conforme determinam as classes pensantes, nela, os sujeitos são facilmente satisfeitos com o pouco que lhe é oferecido.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A PEDAGOGIA DE DURKHEIM

Os conceitos e as concepções sobre pedagogia são vários e convergem com diferentes áreas do conhecimento, sendo abordados pelos mais renomados estudiosos de Filosofia, Psicologia e Sociologia. Nesse sentido, traz-se aqui uma curta análise acerca da obra *Educação e Sociologia*, de Émile Durkheim, com o objetivo de compreender suas abordagens e contribuições teóricas no campo da Pedagogia. É necessário destacar que Durkheim (2013), além da Sociologia, dedicou grande parte do seu tempo à Pedagogia, seja nas salas de aula, seja em conferências para professores. Dessa forma, a presente análise assenta-se em conceitos do próprio autor que parecem atuais em relação às formas de educação.

Para Durkheim, “a educação é uma coisa eminentemente social [...], é uma ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social” (DURKHEIM, 2013, p.4). Em tal contexto, a educação precisa ser tratada como um direito universal intrínseco à condição de vida de cada pessoa e ao tempo em que elas vivem, assim como às transformações imprimidas na sociedade.

Sobre o conceito de pedagogia, o autor diz:

Ela não é nem atividade educativa em si mesma, nem a ciência especulativa da educação. É a reação sistemática da segunda sobre a primeira, a obra da reflexão que procura, nos resultados da psicologia e da sociologia, os princípios para a continuidade ou para a reforma da educação (DURKHEIM, 2013, p. 22).

O autor, apesar de durante o texto dar ênfase à pedagogia, aponta aqui como elemento dependente de outras áreas de modo que necessita andar em conjunto com outras ciências para afirmar sua existência enquanto instrumento sistemático da educação.

E ao falar de educação como obra da reflexão, afirma:

A educação variou infinitamente conforme os tempos e as regiões. Nas cidades gregas e latinas, a educação preparava o indivíduo para se subordinar cegamente à coletividade, tornar-se a coisa da sociedade. Hoje, esforça-se por construir uma personalidade autônoma (DURKHEIM, 2013, p. 46).

A ideia de variação de acordo com a situação temporal e as diferentes regiões, pode nos trazer duas interpretações: uma que diz respeito à sua imaturidade e, portanto, ausência de identidade enquanto objeto especulativo, e outra que caracteriza a educação como práticas dialéticas, por isso, assenta-se de forma diferente de acordo com “os tempos e as regiões”, pois tanto o tempo, quanto o lugar, são múltiplos conforme as condições neles existentes.

Durkheim (2013), apresenta duas outras categorias sobre a educação. No primeiro aspecto, afirma que “nas cidades gregas e latinas a educação preparava o indivíduo para se subordinar à coletividade”. Logo em seguida, usa a palavra “hoje” para sinalizar que a “educação esforça-se em busca da construção de sua própria autonomia”. São dois aspectos que continuam atuais, pois em pleno século XXI, os sujeitos da sociedade moderna permanecem se “preparando” para a subordinação nos contextos coletivos, isto é, por mais que se fale em educação como forma de “libertação”, há especificamente, nas instituições educativas uma hierarquia que separa e subordina o indivíduo em nome de uma coletividade forjada.

O segundo ponto é dependente do anterior, se era ou ainda é um instrumento subordinativo, por conseguinte, ainda procura se encontrar como objeto ou meio para a autonomia. Nesse sentido, Durkheim postula, que, “para encontrar uma educação

absolutamente homogênea e igualitária será necessário retroceder até as sociedades pré-históricas, no seio das quais não há nenhuma diferenciação”. (DURKHEIM, 2013, p. 50).

Talvez seja essa uma grande dificuldade, beber nos modelos de educação das sociedades antigas, pois apesar de terem características marcantes, não somente na educação, há na sociedade moderna um pré-conceito sobre as formas de educação das históricas civilizações, por isso, nascem modelos ditos novos e modernos com o intuito de abandonar os fazeres e as práticas de educação pré-histórica.

Ao tratar do papel do Estado em relação à educação, Durkheim sinaliza que “a educação tem uma função coletiva”, nesse sentido, está a serviço do Estado, inclusive, mesmo que outros queiram novas escolas, estas devem estar sob a observação e as regras desta entidade política governamental. Nesse aspecto, o professor também é submetido à estas determinações, conforme diz o estudioso:

Não é mesmo admissível que a função do educador possa ser substituída por qualquer um que não apresente garantias especiais que só o Estado pode julgar. Sem dúvida que os limites nos quais se deve conter esta intervenção podem ser frequentemente incômodas, mas o princípio de intervenção não terá contestações (DURKHEIM, 2013, p.61).

A educação, sendo regida pelo Estado, deve atender a coletividade e o professor como representante desse mesmo Estado, uma vez que está sob as condições a ele impostas. Segundo Durkheim,

A escola não poderá ser pertença de um partido, e o professor falta aos seus deveres quando usa a autoridade de que dispõe para arrastar os seus alunos no trilho dos seus próprios ideias, por mais justificados que lhe possam parecer (DURKHEIM, 2013, P. 62).

No trecho acima, o ponto que mais chama a atenção é o que impede o professor de levar seus alunos por caminhos que não sejam aqueles determinados pelo Estado, uma regra que se perpetua na sociedade Moderna. Durkheim, justifica de forma ainda mais contundente o papel do Estado quando afirma:

O papel do Estado é esclarecer esses princípios essenciais, fazê-los ensinar nas suas escolas, velar para que em nenhum lugar as crianças os ignorem e para que em todo o lado se fale deles com o respeito que lhe é devido (DURKHEIM, 2013, p. 62).

Mais uma vez, percebe-se a imposição do Estado em relação a tudo que se encontra sob sua tutela, ou seja, a educação também tem como papel tornar as pessoas desde criança, obedientes às regras do Estado, haja vista que isso, se destina à coletividade.

Enfim, os conceitos abordados aqui acerca do papel do Estado, da escola e do professor nos ajuda a entender por que o aprofundamento teórico pode nos abrir caminho para refletir e analisar mecanismos de ruptura sobre determinadas estruturas arraigadas e detentoras de poderes.

PEDAGOGIA E MÉTODOS, SEGUNDO DURKHEIM

Durante toda obra de Durkheim, vários aspectos inerentes à educação, à pedagogia e o papel do Estado foram apresentados pelo autor de forma muito clara e sem esconder nenhum conceito que minimiza os modos como estes agem na sociedade. Nesta seção, vamos nos ater brevemente acerca da natureza e dos métodos da pedagogia, que na percepção do autor em questão,

A educação é a ação exercida sobre as crianças pelos pais e pelos professores. Esta ação acontece constantemente e é geral. Não há um instante na vida social, não há mesmo, por assim dizer, um instante ao longo do dia em que as jovens gerações não estejam em contato com os predecessores e em que, por conseguinte, não recebem destes últimos a influência educadora (DURKHEIM, 2013, p. 71).

De fato, os pais e os professores têm um papel muito importante na educação das crianças. Talvez, o que nos provoca questionamentos e dúvidas são as formas como tal educação é dada ou aplicada a essas novas gerações, e isso, se explica em um excerto da obra do autor, o qual afirma, que “há uma educação inconsciente que nunca para. Pelo nosso exemplo, pelas palavras que pronunciamos, pelos atos que realizamos, formamos de uma maneira contínua a alma das nossas crianças” (DURKHEIM, 2013, p.71).

Acerca dessa educação que não para é que paira a nossa reflexão sobre as diferentes formas que ela atinge seus receptores, pois embora o autor não faça nenhum juízo de valor sobre os pais e os professores, na sociedade atual, há sempre um viés preconceituoso sobre o que ensinam os pais e os professores, considerando as diversas características que marcam as mudanças da sociedade.

Diferente da educação inconsciente abordada por Durkheim, ele apresenta também o rigor do método pedagógico, para o qual, três características são listadas, a saber,

É necessário que assentem em fatos adquiridos, realizados, observáveis. Uma ciência, com eleito define-se pelo seu objeto; é necessário que estes fatos apresentem entre si uma homogeneidade suficiente para poderem ser classificados numa mesma categoria; a ciência estuda estes fatos para os conhecer, e apenas para os conhecer, de maneira absolutamente desinteressada (DURKHEIM, 2013, pp. 72-73).

Essas características fundamentam o método pedagógico e direcionam o cientista para o verdadeiro caminho em busca da construção da ciência, contribuem também para esclarecer que a ciência necessita de rigor para se fazer ciência. “A ciência começa desde que o saber, qualquer que seja, é procurado em si mesmo” (DURKHEIM, 2013, p. 73). Ou seja, quando se busca uma resposta sobre um objeto ainda desconhecido, procura-se um saber que poderá vir a ser ciência. Assim, considerando a importância do método e da ciência, Durkheim aprofunda ainda mais o conceito de educação, ao afirmar:

A educação, em uso numa sociedade determinada e considerada num momento determinado da sua evolução, é um conjunto de práticas, de maneiras de fazer, de costumes que constituem fatos perfeitamente definidos e que têm a mesma realidade que os outros fatos sociais (DURKHEIM, 2013, p74).

De modo objetivo e assentado nas características evolutivas de uma sociedade, esse é um conceito que explica a educação dentro de outros fatos e não de forma isolada ou como uma instituição criada sob encomenda para atender a objetivos alheios, embora já a tratemos dessa forma e com esse fim.

Para Durkheim,

As práticas educativas não são fatos isolados uns dos outros, mas para uma mesma sociedade estão ligados num mesmo sistema em que todas as partes contribuem para um mesmo fim, é o sistema de educação próprio de um lugar e de um tempo (DURKHEIM, 2013, p75).

Dessa forma, é preciso considerar as peculiaridades de cada lugar em um determinado tempo, haja vista que as sociedades evoluem de formas diferentes de acordo com as suas condições e conseqüentemente, a educação está inserida aos demais fatos. Nesse contexto, o papel da Pedagogia não é estudar os sistemas de educação, a pedagogia, ela apenas reflete no sentido de orientar o educador em suas atividades. O autor também enfatiza que: “a pedagogia não será somente útil nestes períodos críticos em que é preciso, com toda urgência colocar um sistema escolar em harmonia com as necessidades da época (DURKHEIM, 2013, p. 84)”.

Via de regra, recorre-se à Pedagogia em momentos de crise na educação em busca de alternativas pontuais que possam apresentar, pelo menos, justificativas acerca de possíveis fracassos nos processos educativos. A pedagogia, assim como a sociedade evolui, e para cada tempo, alterna suas formas de inserção ou contribuição, pois segundo o autor supracitado:

Novas necessidade e novas ideias surgem sem cessar, para poder responder às mudanças incessantes que surgem assim nas opiniões e nos costumes, é preciso que a própria educação mude, e, por conseguinte, fique num estado de maleabilidade que permita a mudança (DURKHEIM, 2013, p. 84).

A busca por mudança é latente, principalmente no tocante à educação. Se trouxermos essa reflexão para a atualidade, vemo-nos em tempos e modelos arcaicos que não condizem com a evolução de algumas sociedades, mesmo que o arcadismo educacional seja proposital para manter a hegemonia das classes dominantes.

Durkheim traz em seu texto uma frase emblemática que justifica a estagnação ou a ausência de novos paradigmas: “a reflexão é por excelência, a força antagonista da rotina, e a rotina é o obstáculo aos progressos necessários” (DURKHEIM, 2013, p. 85). Não há verdade maior que atribuir à rotina a ausência de reflexão, de utopia, portanto, fazer as mesmas práticas parece ser o caminho mais curto e cômodo e até viciante no contexto educacional. Por isso, há necessidade de mudança conforme mencionou o autor anteriormente.

Ao tratar da pedagogia como mecanismo de reflexão, o estudioso atribui ao pedagogo de forma enfática, a urgência para a aplicabilidade do conhecimento,

O pedagogo não tem que construir com todas as suas peças um sistema de ensino, como se ele não existisse já antes de si; mas é preciso pelo contrário, que se aplique, ante de mais, a conhecer e compreender o sistema do seu tempo; é com esta condição que estará habilitado a servir-se dele com discernimento e a julgar o que aí possa encontrar de defeituoso (DURKHEIM, 2013, p. 86).

Ora, Durkheim parece vivo e presente em pleno século XXI, ao apontar para o pedagogo o que ele precisa fazer. Quiçá se todos os diplomados em pedagogia, bebessem dessa informação para entender o chamamento do autor e a partir da reflexão também citada por ele, os sistemas de ensino pudessem ser repensados e revitalizados, já que eles existem.

Ao finalizar a análise acerca da obra de Durkheim, pode-se afirmar que o pedagogo durante sua formação precisa beber na fonte do citado autor para mergulhar nas possibilidades de se pensar a educação de forma diferente e principalmente com vistas a uma educação que forme as pessoas fundamentadas na ética, na razão, na democracia e na autonomia dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à fase de conclusão do presente capítulo, nasce um sentimento de que muitas coisas passaram despercebidas nas leituras para construção do mesmo, e certamente, se os autores referenciados estivessem vivos, chamar-nos-iam para uma nova leitura e reescrita de trechos omitidos ou interpretados erroneamente. No entanto, é salutar entendermos que ainda somos discípulos ou aprendizes e que por vezes, lemos obras, sem a devida atenção às entrelinhas e ao que de fato, Kant, Dewey e Durkheim dialogam com a sociedade e conosco, sujeitos dessa sociedade.

Educação e Conhecimento, duas palavras e um conectivo que nos abrem um leque de oportunidades para entendermos melhor o papel da Filosofia para com a Educação, ou na educação, assim como a Sociologia que nutre a Educação com os acontecimentos, a busca de respostas para os problemas “sociais” e por que eles são sociais.

Portanto, conclui-se aqui, apenas o capítulo, pois outras abordagens poderão surgir, quiçá, a partir dessa mesma produção com leituras de outras obras que possam ser mais aprofundadas e com resultados muito mais perto daquilo que se espera de futuros pesquisadores e professores. Ao dialogar com Kant, Dewey e Durkheim, ficamos a imaginar um texto que abarcasse conceitos de Paulo Freire acerca da *Pedagogia da Autonomia*; Boaventura nos impulsionando a entender “Um discurso sobre as Ciências” Marisa Bittar e Amarilio nos convidando para compreendermos as influências do pragmatismo a partir da pedagogia soviética, da qual trouxeram experiências relevantes para o Brasil. Enfim, são tantos outros textos e autores que nos ajudaram, mesmo que ainda de forma rasa, a construir um pensamento sobre o “todo” constituído das partes.

REFERÊNCIAS

DEWEY, John. Democracia e Educação. Capítulos essenciais. (Tradução: Roberto Cavallari Filho) – São Paulo: Ática, 2007.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia (tradução: Nuno Garcia Lopes) Lisboa - Portugal, Edições 70, LDA, 2013.

KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. (Tradução: João Tiago Proença) Lisboa - Portugal, Edições 70, LDA, 2012.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONCEITOS, CONTEXTOS E DESAFIOS

DOI 10.47402/ed.ep.c202218762358

Manoel Soares de Aragão
Celsineide Mendes de Moura

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar diferentes conceitos e contextos históricos em que se dá a formação de professores da Educação Básica e superior, assim como os desafios impostos pela atual conjuntura neoliberal que impera minando profundamente as condições necessárias para uma educação de qualidade pautada na ética, fundamentada em princípios da democracia e com vistas a autonomia dos sujeitos que se formam e se educam a partir de aspectos históricos e filosóficos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, a qual enfatiza que a formação do professor necessita perpassar conteúdos apresentados como verdade, pois se faz necessário refletir sobre novos paradigmas acerca do professor e dos aprendizes enquanto indivíduos na sua totalidade. A pesquisa do ponto de vista teórico, assenta-se em autores como Chauí (2022), Monacorda (2017), Kant (2012) e Dewey (2007), haja vista o arcabouço teórico acerca da educação, construído por eles ao longo das suas trajetórias enquanto pesquisadores e colaboradores no campo da ciência.

PALAVRAS CHAVE: Educação; Formação; Ideologia.

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada tem como objetivo analisar diferentes conceitos e contextos acerca da formação de professores a partir da conclusão de disciplinas realizadas no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Catalão – Goiás, UFCAT, o qual oportuniza os futuros pesquisadores a aprofundar sobre temas importantes como Educação e Conhecimento e Formação de professores, eixos que proporcionam uma ampla discussão acerca das fragilidades na formação docente, mas também, discutir novas oportunidades e variantes contribuir para a formação de professores com vistas à democracia e autonomia dos mesmos no sentido torná-los menos alienados.

Nesse sentido, o texto traz contribuições teóricas de autores como Marilena Chauí (2022), Monacorda (2017), Kant (2012) e Dewey (2007), assim como algumas inferências, acerca da Base Nacional Comum Curricular, analisada a partir de seus objetivos e conteúdos, muitas vezes apresentados como solução para as desigualdades nas escolas e como proposta de melhoria da formação das crianças. De modo geral, os autores dialogam sobre ideologia da competência, conceituada por Chauí como forma de divisão entre competentes e incompetentes.

Também discutem acerca das características do capitalismo e suas interferências nos modelos de formação dos professores, ou seja, a partir dos autores, faz-se uma importante análise sobre o que temos atualmente em relação à formação de professores e as possibilidades de quebra de paradigmas para uma educação menos técnica e mais abrangente considerando a diversidade de saberes e culturas das diferentes regiões brasileiras.

Na primeira seção, o texto aborda a formação de professores numa perspectiva filosófica e crítica, área do conhecimento que nos últimos anos, tem sido tratada de forma superficial, principalmente na escola pública que se abstém de debates e aprofundamento no campo da Filosofia, seja pela falta de formação do professor, seja como uma forma de silenciar os que buscam respostas para os porquês tolhidos pelas classes dominantes.

A segunda seção tratará de forma breve acerca da importância da pesquisa como elemento curricular necessário para a formação de professores. Não se trata de conceitos sobre pesquisa, mas do papel que esta tem na formação docente proporcionando possibilidades de tornar a pesquisa parte da prática docente e subsídio para novas pesquisas.

Ao final do texto, apresentaremos nossas considerações sobre o tema, as discussões feitas a partir das leituras realizadas e das inferências dos autores que trazem nas suas obras conceitos atualizados e inerentes ao momento atual da sociedade e das implicações acerca da educação, especialmente, a pública.

FORMAÇÃO DOCENTE NUMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA CRÍTICA

Nos últimos anos ou até décadas, o professor tanto da Educação Básica, quanto Superior, tem refletido, ou pelo menos, tem sido impulsionado a pensar sobre questões da sua própria formação e principalmente da sua profissionalização, haja vista a existência de movimentos externos das estruturas capitalistas que cada vez mais pressionam de forma sutil, o professor, no sentido de torná-lo mais alienado e descaracterizado em relação à sua profissão, ou seja, há um dismantelamento da identidade dos docentes a partir de alguns aspectos que são fundamentais como a formação inicial e continuada e a inserção destes no campo de trabalho não como cumpridores de tarefas, mas como sujeitos da sua própria existência.

Aqui nos referimos a trabalho, não como apenas a “venda” da força deste, mas como condição humanizada da docência enquanto uma profissão, pois não podemos perpetuar tal ideia como aquela postulada por Max, assim citada por Monacorda: “o trabalho produz

deformidade, imbecibilidade, cretinismo no operário, que se torna um objeto estranho e desumano, no qual nenhum dos sentidos existe mais”. (MONACORD, 2017, p. 79)

Ressaltamos que a citação ora apresentada é apenas para ilustrar um dos desafios do momento, no sentido de buscarmos uma formação profunda que liberte da “imbecibilidade” e do estranho animal inconsciente da importância que tem ele mesmo, enquanto sujeito histórico e social. Outra razão para a inserção da presente citação no nosso texto, em se tratando de formação de professores, é trazer sentido à existência do mesmo como cidadão que se forma para formar outros da mesma espécie.

Com outras palavras, mas na mesma direção, Kant afirma que,

Na educação atual, o homem não alcança a finalidade da sua existência. Pois quão distintamente vivem os homens! Dó poder ter lugar uma uniformidade entre eles, quando agirem segundo os mesmos princípios (KANT, 2012, p.13).

Kant faz uma crítica ao modelo de educação quando sinaliza que ela não contribui para o homem alcançar seus objetivos, ou seja, uma educação diferente da ideal, conforme o imaginário Kantiano. O segundo ponto interessante de acordo com Kant é o distanciamento, ou as formas de vida que separa os homens, uma característica marcante na sociedade capitalista impulsionada pela concorrência e o individualismo e isso implica na necessidade de se projetar entre os homens, os mesmos objetivos, fundamentados em princípios igualitários.

Para Monacorda, “capitalistas e trabalhadores são, uns e outros, subsumidos pela classe, membros de uma classe e não indivíduos” (MONACORDA, 2017, p. 80). Quando o autor diz que capitalistas e trabalhadores “são uns e outros”, reforça a forma distinta entre os homens, mencionada por Kant. No entanto, essas categorias, “capitalistas e trabalhadores”, nos motivam a pensar novas concepções de escola e de ensino, pois segundo Monacorda:

Não seria concebível, hoje, uma escola que se limitasse ao ensino entendido como instrumento, como aquisição de técnicas que renunciasse aos objetivos da educação e da formação dos sentimentos (MONACORDA, 2017, p. 109 – 110).

Essa é uma grande discussão feita por estudiosos e pesquisadores da educação que se preocupam em apresentar novos modelos de educação que atendam não somente aos requisitos técnicos demandados pela sociedade mercadológica e consumista. Pesquisadores que buscam novas alternativas de formação que possam além de aprofundar acerca dos subsídios teóricos, possam também enveredar por um modelo de formação constituída de saberes e de características próprias da própria escola e do contexto onde e para o qual se forma o professor.

Aqui faremos uma breve alusão à Base Nacional Comum Curricular, o mais novo documento norteador da educação pública brasileira que de forma muito clara, não apresenta métodos, metodologias e nem princípios de uma educação que possa formar o indivíduo em sua totalidade, pelo contrário, ao propor conteúdos igualitários ou “comuns” a todos os alunos do sistema educacional do país, atribui às escolas o papel de fazer seus próprios currículos considerando as características inerentes a cada região ou lugar, mas, na prática, determina o que deve ensinar, sem deixar margem para as escolas, a partir de seus professores e demais profissionais pensarem uma educação menos engessada.

Ainda sobre a Base Nacional Comum Curricular e sua estrutura conteudista, técnica e vaga de objetivos claros, vale ressaltar a forma como a mesma foi entregue aos professores sem que houvesse uma formação profunda no sentido de se refletir sobre pontos de atenção que poderiam e podem ser discutidos por aqueles que a aplicarão, os professores, até porque estes, não participaram (no sentido real do participar) de sua elaboração.

Para alicerçar a nossa rápida inferência à Base Nacional Comum Curricular, nos assentamos no conceito de “Ideologia da Competência” apresentado por Marilena Chauí em uma das suas mais recentes obras, na qual a autora assim diz:

Ideologia da competência, como toda ideologia, oculta a divisão social das classes, mas o faz com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se realiza entre os componentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas (CHAUÍ, 2022, p. 56).

Ora, não há abordagem tão apropriada como esta de Chauí, em relação à Base Nacional Comum Curricular, se assim analisarmos. Os especialistas e/ou iluminados, de fato se configuram como os competentes, e por isso, planejam a seu modo, com objetivos próprios e alheios ao cenário educacional atual e os “incompetentes”, nesse caso, os professores, executam as tarefas. “Os competentes” fazem isso de forma tão camuflada para alguns que ainda não se dão conta do aspecto ideológico impregnado, que estes recebem a BNCC como a salvadora, o elemento que faltava e, por vezes, afirmam que participaram de sua elaboração para validar o trabalho dos “competentes” e da própria classe dominante.

Chauí assim conceitua,

A ideologia da competência realiza dominação pelo descomunal prestígio e poder do conhecimento científico – técnico, ou seja, pelo prestígio e poder das ideias científicas e tecnológicas (CHAUÍ, 2022, p. 57).

Chauí, mais uma vez nos apresenta o abismo que há entre aqueles que se colocam na sociedade como os detentores do conhecimento científico e os que apenas são serviços e,

portanto, incompetentes. Nesse caso, em relação à educação, especialmente, os professores da Educação Básica, recebem programas e projetos prontos (os quais não citaremos), e são orientados a executá-los cegamente. Estes ainda enquadram-se no grupo dos incompetentes, mesmo que não admitam. Dissemos “ainda”, por que acreditamos que podem sair dessa caverna na medida em que eles mesmos enxerguem “luzes” na borda e no exterior da tal caverna.

Nessa perspectiva, de se discutir educação a partir de premissas filosóficas ou de entender sua aplicabilidade nos processos formativos do indivíduo, Dewey, diz:

Se desejarmos conhecer a educação como o processo de formar disposições fundamentais, intelectuais perante a natureza e nossos semelhantes, a filosofia pode ser definida como a teoria geral da educação [...] a agitação pública, a propaganda e a ação legislativa e administrativa são efetivas em produzir a mudança de disposição que uma filosofia indica como desejável, mas apenas quando são educativas (DEWEY, 2007, p. 82).

Dewey, nos apresenta a Filosofia como a teoria macro da educação, pois entende que o sujeito quando munido de uma formação ampla, consegue no mínimo, enxergar outros mundos sucumbidos sob a ótica dos que apenas copiam e reproduzem políticas e programas alheios e importados aos necessários e urgentes para a sociedade moderna. Da mesma forma, Chauí ao sinalizar o papel da ideologia da competência que chancela o poder ao conhecimento científico-técnico, torna as classes menos favorecidas, ou incompetentes, ainda mais isoladas do suposto mundo dos donos do saber, e portanto, subalternos e desvalorizados.

PESQUISA EDUCACIONAL COMO ELEMENTO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação docente, seja em qual nível for, perpassa por diferentes conteúdos, metodologias e interesses que nem sempre são dos docentes ou profissionais da educação, haja vista a forma como estas são oferecidas e as condições físicas e financeiras dos que necessitam se formar. Condições físicas nos referimos ao acúmulo de afazeres que ocupam o tempo dos professores e conseqüentemente, consomem suas energias, tirando deles a disposição e motivação para continuar estudando. Condições financeiras nem seria necessário mencionar, pois esta é uma realidade estampada no Brasil inteiro, principalmente em relação aos professores da Educação Básica que acumulam cargos em diferentes instituições para manter seus compromissos e, portanto, não há recursos para garantir despesas com estudo.

Nesta seção, daremos ênfase à pesquisa como parte basilar da formação docente e por entendermos que ainda há nos professores um grande vazio acerca da compreensão e importância que tem a pesquisa enquanto prática formadora e necessária no sentido de tornar o

professor não apenas um consumidor de conteúdos, mas um construtor e disseminador de conhecimentos. Para tal, alguns autores como Demo (2015) e Severino (2019), nos ajudam a mergulhar no universo da pesquisa e compreendermos a sua indissociabilidade com a formação de professores.

Para Demo,

Educar pela pesquisa sempre existiu em instituições escolares e universitárias orientadas para o cultivo da autoria e autonomia discente, mas sempre também foi coibida por docentes instrucionistas que veem a escola e a universidade como palco de suas aulas compulsórias (DEMO, 2015, p. 35).

Demo traz duas situações antagônicas na sua abordagem, primeiro afirma que sempre se educou com pesquisas, em seguida, o autor coloca a escola como um lugar de exposições eloquentes que tolhem a construção da autonomia e de conhecimentos autorais, isto é, a pesquisa não encontra espaço enquanto mecanismo de valorização dos saberes e das práticas existentes nos professores, por isso, destinam-se à reprodução de conteúdo, previamente elaborado por especialistas. Em outra passagem de sua obra, “Aprender como autor”, Demo afirma que “educar pela pesquisa combina duas práticas: a da docência formalmente adequada e da pedagogia potencialmente emancipatória” (DEMO, 2015, p. 37).

De acordo com Severino (2019),

Os sujeitos humanos envolvidos no processo educacional, são seres empíricos, entidades naturais e sociais, entes históricos, determinados por condições objetivas de existência, perfeitamente cognoscíveis pela via da ciência. Mas, ao agirem, esses sujeitos interagem permanentemente com essas condições, modificando-as pela sua práxis (SEVERINO, 2019).

Enquanto Demo (2015) diz que a pesquisa sempre existiu, mas é coibida na escola, Severino (2019), nos impulsiona a modificar a partir da práxis, todas as condições inerentes aos aspectos históricos e sociais da própria existência humana através da ciência, ou seja, da pesquisa. A formação de professores, independentemente do nível ou aonde atua o docente, assenta-se na práxis e na pesquisa como instrumentos para a produção de conhecimento pelo próprio professor, pois Demo afirma,

Perda irresponsável de tempo permanecer tanto tempo na escola e na universidade para ficar curtindo conteúdo morto, ouvindo aula instrucionista, memorizar apostila póstuma, cuidar de cemitério intelectual (DEMO, 2015, p.30).

Demo nos deixa claro que somente a partir de uma formação profunda, o professor sairá dessa caverna escurecida e abrirá novos caminhos que possam diminuir a cultuação a acervos e métodos obsoletos.

Nesse sentido, ao enfatizarmos sobre a importância da pesquisa na formação do professor, estamos afirmando que há necessidade de uma nova configuração no sentido de fazer com que o docente em qualquer nível ou modalidade de ensino, precisa investir em pesquisa para melhorar sua compreensão e prática a partir de conteúdos e conhecimentos produzidos por ele mesmo. Atualmente, estudiosos e pesquisadores têm se interessado e buscado no cenário educacional, novas formas de tornar o professor sujeito da sua formação a partir da pesquisa.

Sobre essa ótica, Ximenes (2022), doutora em educação, em um dos seus escritos, afirma que a formação do professor tem se pautado num “engendramento determinado pelo mercado a partir dos princípios administrativos e empresariais: gestão, planejamento, previsão, avaliações sistêmicas, controle e êxito” (XIMENES, 2022, p.4). De fato, a formação do professor, tanto inicial, quanto continuada, há um bom tempo, tem acontecido de forma engessada sem abertura para que este enxergue o chão da escola ou universidade como espaço formativo, ideal para a construção de novos saberes a partir dos já existentes.

Portanto, considerando os aspectos trazidos por Demo (2015), Severino (2019) e Ximenes (2022), para terminarmos essa seção, apresentaremos três tipos de pesquisa sinalizadas por Ximenes, os quais a autora traz em um ensaio, por entender que são importantes no cenário da formação docente, a saber: *pesquisa colaborativa*, *Pedagogia da pesquisa-ação* e *pesquisa-ação*.

Segundo Ximenes (2022), fundamentada em Ibiapina (2008), a pesquisa colaborativa possibilita relações horizontais entre os colaboradores, ou seja, é possível criar uma ideia de formação pautada nas relações e cumplicidade dos colaboradores, pois estes têm interesses pessoais, profissionais e sociais comuns.

Tanto a pedagogia da pesquisa-ação, quanto a própria pesquisa-ação, são tipos de pesquisas que assim como a já citada, trazem proposições e inquietações importantes no campo educacional, no entanto, necessitam de maior aprofundamento teórico e metodológico para que o pesquisador tenha mais apropriação sobre o objeto que pretende investigar. Por isso, não aprofundaremos sobre os tipos de pesquisa apresentados, mas convidamos o leitor a se interessar pela temática para que ele mesmo mergulhe nas possibilidades de fazer ciência no seu contexto de formação, pois o universo acadêmico e escolar é rico em objetos de estudo capazes de tornar o sujeito em professor-pesquisador.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB A ÓTICA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, (9394/96) E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Após falarmos de pesquisa como prática formativa e de sua importância para as gerações futuras, apresentamos de forma breve, algumas proposições do que temos de mais atual no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei número 9394/96, doravante chamados de PNE e LDBEN, respectivamente.

A LDBEN, no artigo 61, assim diz,

A formação dos profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, mediante capacitação em serviço (BRASIL, 1996, p.28).

O artigo 61 da LDBEN, traz alguns pontos que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à “formação dos profissionais da educação”, ou seja, há uma generalização sem a devida atenção aos professores, não que estes mereçam destaque ou privilégio, trata-se da especificidade da sua prática, a qual requer uma formação que atenda às peculiaridades da docência.

O segundo ponto, trata-se do termo genérico assim transcrito “de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modelos de ensino”. Ora, quais os objetivos? O que se tem planejado para a educação de forma clara? Quais os resultados inerentes aos “diferentes objetivos” prescritos na LDBEN? Essas perguntas, no contexto da educação básica, parecem não ter respostas, se consideradas as últimas avaliações externas, como exemplo, a do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizada em 2021, que colocou o Brasil em 60º lugar no ranking, numa lista de apenas 76 países. (Fonte G1).

A própria avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a qual há anos não consegue alcançar os níveis de qualidade ou metas planejadas, no máximo, alguns estados brasileiros conseguem melhorar seus resultados em relação ao ano anterior. Por isso, os resultados não representam o cenário de uma política nacional, mas dos estados que valorizam seus sistemas de educação, haja vista a oscilação dos dados, pois a cada dois anos, um ou outro estado se destaca. Outro ponto importante que carece ser observado é que o Ensino Médio tem apresentado os piores resultados do IDEB, além da evasão, ou seja, as políticas de formação dos professores não têm sido efetivas e não impactam na permanência e na formação dos alunos. (FONTE UNDIME).

O terceiro e último aspecto prescrito no artigo 61 da LDBEN, assenta-se no enunciado “a associação entre teoria e prática, mediante a capacitação em serviço”. A pergunta é: quais as

capacitações foram ou são oferecidas com esse desenho relacional entre teoria e prática? E qual modelo e duração teve ou tem a chamada “capacitação em serviço”? “Ou seja, a redação do referido artigo traz algumas informações que na prática não se evidenciam como culminância da relação ou associação entre teoria e prática, a menos que ela aconteceu de forma subjetiva.

Trazer para a atualidade, mesmo que de forma aligeirada, alguns pontos inerentes à formação do professor presentes na nossa mais importante LDBEN, 9394/96, implica provocar, principalmente os professores da educação básica, para além de conhecer as bases da legislação e políticas educacionais, exigir que os direitos nelas contidos, sejam respeitados e assegurados. Em relação ao PNE, apresentadas apenas algumas estratégias homologadas na meta 15, referentes à formação de professores, infelizmente, assim como no artigo 61 LDBEN, parece ser apenas, mais um texto com pouca efetividade e muita beleza semântica.

Assim diz a estratégia 15.4 da meta 15: “Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação”. Não se consolida algo que não existe, e quando existe, antes de se ampliar, se faz necessário avaliar a eficácia, nesse caso, a “plataforma eletrônica”.

Estamos falando de um plano que entrou em vigência em 2014 e nesse intervalo de tempo, a pandemia nos provou que as plataformas tecnológicas, na educação básica, foram apenas mais uma invenção que aos poucos tem ganhado espaço não pela sua “eficiência”, mas pelo aspecto ideológico pelo qual, tenta justificar o nascimento de um novo jeito pedagógico para ensinar com tecnologias digitais. Não se discute a precariedade e até a inexistência de tais tecnologias nas escolas periféricas e nas mãos de quem precisa, (alunos e professores).

Logo em seguida, a estratégia 15.5, traz a seguinte redação: “Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a Educação Especial”. Nessa estratégia, o ponto central é mais uma vez a ênfase a “profissionais da educação” sem mencionar os professores, principalmente quando se trata da Educação Especial substituindo o professor por um “profissional” anônimo sem identidade própria para uma função que requer qualificação específica.

O PNE sugere também “a oferta de cursos técnicos em nível médio e tecnológicos e em nível superior, destinados à formação”. Ora, a LDBEN 9394/96, nasceu com o propósito de formar todos os professores da Educação Básica em nível superior num período de dez anos. Seria um retrocesso explícito no PNE? Ou a confirmação do Tecnicismo como proposta de formação desses profissionais? Perguntas assim, surgem da falta de clareza no texto do referido

plano, o qual, foi feito para não ser entendido mesmo, a menos que usemos recursos sofisticados para percebermos nas entrelinhas, pacotes carregados de ideologias.

Por último, ainda sobre a meta 15, assim propõe o plano: “desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática”. Que modelos são esses? Como valorizar as experiências práticas? Tudo parece uma incógnita, já que não se sabe quando e nem como esses “modelos de formação” serão disponibilizados para os profissionais da educação que também não são especificamente, caracterizados com a sua devida identidade.

Portanto, esclarecemos que os aspectos apresentados em relação à LDBEN 9394/96 e ao PNE, (Plano Nacional de Educação), foi apenas para ilustrar as propostas intrínsecas nas políticas públicas de formação do professor e as incoerências entre o que o texto traz e a verdadeira intenção do pensamento neoliberal, daqueles que elaboram, autoritariamente, tais propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e falar de formação docente nos abre várias possibilidades de abordagens sobre diferentes problemas e conteúdos que podem ser tratados num mesmo texto, portanto, por mais que parecem distintos os eixos que compõem o presente texto, todos são inerentes à formação do professor e daria, seguramente, para escrever três artigos, no entanto optamos por juntá-los em um só texto, como forma de dizer ao leitor que tanto a *Filosofia*, quanto a *pesquisa e legislação* ou elementos que norteiam os rumos da educação formal, constituem um conjunto de conteúdos e/ou currículos que são imprescindíveis para a formação do professor.

A Filosofia, no sentido macro, ajuda-nos a entender, ou pelo menos direciona-nos a refletir sobre as nossas práticas tanto educativas, quanto pessoais. Por isso, entender a Filosofia seria ou será o primeiro passo para que o sujeito se encontre nele mesmo e no contexto onde vive. A Filosofia na formação docente, desmistifica muitas situações de inferioridade, de alienação e da própria condição de transformação e emancipação dos sujeitos que se formam, ou seja, sujeitos que pensam. Por isso, entendemos ser tão importante apresentá-la nesse texto como parte curricular do mesmo.

Na universidade, na escola e em qualquer lugar, se ouve falar em pesquisa, muitas vezes de forma pejorativa ou apenas como roteiro para respostas prontas, principalmente, na escola. Nesse sentido, quando entendemos que o conhecimento científico passa, necessariamente, pelo

crivo rigoroso de um método e de metodologias que corroboram para se chegar a um resultado, caracterizado pela cientificidade, essa condição impulsiona-nos a valorizar a pesquisa como recurso importante e necessário na formação do professor, pois o engendramento curricular de muitos cursos de formação inicial, deixam a pesquisa em segunda plano, ou seja, geralmente, fala-se em pesquisa, apenas na fase conclusiva do curso para a elaboração do chamado trabalho final.

Por fim, ao escolhermos falar, mesmo de forma rápida, de formação de professores, dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 e do Plano Nacional de Educação (2014-2024), é por que entendemos, que nesses dois instrumentos estão postulados todos os objetivos e metas que norteiam a formação docente, mesmo que não atendam aos anseios dos que se formam.

Portanto, o presente texto é fruto de inquietações acerca da formação do professor e também de um pouco de utopia que ainda persiste em nós, que acreditamos numa educação de qualidade. Assim, a Filosofia e a verdadeira pesquisa, são como combustíveis imprescindíveis no processo de formação do professor para uma sociedade emancipatória e quiçá, revolucionária.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular** – MEC- 2014

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei nº 9.394/96 – Brasília -2004

DEMO, Pedro. **Aprender como autor**. São Paulo: Atlas, 2015

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Capítulos essenciais. (Tradução: Roberto Cavallari Filho) – São Paulo: Ática, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Pesquisa Educacional: da consistência epistemológica ao compromisso ético**. Revista Ibero-americana de estudos em Educação, Araraquara, 2019.

XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. **A pesquisa-formação sob diferentes perspectivas no campo do desenvolvimento profissional docente**. Ensaio em Revista, Uberlândia, MG, 2022.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

DOI 10.47402/ed.ep.c202218773358

Celsineide Mendes de Moura

Manoel Soares de Aragão

RESUMO

Este texto foi feito a partir de uma revisão bibliográfica de artigos de autores como Jannuzi (2004), Mendes (2006, 2008, 2018), Plestch (2015), Schön (1992) entre outros que discutem de modo geral sobre a formação de professores e de modo particular, sobre a formação de professores dentro dos paradigmas da inclusão. Tem como objetivo suscitar discussões sobre a necessidade de formação de professores na perspectiva da Educação Especial e compreender o que as políticas educacionais garantem no que diz respeito a formação inicial e continuada dos docentes da educação básica de modo que possam ofertar um ensino de qualidade ao público desta modalidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Professores. Educação Especial. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

A formação de professores é primordial e intrínseca ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes, inclusive aos que compreendem o público da Educação Especial. Diante das exigências impostas pelo paradigma da inclusão, que visa ofertar uma educação de qualidade não só para os alunos público da Educação Especial, mas para todos indistintamente, a formação de professores na perspectiva da inclusão é uma das questões mais abordadas nas últimas décadas, ganhando bastante notoriedade no mundo das pesquisas dada a importância da temática.

Entende-se, portanto, como público da Educação Especial pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2015, Lei nº 13.146). Assim, este estudo terá sua discussão voltada de modo geral para o tipo de ensino que está sendo ofertado nas salas de aulas das escolas comuns a esta clientela e sobre a formação que os futuros professores e professores em exercício estão recebendo (ou deveriam receber) nas instituições de ensino para atender os paradigmas da inclusão desta população.

A relevância da temática se justifica na prerrogativa de que a formação de professores nos cursos de licenciatura sempre passou à margem de uma concepção voltada para atender os alunos em suas especificidades educativas. Mas, com o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, as escolas vêm sendo desafiadas a se reorganizarem no sentido de proporcionar um ensino inclusivo e de qualidade, para atender a todos, sem exceção.

Neste contexto, Bueno (2010) afirma que,

O que se deve ter em mente é que para a inclusão de crianças com necessidades educativas no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades especiais. (BUENO, 2010).

Nesse sentido, a formação de professores é um dos fatores que contribuem para a garantia de aperfeiçoamento profissional, possibilitando assim, que estes profissionais adquiram novos conhecimentos e desenvolvam práticas pedagógicas mais inclusivas no contexto escolar que atuam.

O artigo tem por pretensão suscitar discussões sobre a importância de formação de professores na perspectiva da educação especial por considerar, que não se pode conceber a questão de uma educação inclusiva e de qualidade sem pensar em profissionais preparados para atender a diversidade de alunos que compõem as salas de aula do ensino regular, objetiva-se ainda, conhecer as políticas educacionais que legislam sobre formação inicial e continuada destes profissionais para atender a esta referida clientela.

A pesquisa é de natureza qualitativa, e se deu através de uma revisão bibliográfica de artigos de autores como Jannuzi (2004), Mendes (2006, 2008, 2018), Plestch (2015), Schön (1992), Piaget (1994), entre outros, que discutem de modo mais amplo sobre a formação de professores e de modo particular, sobre a formação destes docentes dentro dos paradigmas da inclusão. Para composição da discussão foi necessário realizar também o estudo dos principais documentos que regulamentam a educação especial no nosso país.

Portanto, esse excerto objetiva provocar discussões sobre a necessidade da formação de docentes para atuar no atendimento dos alunos Público da Educação Especial na educação básica e suscitar discussões sobre as políticas educacionais que legislam sobre formação inicial e continuada destes profissionais.

Foram utilizados como locus de pesquisa os Portais de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o SCIELO. A pesquisa teve como delineamento a revisão bibliográfica da literatura. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que segundo Fonseca (2002), é “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

O texto está dividido em seções. Na primeira traz fundamentação sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiências nos sistemas de ensino; a segunda discute sobre os marcos históricos, políticos e legais da educação especial; e a terceira seção aprofunda uma rápida discussão sobre os aspectos da formação docente na perspectiva da inclusão. Compreende-se que este estudo poderá contribuir com novas discussões acerca da formação de docentes sob a perspectiva da educação especial.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com a democratização do ensino, a partir da década de 1970, houve uma mudança relacionada à escolarização dos alunos com deficiência, e estes, deixaram de ser atendidos de forma separada como acontecia até então, passando a ser escolarizados na escola comum, ou em classes especiais junto aos demais alunos da educação básica. Paralelo a este fato, houve o aumento de matrículas desta população nas classes comuns. Com este novo desafio nas salas de aulas, os professores se viram desafiados a ensinar para um público diversificado, porém, evidenciou-se, que estes, não estavam preparados para atender as particularidades de aprendizagens apresentadas no contexto de uma sala de aula inclusiva.

O que se coloca como principal ponto de discussão nesse texto, está relacionado à ausência de uma formação específica ou no mínimo voltada a atender as demandas impostas pelo paradigma da inclusão. Procura-se conhecer ainda, o que as políticas públicas educacionais preveem ou asseguram, no sentido de ofertar capacitações para estes profissionais.

No contexto vigente, por mais que a inclusão dos alunos com deficiência seja reconhecido como indispensável, é preciso admitir que ainda há inúmeros desafios que impossibilitam que esse processo seja efetivado no âmbito educacional. Indiscutivelmente, são muitos os fatores que ainda tornam a inclusão uma utopia e não realidade em muitas escolas da educação básica, contudo, há de se aceitar, que não há como melhorarmos nossas escolas se as diferenças continuarem sendo excluídas delas.

Não podemos deixar passar despercebido o fato de que à exigência de novos conhecimentos pedagógicos associados a práticas de ensino mais contextualizadas, diferentemente das que vinham sendo desenvolvidas pelos docentes, causaram um entrave ao modelo de formação docente homogeneizadora até então vigente.

Mittler (2003), contribui com essa discussão, ao afirmar que a concretização da inclusão “implica que todos os professores têm o direito de esperar e receber preparação apropriada na sua formação inicial e desenvolvimento contínuo durante sua vida profissional”. Mas o que se

verifica no Brasil, na maioria das vezes, é a falta dessa capacitação docente. Colaborando com essa discussão, Mendes (2018), destaca que o princípio da inclusão escolar, implica que todos os estudantes, sem exceção, tenham acesso à escola, participem e tenham acesso a todo tipo de conhecimento ofertado por esta instituição. E para a construção dessa escola que atende a todos, independentemente das suas peculiaridades educacionais, os programas de formação de professores são substanciais, sendo que a não capacitação destes profissionais, implica em um sério problema na implantação de políticas públicas que atendam a essa demanda.

No âmbito escolar, não é possível pensar na inclusão educacional dos alunos- público da educação especial sem antes considerar a formação do corpo docente, pois segundo as contribuições de Piaget (1994),

A preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado (PIAGET, 1984, p.62).

Dessa forma, é fundamental destacar a importância em viabilizar condições necessárias para atender esse público nas escolas, pois apesar de todos terem seus direitos reconhecidos, a permanência de alguns, dependerá de um esforço coletivo e ações específicas para que estes, possam se desenvolver mediante o processo de aprendizagem e construir sua própria autonomia. Portanto, além do acesso às classes comuns, é necessário garantir a permanência, integração e sucesso educacional desses alunos que durante muito tempo foram marginalizados no processo educativo. Só ofertar o acesso, não é suficiente, é preciso acolher e responder as necessidades de aprendizagem desta população, garantindo-lhes igualdades de oportunidades, e isso requer mudanças de paradigmas que ocasionem a garantia de uma educação igualitária para todos.

Sobre isso, Aranha (2001, p.35) diz que a concepção de inclusão deve se fundamentar em uma “filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade”. Araújo, complementa tal discussão ao destacar que,

[O] direito à igualdade surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas com deficiência. Toda e qualquer interpretação Constitucional que se faça, deve passar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade. Só é possível entendermos o tema da proteção excepcional das pessoas com deficiência se entendermos corretamente o princípio da igualdade. (ARAÚJO, 2011, p.49).

Retomando sobre o processo de escolarização das pessoas com deficiência em nosso país, constata-se que nem sempre todas as pessoas tiveram acesso ao sistema escolar e seus direitos de serem tratados como iguais, garantidos. Somente a classe dominante possuía condições de acesso à escolarização, e as classes menos favorecidas eram instruídas para

desenvolver o trabalho braçal. Assim, as pessoas com deficiência, durante muito tempo, foram excluídas e marginalizadas pela sociedade.

A luta pelo direito à educação desta população, se tornou mais forte ao longo da década de 1960, quando a escola pública se democratizava para a população geral (JANNUZI, 2004). A partir de 1970 as instituições de ensino passaram a receber as pessoas com deficiência, porém a elas não era oferecido a possibilidade de aprimorar as suas capacidades. Essa foi a política de integração escolar, onde estes indivíduos, é que deveriam acompanhar o ensino ministrado nestas instituições. E não o contrário. Os registros deixam explícito, que a escola não mudou a sua rotina, não adequou suas práticas pedagógicas, não ofereceu oportunidades de aprendizagens e a estes alunos, era ofertado apenas o direito de ingresso nesses espaços.

Como nem sempre estes estudantes conseguiam acompanhar o ensino ministrado nesses ambientes, passados 20 anos dessa política de integração, eles continuavam sendo sistematicamente excluídos das escolas, assim foi necessário políticas mais contundentes na garantia de direitos que não discriminassem essa população.

Acerca da concepção de educação inclusiva, Sasaki (2003) afirma que é necessário distinguir esse primeiro termo do conceito de inserção ao apontar, que,

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas de inclusiva no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).

Na concepção do autor, para que o ensino inclusivo seja de fato efetivado, deve ser planejado e ofertar condições de acordo com as necessidades dos alunos atendidos.

A constituição de 1988, preconiza que os alunos -público da educação especial sejam matriculados preferencialmente na rede pública de ensino. A legislação brasileira estabelece ainda que, para esses estudantes, a frequência exclusiva na classe comum não basta. É preciso ofertar-lhes também o AEE, em salas de recursos multifuncionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), ao se referir sobre o direito a educação para essa população, assegura em seu artigo 59, inciso III “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração destes estudantes nas classes comuns”. Essa nova definição na educação especial muda muita coisa,

principalmente ao que se refere a formação de professores, que precisa ser adequada a novas práticas voltadas para o atendimento dessa clientela.

MARCOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Alguns marcos históricos importantes devem ser mencionados nesse excerto como motivadores dos objetivos de uma formação de professores em direção à um ensino inclusivo, a saber,

- ✓ A Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem; em 1990, em Jomtien, Tailândia; promovida pelo Banco Mundial, UNESCO, UNICEF e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Participaram desta, educadores de diversos países do mundo, sendo aprovada nessa ocasião, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos;
- ✓ Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais: acesso e qualidade, que produziu a Declaração de Salamanca, em 1994 na Espanha. Foi promovido pelo governo da Espanha e pela UNESCO, sendo considerado o marco mundial mais importante na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, as teorias e práticas inclusivas se fortaleceram em muitos países, incluindo o Brasil;
- ✓ A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006 em New York, ratificada no Brasil em 30 de março de 2007 sob o decreto nº 6949/2009.

A Declaração de Salamanca, destaca sobre as novas competências que os profissionais que atuam no ensino comum devem desenvolver para atuar na perspectiva do ensino inclusivo. É ressaltado também, sobre a formação continuada que deverá ser mantida aos profissionais que atuam nas salas de aula junto aos professores regentes. De modo geral, estes documentos, supracitados, apontam quais conhecimentos e aptidões o professor deve adquirir para desenvolver uma boa pedagogia.

Outros marcos legais amparam o atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, são eles: as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)*, que atribuem aos sistemas de ensino, o desafio de se reorganizarem para incluir os estudantes e atender as suas necessidades educacionais especiais; a *Resolução Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008)*; com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; a *Resolução CNE/CEB nº 4/2009* que

institui as *diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)*; e reafirmou a Educação Especial como modalidade educacional e enfatizou o Atendimento Educacional Especializado; *Decreto nº 7.611/11* que dispõe sobre o *Atendimento Educacional Especializado, o AEE*, e determina que o estado deverá prover condições de acesso, participação e aprendizado no ensino regular, garantindo serviços de apoio especializado, considerando as individualidades; a *Lei nº 13.146/15- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)* é destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Cabe enfatizar aqui, que esta lei traz uma mudança de compreensão sobre a deficiência de uma perspectiva meramente biomédica, para uma compreensão como desigualdade social, reforçando a ideia da deficiência não como atributo individual, mas como resultado de uma sociedade despreparada para a diversidade humana.

Esses documentos buscam reestruturar as bases organizacionais e pedagógicas das escolas, para que estas, tenham melhores condições de possibilitar a inclusão escolar e permanência dos seus estudantes. Cabe ainda mencionar o Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui sobre a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, que foi sancionado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, e foi revogado sob fundamentos de inconstitucionalidade e por ser considerado um retrocesso na política da Educação Especial. Sua revogação se deu em 1º de dezembro de 2020 a partir de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL nº 429/20). Dentre os motivos da sua inconstitucionalidade pode-se citar a violação dos direitos das pessoas com deficiência dando margens a práticas segregatórias; também por ferir a constituição de 1988 em vários dos seus artigos; por ter sido elaborado e implementado sem consultar as organizações representativas das pessoas com deficiência, e dentre outros motivos por ferir a própria Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015.

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Em 2001 com a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 02/2021 que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica, são apontados dois perfis de profissionais para atuarem junto aos alunos com necessidades educacionais especiais: o especialista e o capacitado.

O professor capacitado, sendo aquele que atua em classe comum com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, que comprovem que em sua formação de nível médio ou superior foram incluídos conteúdos sobre educação especial (BRASIL, 2001); e o

professor especialista, que deverá ser formado em cursos de licenciaturas de educação especial ou em uma de suas áreas. Este professor especializado também poderá ser formado em cursos de complementação de estudos ou pós-graduado em áreas específicas da educação especial. O documento aponta as atribuições que estes profissionais deverão desenvolver e atribui à União, Estados e Municípios, a responsabilidade de ofertar formação continuada aos professores regentes das classes comuns (BRASIL,2001).

No período do governo Lula da Silva (2003-2010), iniciou-se um processo de radicalização da política da inclusão escolar (MENDES, 2006), associado à ampliação dos volumes de investimento nas políticas sociais (Garcia, 2010, Pietro, 2010). Assim, o ano de 2003 é considerado como marco inicial da política de inclusão escolar no país. As matrículas dos alunos- público desta modalidade, tornaram-se, praticamente compulsórias nas escolas comuns: essa parcela da população que antes era escolarizada de forma paralela em classes especiais ou instituições especializadas, passou a ser escolarizada nas escolas de ensino comum.

A partir de então, o censo escolar brasileiro começou a registrar um aumento contínuo e relevante de matrículas desta população nas escolas regulares, sendo que no ano de 2004 essas matrículas, superaram as das classes comuns e das instituições especializadas. E na atualidade, a admissão destes indivíduos nas escolas comuns continuam cada vez mais expressivas. De acordo com os dados do censo escolar 2020, as matrículas referentes a educação especial chegaram a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Nesse caso, o levantamento se refere aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. Os dados revelam ainda, que o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classe comum também aumenta gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020.


Esse ingresso crescente de alunos público da educação especial nas escolas comuns vem trazendo novas demandas para formação de professores. Alguns autores (DUARTE, 2013; PLETSCHE, 2015), apontam que os cursos de formação de professores não sofreram mudanças para atender a classes heterogêneas. Estudos sinalizam ainda, que os próprios professores que atuam nos cursos de formação de professores, nas chamadas licenciaturas, também não estão preparados para atender às necessidades e desafios da atualidade (FREITAS, 2005; RODRIGUES, 2004). Como consequência, presenciamos profissionais que alegam estar despreparados para conduzir o ensino e a aprendizagem desta população. Isto é preocupante, pois os alunos bem ou mal estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aulas se diversificam.

A resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, direcionou para que a formação ofertada nos cursos de pedagogia fosse ofertada de forma generalista: apenas para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Com isso foram extintas todas as habilitações em Educação Especial no âmbito dos cursos de pedagogia, reduzindo ainda mais as possibilidades de formação inicial dos professores da educação especial. Os conhecimentos ofertados nesses cursos, focam apenas aspectos gerais e vagos da educação para atender a diversidade, e não mencionam de forma clara e objetiva como deve ser a formação desse docente para atuar dentro dos paradigmas do ensino inclusivo. Não menciona também sobre quais seriam as competências necessárias que este profissional deve desenvolver, tão pouco sobre a importância das práticas de ensino colaborativo entre os pares.

Em 2008, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ficou definido que a formação do professor para atuar na modalidade de Educação Especial, deveria contemplar conhecimentos de docência e conhecimentos específicos da área, oferecidos na formação inicial e/ou continuada (BRASIL, 2008). Essa formação específica ficou restrita à formação continuada nos cursos de Especialização *lato sensu* (360h) ou aperfeiçoamento (180h) devido à escassez dos cursos de graduação nessa área. Assim, o professor de educação especial habilitado para atuar nas escolas de educação básica passou a ser um licenciado especialista, que na maioria dos casos é um pedagogo com alguma especialização na área e, em menor escala, professores com licenciatura em educação especial (MENDES, CIA, CABRAL, 2015).

Há de se pensar que o professor das escolas regulares tem recebido em suas salas de aulas uma diversidade de alunos, os deficientes e não deficientes. O que se coloca em questão é que todos os profissionais das escolas devem estar preparados para atender a essa clientela. A formação destes docentes, deve incluir sobretudo, um trabalho reflexivo e crítico sobre suas práticas. Além dos documentos já referendados nessa investigação, existem outros que garantem a inclusão educacional dessa clientela no sistema educativo e também formação adequada aos profissionais da educação. Destarte, algumas questões ainda nos são desafiadoras: como têm acontecido essas formações? Elas têm respondido as necessidades dos professores? Como os professores da classe regular e os professores especialistas tem articulado o trabalho de forma a atender estes alunos? O ensino ministrado nas escolas tem ido em direção ao que propõe a inclusão?

São muitos os questionamentos que nos instigam, no entanto, só conseguiríamos ter respostas satisfatórias após estudos mais aprofundados de revisão da literatura e também



pesquisas de campo, junto a estes profissionais e alunos. Mas, pode-se depreender a partir desta pesquisa, que as formações estão acontecendo de modo insuficiente na formação inicial, e na formação continuada, estão ocorrendo no desenvolver da função, a partir da prática em sala de aula. Infelizmente, ainda é recorrente o discurso de muitos docentes de que não estão preparados para trabalhar com as diferenças nas salas de aulas. Assim, muitas injustiças ainda estão sendo cometidas pela educação formal ao definir o aluno ideal e, ao contribuir com a marginalização dos demais, por não se encaixarem no modelo de aluno perfeito e também pelo fato destes profissionais não dispor de um ensino que atenda às necessidades educacionais dessa referida população.

Com base nos princípios da escola inclusiva, a formação do professor deverá acontecer também no próprio espaço coletivo, possibilitando a mudança de cultura da escola, que passará a ser colaboradora, onde a reflexão do próprio trabalho pedagógico seja de grande importância. Contribuindo com essa discussão, Schön (1997) em seu livro “Formar professores como profissionais reflexivos”, dialoga sobre a necessidade de reforma da escola ao problematizar questões relacionadas às competências necessárias que o professor precisa adquirir para desempenhar o seu trabalho de forma profícua; qual seria o tipo de formação necessária para capacitar este profissional e sobre quais competências que estes docentes deveriam ajudar os alunos desenvolver. Ressalta sobre o conceito do professor reflexivo e a importância desse profissional desenvolver “talentos artísticos”, tais como perspicácia, intuição, criatividade, espontaneidade. Não basta o acúmulo de conhecimento, é preciso saber usá-los para solucionar problemas e conflitos.

Rodrigues (2006, p.36), argumenta sobre a necessidade de o professor transformar a sua prática docente de modo a responder os desafios de aprendizagens dos seus alunos ao afirmar que “o desenvolvimento de competências para a educação inclusiva, ainda que possa ter uma fase de sensibilização na formação inicial, só poderá ser plenamente assumido ao longo de uma prática em serviço”.

No contexto atual, há de se considerar que o público atendido nas escolas públicas mudou, sendo composto por um público heterogêneo. Mas, a escola pouco mudou, o ensino não foi ressignificado, as práticas pedagógicas continuam sendo muitas vezes excludentes, os professores continuam com métodos conservadores de trabalho, métodos estes, que estão arraigados à sua formação básica e profissional.

É preciso compreender que para atender ao paradigma de um ensino inclusivo, é preciso que haja muitas mudanças na forma de conceber o ensino e a aprendizagem. O professor deve

mobilizar seu conhecimento, articulando-o com suas competências. Precisa ser capaz de construir estratégias de ensino, visando a prática educativa de todos, procurando diminuir a evasão e o fracasso escolar. Os professores devem fortalecer práticas de ensino colaborativas, se ajudando e apoiando mutuamente. Essa perspectiva implica em unir saberes a favor da inclusão.

Há de se enfatizar sim, que há poucas oportunidades de capacitação. É necessário a implementação de políticas educacionais voltadas a ofertar cursos de aprimoramento e que atendam às necessidades encontradas por estes profissionais nas salas de aula. A inclusão não pode ser precarizada, pois incluir pessoas com necessidades especiais no atual contexto também precarizado, não rompe por si só, com o problema da marginalização o qual está população vem sendo submetida há muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o processo de inclusão no Brasil, subentende-se que a primeira preocupação do poder público foi apenas inserir os alunos público da educação especial no sistema educacional sem se preocupar em como seria a educação adequada para atender suas peculiaridades. Embora o debate referente a inclusão desta população no processo de ensino e aprendizado seja um assunto muito debatidos nos últimos tempos, ele é ao mesmo tempo, muito delicado, percebe-se, que ainda há muito a se avançar em relação à definição de qual tipo de formação os professores deveriam receber para atender o paradigma de uma escola inclusiva, e qual tipo de ensino seria o mais apropriado para incluir essa população no processo ensino aprendizado. Porém, é possível inferir que o ensino voltado a atender o público da educação especial está paulatinamente avançando, e que todas as lutas e bandeiras levantadas em torno da educação especial nos trouxeram à um patamar talvez nunca acreditado por muitos.

Porém, é preciso reconhecer que a grande maioria dos alunos com algum tipo de deficiência, permanece ainda, à margem de um ensino de qualidade. E quando a inclusão não ocorre na escola, há resultados adversos. Bartalotti (2006), afirma que um desses resultados é a marginalização do aluno, pois a escola não considerou a sua diversidade diante do processo de ensino e aprendizagem, assim ele ficou à margem da prática pedagógica e isso acontece em virtude das diversas vezes em que a ausência de acesso à informação impediu “[...] que as pessoas tenham efetiva consciência de que uma situação, aparentemente satisfatória, é na verdade, marginal” (BARTALOTTI, 2006, p. 11).

Conclui-se por fim, que a escola ainda precisa ressignificar sua prática docente considerando seus limites e possibilidades, afim de atender à diversidade das necessidades educacionais dos alunos indistintamente, e nesse sentido, a formação docente é fulcral para melhorar a qualidade da educação. Há de se compreender que a escola sozinha não tem condições de transformar a educação preconizada pelos paradigmas de um ensino inclusivo, este é um trabalho coletivo, que demanda esforço de toda população e investimentos viabilizados por meio de políticas públicas que privilegiem a formação constante dos professores.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº 21, março, 2001.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?** São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Publicada no diário oficial em 23 de dez. de 1996.

BRASIL. **2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 19/06/2022.

BRASIL. Declaração de Salamanca: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas

BRASIL. **Política Nacional de Educação de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** *Rev. bras. educ. espec.* Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65381999000100002&lng=pt&nrm=iso. acesso em 07 jun. 2022.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

JANNUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2005.

MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011

MENDES, E. G. A Política de Educação Inclusiva e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil.

ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS/ EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES, v.27, p.1-27, 2019.

MENDES, E. G. A Radicalização Do Debate Sobre Inclusão Escolar No Brasil. **Revista Brasileira De Educação** v.11 n. 33 (2006).

MENDES, E. G. Formação de professores para a educação inclusiva. In: TIBYRIÇA, Renata Flores; D' ANTINO, Maria Eloisa Famá. (Org.). **Direitos das pessoas com autismo: Comentários Interdisciplinares** 12.764/12. 21ed. São Paulo: Editora Memnon, 2018, v.1, p.1-1.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, M.M.DE. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar em Revista [online]. 2009, n. 33 [Acessado 19 junho 2022], pp. 143-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>. Epub 10 Ago. 2009. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984

SCHÖN, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Pelotas. In: Nóvoa, A. (org.). **Os professores e a sua formação**. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. P. 79-91.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo. Aurea: 2003.

CAPÍTULO 4

A TRAVESSIA DOS INTELLECTUAIS DA IDADE MÉDIA NA PERSPECTIVA DE JACQUES LE GOFF E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

DOI 10.47402/ed.ep.c202218784358

Márcia Macêdo Costa

RESUMO

A premissa do presente artigo, tem como objetivo demonstrar a notória contribuição do período medieval para o período contemporâneo, além da tentativa de desmitificar o período em estudo. Entrava-se uma construção realizada por meio de uma revisão de literatura, especialmente do autor Jacques Le Goff, um grande estudioso da idade média, entre outros referenciais teóricos peculiares, tendo como método indutivo a abordagem qualitativa, sendo elencado categoricamente as análises por meio da seguinte distribuição em cinco tópicos: o primeiro denota uma visão geral do texto. O segundo apresenta um breve histórico sobre a Idade Média, tendo como objetivo situar temporalmente. O terceiro refere-se a igreja e a intelectualidade, travando os impactos da instituição. O quarto tópico é relativo aos desdobramentos da Idade Média na contemporaneidade, quais foram os contributos que perfaz o presente. Já no último é a conclusão do estudo, porém não finda, mas com a intenção de emancipar o modo de ver a idade média, principalmente ao que refere a educação em linhas gerais. Portanto, os resultados alcançados, foram: a herança que ainda é fundamental para a contemporaneidade; a organização pedagógica, escolas e universidades, legados que ainda perduram e foram pouco modificados pelo tempo em seu sentido figurado.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média. Intelectual. Contemporâneo. Educação.

INTRODUÇÃO

A idade antiga ou antiguidade clássica, é anterior a Idade Média, a queda do Império Romano do Ocidente foi o marco do início da Idade Média, e em linhas gerais, uma das referências deste império foi a instituição Igreja Católica, cujo a estrutura era organizada e estruturada, nesse sentido a conformação da sociedade se configura em um processo de transformação.

O autor francês Jacques Le Goff (1924-2014), é um notório estudioso da Idade Média, grande parte de suas obras está voltado para esse recorte temporal. Desse modo, será destaque pontos que foram escritos em seu livro “Os intelectuais na Idade Média” 2ª edição. Alguns destes destaques são o fenômeno universitário medieval ao longo dos tempos, no intuito de compreender como culminou a organização universitária categoricamente, perpassando por diversos conceitos ao que tange a sociedade daquela época.

É concebível dizer que há traços que originaram no passado e que perpetuam ainda na contemporaneidade, nesse sentido faz necessário revisitarmos ao passado numa tentativa de

compreender talvez, algumas “amarras” que coexistem e que de certa forma tornam-se inerente nas diversas culturas dentro da organização social.

Dado ao contexto em que os humanistas ao fim da Idade Média nomearam de Idade das trevas, segundo eles, houve retrocesso nas principais vertentes sociais como o intelectual, filosóficos, artísticos e as diversas instituições, pois, isso ocorreu devido a ruptura da antiguidade clássica. No entanto, para Le Goff, o aparecimento do intelectual é dado no século XII, já para outros estudiosos se iniciam em XI ou X, mas aqui será considerado na perspectiva do autor em estudo.

Nesse sentido, a figura do intelectual, nomeado pelo autor Le Goff, surge com as cidades, o urbano daquela época, ao mesmo tempo correlacionava a economia também, vale salientar que nesse cenário há de se considerar que a igreja dominava de forma abrangente todas as questões inerentes a sociedade, incluindo os saberes e o conhecimento. Conquanto, ao que concerne a travessia da intelectualidade na Idade Média, e seus desdobramentos na contemporaneidade será o ponto chave para o desenvolvimento deste trabalho.

UM BREVE HISTÓRICO DA IDADE MÉDIA

O contexto da Idade Média é dividido em Alta Idade Média e Baixa Idade Média. No primeiro aconteceu as invasões dos bárbaros ao Império Romano, e conseqüentemente surgiram vários povos, concentrando muitas culturas adversas; e o segundo contexto, é consequência do primeiro, o enrijecimento da crise feudal, a instabilidade econômica, insegurança nos mais diversos polos sociais.

Com a descentralização desses povos, eles migraram geograficamente aos arredores de reinos, do clero e formavam as cidades. Essa efervescência populacional tornara cada vez mais complexa, sendo tangente as questões organizacionais como a cultura, a economia, a política, embates territoriais, modos culturais que se exercitavam em um sobrepor a outra. Nesse sentido, houve um processo lento e sangrento, pois nesse recorte temporal da Idade Média abrangente, é um período marcado pelo descontentamento, a miséria, muitas guerras, e todo esse arcabouço nele estavam presentes a figura do intelectual, que surge, nas palavras de Le Goff, junto ao urbano.

Nas cidades, culmina a possibilidade de reverberar o leque dessas culturas por meio do comércio terrestre e marítimo, exporta e importa diversas mercadorias e dentre eles os manuscritos daquela época. Embora, ao início da Alta Idade Média, o conhecimento estava sendo restrito para alguns grupos da sociedade, sendo os mais abastados economicamente, e

partir daí que surge, os movimentos, *goliardos* para que proclamassem os saberes para as ruas urbanas.

Os goliardos eram os intelectuais que um dia foram clérigos, conhecidos como errantes, maledicentes que contrapuseram as ideias impostas pela igreja na sociedade, na verdade, não se restringia a religião em si, mas aos modos que os cleros postulavam para que as populações pudessem viver. Le Goff denota que significado de goliardos eram os inimigos de Deus, pois explanavam a libertinagem. Visto que, naquele tempo, a crítica referenciada ao clero, era um insulto, e por isso eram perseguidos. Assim, para Le Goff *os goliardos são fruto da mobilidade social característica do século XII, p.43.*

Nesse sentido, se o que os goliardos fossem na contemporaneidade, talvez seriam os esquerdistas, antifascistas, envolvendo as diversificações de movimentos sociais. Além dessa propositura de explanação das formas de escrita, conhecimentos, dogmas inerentes à época, Le Goff em seu escrito assinala que,

A Espanha e a Itália não praticavam senão um primeiro tratamento do material greco-árabe, esse trabalho de tradução que vai permitir a sua assimilação por parte dos intelectuais do Ocidente. Os centros de incorporação do contributo oriental na cultura cristã situavam-se noutros lugares. (LE GOFF, 2010, p. 38)

Conquanto, nota-se que a difusão de instrumentos de determinada cultura gradativamente se confluí, aqui, demarca-se os aspectos geridos nesse processo de transformação social da Idade Média, a significância do intelectual será paulatinamente marcada pela influência da igreja, pois devido as demarcações territoriais, o papado tornava-se uma das maiores influências demograficamente, incluindo na política.

Contradizendo alguns estudiosos, principalmente, os historiadores, que rechaçam o período da Idade Média como uma influência negativa, retrocessos sociais, Le Goff apresenta em sua obra *Os intelectuais da Idade Média*, sinais que, devemos resgatar a esse processo histórico e que por meio dele nos aproximar do presente, pois é emergente, a possibilidade dessa revisitação para que possamos compreender os problemas contemporâneos.

A INSTITUIÇÃO IGREJA E A INTELECTUALIDADE

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a igreja permaneceu com sua organização e estrutura, dessa forma a égide da polarização de poder ao novo regime instaurado permanecera com nuances alterações. Pode se perceber nas vertentes que demarcam a época,

na Alta Idade Média recai-se o teocentrismo, a economia pautada na agricultura, a educação restrita aos abastados, paulatinamente bebidos filosoficamente por ideias de Platão.

Enquanto a Baixa Idade Média, postula ao antropocentrismo, a reverberação do ser homem, a economia com uma nova roupagem de comércios, e a educação uma nova figuração, bem como tomados pelas ideias aristotélicas. Assim, percebe-se que no percorrer do tempo houve transformações peculiares e controversias.

E a precedente Idade Média, é carregada de aspectos que delinearão ao início da modernidade, as práticas feudais é a marca disso, pois a hierarquia estabelecida perpetuara ao longo do tempo, hierarquia composta por nobres, cleros e servos/camponeses.



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/feudalismo/>

Nesse sentido, a vagabundagem intelectual dita por Le Goff em sua obra, sobre os goliardos, é também um contributo a esse processo de transformação, pois os inimigos de Deus eram ex-clérigos, por isso foram expulsos para o aquém social. Enquanto isso o movimento começará a crescer no urbano, pois até então os saberes; as intelectualidades eram entesouradas, ou seja, guardadas, somente a nobreza tinham acesso, como se fosse artigo de luxo.

E o papel da instituição igreja era manter a ordem, garantir que cada um exercesse sua função predestinada, atendendo as necessidades dos nobres e ainda restringindo conhecimentos, mas ao contrário dos goliardos, essa restrição então começa a surtir efeito urbano, pois os intelectuais goliardos precisavam sobreviver e para isso vendiam seu conhecimento, bem como os artesãos, e ferreiros faziam.

Ainda que cada profissão teria sua especificidade, a analogia empregada entre o intelectual e artesão são fantásticas, pois não há distinção de qual é a mais importante e sim, valorizá-las, de modo que toda profissão deveria receber além do reconhecimento, assim assinala Le Goff,

Homem de ofício, o intelectual tem consciência da profissão a assumir. Reconhece a necessária ligação entre ciência e ensino. Já não é dos que pensam que a ciência deve ser entesourada, mas sim posta em circulação. As escolas são oficinas de onde se exportam ideias, como se fossem mercadorias. No terreno urbano, o professor emparelha, por um mesmo intento de produzir, com o artesão e o mercador. (LE GOFF, 2010, p. 79)

Assim, o ensino até o século XII estava inteiramente sob o comando da igreja e foi somente com a aparecimento das universidades no século XIII, que houve uma nova configuração na sociedade medieval, bem como, quando começaram a surgir as inquietações dos intelectuais daquela época.

Tais problemas, em que protagonizaram as autoridades laicos e o eclesiásticos, príncipes e feudos, e logo adiante entra em cena os burgueses, toda essa configuração dar-se-á ao intelectual um papel a desempenhar no seio da sociedade sob a égide do científico e político.

Na propositura do contexto, percebe-se que os intelectuais fizeram a tentativa de esquivar às ordens da igreja local, daí surge o papado, uma outra corrente de religião e se alia aos intelectuais, (Le Goff p. 90) “afirma nascidos de um movimento que se encaminhava para o laicato, são da Igreja, mesmo quando, institucionalmente, dela pretendem libertar-se”. Aqui se dará a corporação universitária ao papado, cujo a premissa dessa corporação é que o papado tornara o controlador da situação a que evoca e simultaneamente atravessar os limites das fronteiras pelos mestres e estudantes, nessa partitura já não haverá o intelecto estrito, os interesses já avançam a um outro patamar na história medieval.

Entretanto, com os avanços das universidades está o descontentamento por parte dos habitantes locais, em seus diversos aspectos, dentre eles o econômico, jurisdicional e político (Le Goff, p 90). Partindo desse pressuposto, a problemática dessa travessia, está em que a universidade em termos de classe não há como situá-la, explica Tomás da Irlanda apud Le Goff,

[...] está, como Atenas, dividida em três partes: uma, a dos mercadores, artesãos e populares, a que se chama a grande cidade; outra, a dos nobres, onde está a corte do rei e a igreja catedral, a que se chama a Cidade [Cité]; a terceira, a dos estudantes e dos colégios, a que se chama a Universidade. (LE GOFF, p. 90)

Nesse sentido, a Universidade está alocada de forma distinta como se não fizesse parte daquele meio social, parece estar suprimindo as demais esferas sociais. Mediante a essas conotações, a organização da universidade, a instituição inicia a sua formação desde seus agentes ativos, algum deles expresso na obra de Le Goff é a figura do reitor, na Faculdade das Artes por exemplo. Vale salientar, que o livro universitário tivera um papel importante no

desenvolvimento desse processo, pois tornou-se um instrumento de trabalho e não somente um guardado fadadas a poeira dos reinos.

Destarte, o livro ao torna-se um instrumento fundamental para ensejar as mudanças transcorridas naquele tempo, elenca-se na economia, em que os comerciantes começam a fazer cópias e vender, o seu formato também muda devido a necessidade de transportá-lo sendo para comercialização ou para o uso, bem como a circulação do conteúdo em que está no livro, o acesso ao conhecimento começa a alcançar vários lugares.

Além da proporcionalidade em que a o livro pudera contribuir, os efeitos dessas transformações não se cessam, há também questões do ensejo universitário em que se dará por meio da oratória e a dialética, ambos aspectos presentes na sociedade contemporânea.

DESDOBRAMENTOS DA IDADE MÉDIA NA CONTEMPORANEIDADE

Não há uma demarcação exata de quando surgiu a intelectualidade, pois, ao revisitarmos a história e memórias das épocas anteriores, não eram nomeados como intelectuais, mas pode se dizer que já tinham, de acordo com o seu próprio tempo. A situação é atemporal, devido a tamanha complexidade, se caso reduzirmos que a intelectualidade está em determinada época, talvez poderá ocorrer um equívoco de sobrepor aos saberes anteriores.

E nessa linha tênue reflexiva, os desdobramentos para a contemporaneidade há resquícios da antiguidade clássica, bem como Le Goff, postula que os medievos respeitavam aos mestres anteriores, nesse sentido, seria imprudente dizermos que a idade medieval não contribuiu para o processo em que a sociedade se encontra, contemporânea e tecnologicamente.

Nesse sentido, tomemos o que Oliveira (2016), explicita que a universidade é um patrimônio histórico não apenas em seu sentido material e sim original, assim, explica,

Ao considerar esses dois aspectos, compreenderemos a importância da universidade, da perspectiva histórica e da memória, retomando o seu sentido de pertencimento social que ela possibilita ao imprimir o caráter de universalidade ao saber e a ao agir dos homens. História e memória se entrelaçam, permitindo a compreensão desta instituição como o espaço do saber universal mediado pelas relações do poder político, já que, ao longo da Idade Média, a universidade esteve ora sob a chancela do poder laico, ora do papado. (OLIVEIRA, 2007, p. 114)

Remete a situação que a universidade não é somente a sua origem e sim o que poderá imprimir socialmente de acordo com o contexto histórico, embora, ainda exista nuances dos preceitos das universidades medievais ao contexto contemporâneo, mas que são determinantes e distintas temporalmente.

Vasto que, ainda alguns autores revista a Idade Média como subalterna da igreja e do papado, deixando a margem todo o longo processo da sua cultura, sociedade em suas perspectivas políticas e educacionais.

Para Rashadall, apud Oliveira (2007), a Idade Média nos deixou um legado, que são as universidades. Para ele, essa instituição originou-se na época medieval, cujo sua organização e tradição influenciaram o progresso e principalmente o desenvolvimento intelectual, além de contribuir para a organização pedagógica da educação, a priori.

E no momento da travessia da Idade Média para contemporaneidade, ou seja, nessa transição está imbuído de fatores que são inerentes em alguns aspectos da era moderna. Todavia, no próprio recorte em estudo, observou-se variações, como nos modos de produção que antes eram escravistas e passaram a ser feudal, a economia que antes era de agricultura passou a comercialização, e propriamente o pensamento de se explicar o universo que era teocentrismo e gradativamente para o antropocentrismo. Nesse sentido, em linhas gerais a igreja tinha como ambição alcançar o maior número de escravos e camponeses para seus ensinamentos bíblicos, evangelizar de fato. Para Manacorda (2006), explícita que o próprio conteúdo de ensino que antes eram conteudistas passaram a ser paulatinamente estudos bíblicos, tendo como base a religião.

Partindo desse pressuposto, em que a Idade Média perpassou por muitas transformações, embora a essência que prevalecia ainda era em si, a organicidade da vida, em que eram explicadas por meio das leis da natureza, dos variados deuses, a mitologia, que logo foi encarada pela cristandade a figura de Jesus, de um Deus somente.

Porém, em um determinado momento histórico inicia a dessacralização da natureza, no prelúdio do século XII, em que o simbolismo começa a ser atentamente visto diferente, e até mesmo questionado como uma certa racionalidade pelos os intelectuais.

Perpassado por esse movimento histórico, a contemporaneidade vislumbra de um leque de ensinamentos que a Idade Média culminou, dentre entes está a organização pedagógica, que até os dias atuais ainda é utilizado, as formas de agrupar os discentes em uma sala de aula, que antes dessa mudança, o alunado que buscava os professores, os conteúdos das sete artes liberais que são: o trivium (gramática, retórica e lógica) e o quadrivium (aritmética, geografia, astronomia e música), além do surgimento de conteúdos voltados para o comércio. Em síntese,

Escolas de catequização das igrejas, escolas claustrais monásticas, eis o gênero muito humilde e modesto donde saiu todo nosso sistema de ensino. Escolas elementares, universidades, colégios, tudo nos veio de lá; e eis por que de lá precisamos partir. E porque nossa organização escolar, em toda sua

complexidade, derivou mesmo dessa célula primitiva é que ela também nos explica, e somente ela pode, alguns dos caracteres essenciais que têm apresentado ao longo de sua história ou manteve até os dias de hoje. (DURKHEIM, 1995, p. 30).

O conceito postulado pelo sociólogo Émile Durkheim, acerca da herança histórica que se faz presente, houve mudanças em sua forma de tecer aos ensinamentos nestes espaços denominados escola, constata-se que os basilares da educação foram fundamentados na Idade Medieval. E essa delimitação histórica marginalizada por estudiosos, talvez já é indício de como a educação é compreendida na contemporaneidade, ou seja, parece-nos não existir ou uma diminuta preponderância da educação moderna.

Com efeito, a universidade tornara edificada somente no século XIII, com a Baixa Idade Média, em que Le Goff considera como a maturidade e seus problemas, pautados em relação de poder, a formação das cidades, o comércio, a crescente população urbana e poucas oportunidades, assim caminha o fim da Idade Média, a necessidade de repensar as questões inerentes de toda a movimentação social que expandia.

Conquanto, a organização da corporação universitária, segundo Le Goff, dado num primeiro momento era componente por quatro faculdades que são de artes, direito, medicina e teologia, que por sua vez tinha outras corporações no interior da universidade. Nesse sentido, a figura do reitor, que tinha suma importância nos assuntos financeiros, desse modo, nessas universidades haviam os estatutos universitários, em que eram o parâmetro que regulamentava todos os assuntos relativos a organização do estudo, por exemplo, os programas, a duração, a realização dos exames, dos cursos.

Referindo-se a universidade propriamente, somente essa questão remete aos dados relativos que a Idade Média proporcionou a contemporaneidade, cujo sua organização comparada as universidades atuais foram poucas mudanças, pois ainda há todo esses aparatos correlacionados acima, porém, com modificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, lentamente, as formas de comercialização iniciadas pelos burgueses, a forma de explanação formatada num júri, os bancos, a organização pedagógica, as escolas, as universidades são equivalentes à Idade Média, onde culminou.

Ademais, vale salientar que as formas utilizadas nos tempos medievos correspondem a sua época, e o que ainda perdura é a sua real essência de um determinado fato correspondente ao contexto vivenciado. Ou seja, esse movimento da Idade Média é cheio de vitalidade, e os

homens daquela época remontaram suas instituições na tentativa de responder as questões que se colocavam.

Haja vista que, como expoente que ainda perdura na contemporaneidade, a igreja católica ainda é mundialmente a religião que sobressai as outras, e possui fatores restritos ao impacto da intelectualidade do passado que se faz presente. Desse modo,

O intelectual do século XII, situado no centro do estaleiro urbano, vê o universo à imagem e semelhança da cidade, vasta fabrica borbulhante de ruídos e de ofícios. A metáfora estoica do mundo-fábrica é retomada num meio mais dinâmico com um alcance mais eficaz. (LE GOFF, p. 74)

Le Goff, em sua obra explícita pontualmente sobre essas nuances de paradigmas do passado, sendo destaques, de quando o homem transita do teocentrismo para antropocentrismo, colocando na balança a razão e a fé, o poderio da igreja em todo esse arcabouço temporal, o nascimento das cidades e com ela os novos modos de produção, de intelectual, e isso advém do processo de transformação desse período.

Notoriamente, a Idade Média, está longe de ser a idade das trevas, ao contrário disso, é uma época benevolente, assim como as outras foram, pois, cada recorte temporal há sua especificidade local, de vivência, cultura, mudanças geográficas, climáticas, nascimento de novos povos, línguas, e todo esse aparato jaz seu contributo adequado ou não ao momento histórico vivenciado.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LE GOFF, Jaques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa-PT, GRADIVA, 2ª ed. Tradução: Margarida Sérvulo Correia. S.d.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da Antigüidade aos nossos dias*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007**

CAPÍTULO 5

A EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CHAVE PARA O DEBATE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA DE AÇÃO DIRETA CONSTITUCIONAL E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

DOI 10.47402/ed.ep.c202218795358

Márcia Macêdo Costa

RESUMO

O presente artigo tem como premissa analisar duas normas opostas acerca da temática da Educação Especial no Brasil, a primeira, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva do ano de 2008 e a outra, o novo decreto instituído pelo atual presidente da república, a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, nº 10.502/2020 e de como tais efeitos, repercutiram na esfera do poder judiciário, e ainda incitar a discussão sobre os efeitos que desdobraram na sociedade, tendo como contraponto a ação direta constitucional e a ação direta inconstitucional. Para a análise, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizado, inicialmente, um levantamento numa perspectiva qualitativa. Nesse sentido, alguns dos resultados preliminares é que ainda consta numa linha tênue o embate entre as duas políticas e que a decisão judiciária, a depender também do contexto político que está ou estará vigente, além das proposições imbuídas em ambos documentos legislativos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Decreto nº 10.502/2020.

INTRODUÇÃO

Considerando que o poder judiciário é pautado num regime democrático e que em seu arcabouço predominam os fundamentos dos direitos humanos, coadunando com pensamento de Comparato (2004) que se funda essencialmente na independência e na responsabilidade com que o órgão estatal e em seu conjunto exercem suas funções.

Diante das normas postuladas na sociedade, cada uma reverberou de uma forma eminentemente, efeitos dicotômicos. Em detrimento da primeira política, que por sua vez culminou a partir de outros importantes documentos estrangeiros, a Declaração de Salamanca, a Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência e ainda na própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 5, e adentrou ao sistema brasileiro, especificamente a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, que sistematiza os avanços adquiridos pelo movimento global em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Tais direitos que culminou o direito a educação para toda sociedade civil, conforme está na CRFB/88 artigo nº 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988)

Visando a ascensão de todos os indivíduos na instituição escolar, pois para promoção de uma qualidade de vida em seus diversos aspectos, a educação é um meio primordial que veicula na garantia desse preceito social. Embora, historicamente, a educação fosse restrita as pessoas menos abastadas socialmente, tinham acesso apenas quem faziam parte da elite brasileira, dado ao contexto histórico de quando os portugueses se adentraram no Brasil com intenção de catequisar toda uma cultura indígena, partindo disso, decorre inúmeras questões que foram contributo para a formulação da educação de modo geral, considerando cada momento histórico, percebe-se que sempre houvera um tipo de governo, chefes que tomavam a frente de qualquer situação da civilização.

Desse modo, a educação enquanto direito garantido pela CRFB/88, há também Público Alvo da Educação Especial (PAEE), que por sua vez tem como garantias os mesmos direitos prescritos na lei, e ainda tem pautado no artigo nº 208, dessa mesma lei que, o Estado deve garantir por meio do inciso III, o atendimento educacional especializado nas instituições escolares de ensino regular. Este último, é uma questão ainda muito debatida no meio acadêmico referente a presença do PAEE nas escolas, alguns educadores possuem o pensamento de que é apenas socialização, e que este público não possui capacidade de aprender, tendo como pano de fundo o capacitismo da pessoa com deficiência.

Partindo desse pressuposto, o direito a educação ao PAEE, está descrito em lei, e também nas políticas públicas, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva do ano de 2008, em que pontua as diversificações precisas para garantir a ascensão deste público, subjaz que, um dos pontos que precisam voltar ao olhar é em relação a permanência desse público na instituição escolar. Há inúmeras questões que precisam ainda ser melhoradas para o PAEE. Sendo ponto chave para reflexão, a formação dos professores, os recursos materiais, arquitetônicos, atitudinais, escassez de tecnologias assistivas, métodos que garantam o processo de ensino ávido, todos esses apontamentos recaem sobre o quanto o direito da educação especial ainda se encontra fragilizado.

E ainda, por outro lado, o atual governo (2019-2022), fez a tentativa de inovar o ordenamento jurídico com a instauração da nova política da Educação Especial, em contraposição aos direitos instituídos da lei anterior, partindo desse pressuposto o Supremo Tribunal Federal, expressamente pelo ministro Dias Toffoli interferiu com a chamada medida cautelar sobrepondo os efeitos do novo decreto.

Conquanto, a pesquisa é um ponto de partida sobre a temática, em que demonstra o quanto o poder judiciário tem como papel fundamental, delimitar as ações de seus agentes, assim objetivando uma melhor análise dos assuntos postulados, relativos à vontade da soberana popular.

OS EFEITOS VINCULANTES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Alguns autores, discutem sobre o quanto a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva do ano de 2008, avançou em termos de garantias efetivas de direitos, e fazem inúmeros apontamentos.

Alguns desses apontamentos são explícitos ao analisar o número de pessoas com deficiência que começaram a frequentar a escola do ensino regular, segundo o censo escolar em 2008 o percentual era de 58% e em 2018 o alcance de matrículas foi para 92%.

O PAEE gradativamente aparece nas instituições escolares, e os profissionais da educação se deparam com a necessidade de inovar suas práticas para garantir o acesso e a permanência desse público. Sobre esse fato, Mantoan (2003), assinala que,

Práticas escolares que contemplem as mais diversas necessidades dos estudantes, inclusive eventuais necessidades especiais, devem ser regra no ensino regular e nas demais modalidades de ensino (como a educação de jovens e adultos, a educação profissional), não se justificando a manutenção de um ensino especial apartado. Além do mais, após a LDB de 1996 surgiu uma nova legislação, que revoga as disposições anteriores, que lhe são contrárias. Trata-se da Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, celebrada na Guatemala, em maio de 1999. (MANTOAN, 2003, p. 23)

Em consonância com o que diz autora supracitada, é que para além da inserção do PAEE nas escolas regulares, tem-se a questão de como as pessoas que não tem deficiência irão comportar-se diante das diferenças, são existentes inúmeros apontamentos. Tendo em vista que a inclusão deste público nas escolas, ainda acontece de forma incipiente, nesse sentido justifica ao fato de tantas pesquisas eminentes na tentativa de compreensão, reflexão sobre aspectos inerentes como as políticas públicas, as legislações, práticas educativas, a organização escolar, o currículo, o planejamento, todo esse aparato que faz parte de mobilizar a educação especial de forma efetiva e com qualidade, afinal é direito.

Assim, um caminho para mudanças de perspectivas, considerando ao fato histórico excludente que o PAEE passou ao longo do tempo, diante disso reconhecer os direitos é um dos

primeiros passos para repercutir nas ações, e assim contemplar todo arcabouço descrito nas legislações e diretrizes da educação.

Contemporaneamente, os efeitos vinculantes para a educação especial, culminou de modo abrangente por leis exteriores e que avassalou o território brasileiro, assim chegando no sistema educacional. Posto que, ao desvelar que o PAEE, é munido de direitos e possui destreza de aprender como qualquer pessoa sem deficiência, deixaram de ser marginalizados e iniciaram a jornada nas instituições como deveria ser desde o início, contrariando os vieses da elite, da discriminação social.

Desde então, com o aumento da demanda desse público, e com essa nova perspectiva vieram os problemas históricos à tona, que são os modos operantes para garantir o direito e a ascensão do PAEE, sinalizando que,

Ainda que o reconhecimento da Educação Inclusiva tenha se expandido como forma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, na prática ainda são poucas as pesquisas, experiências e práticas educacionais validadas cientificamente que mostrem como fazer para incluir no cotidiano de uma classe regular alunos que apresentem diferentes tipos de necessidades educativas especiais. (RABUSKE, 2016, p.15)

É evidente, que as leis e legislações por si só não garante a permanência do PAEE na escola regular, visto que os problemas já pontuados anteriormente, de fato são enraizados no chão escolar, além da instituição escolar há os modos operantes da própria sociedade que são insuficientes ou até mesmo são inexistentes.

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO Nº 10.502/2020 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em contraposição a política anterior, o novo decreto Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida 10.502/2020, criado pelo governo do atual presidente Jair Bolsonaro, em seus moldes tem se um grau inequívoco de ação direta de inconstitucionalidade, pois no teor do documento, encontra-se como uma simples alternativa dos responsáveis matricular ou não na escola regular, e ainda possibilitando a criação de novos espaços especializados para as pessoas com deficiência, nesse sentido, dando abertura a segregação das pessoas com deficiência na sociedade. Destaca-se que,

Sustenta o requerente que o ato impugnado violaria os arts. 3º, inc. IV, e 208, inc. III, da Constituição Federal e os preceitos fundamentais da educação, dos direitos das pessoas com deficiência, da dignidade humana, da não discriminação e da proibição do retrocesso em matéria de direitos humanos. Em síntese, fundamenta que, apesar da finalidade declarada do decreto

impugnado, o ato normativo teria como real objetivo discriminar e segregar os alunos com deficiência, ao prever o incentivo à criação de escolas e classes especializadas para esse grupo. Nesse sentido, acrescenta que o ato violaria o direito à educação inclusiva, apontando as experiências positivas observadas na convivência de alunos com e sem deficiência. (ADI 6590 MEDIDA CAUTELAR/DF, p. 11)

A justificativa postulada pelo ministro, contrariando ao Decreto 10.502/2020, é que além de inconstitucional, abarca aspectos segregadores, que por sua vez, foi uma luta histórica que as pessoas com deficiência travaram por décadas para que pudessem ao menos frequentar espaços na e da sociedade que antes não poderiam. Dessa forma, os grandes ativistas da causa procederam a manifestação contra tal documento, que desempenha erroneamente um papel desfavorável a causa das pessoas com deficiência, ainda mais no país como Brasil, que é bastante diversificado.

No decreto 10.502/2020, em seu artigo nº 2 em alguns dos seus incisos:

VI escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade;

Dado ao contexto da redação acima, é notoriamente evidenciado a marginalização, a exclusão somente pelo fato de separar o PAEE e as pessoas sem deficiência. Reforça a discriminação da própria sociedade em que, justifica não ser capaz a conviver com as diferenças, é postulado um padrão social, que foge do preceito de tentar desvincular o lado negativo, assim, as pessoas ao invés de tentarem romper as barreiras históricas que foram projetadas à essa população, com esse documento afastará a possibilidade de avançar para uma sociedade menos discriminatória, e por sua vez sinaliza que não serão possíveis as mudanças, retrocedendo o pouco que foi conquistado ao longo do tempo. O direito a diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença (MANTOAN, 2003, p. 20).

Portanto, quanto aos desdobramentos deste decreto 10.502/2020, mesmo que ainda não esteja em vigência, mas o fato de existir na atual conjuntura postulado pelo Presidente da

República, já é preocupante, talvez até devastador, pois desconsidera totalmente os fatores já exercidos pelas pessoas com deficiência, além de afastar os preceitos legislativos vigentes, tornando-o inconstitucional e inviável diante do contexto contemporâneo.

O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CASO ADI 6590

Santos (2021) explica que a constituição é um conjunto sistêmico de normas fundamentais supremas que organizam e estruturam o Estado, e simultaneamente protege e garante a promoção de direitos fundamentais a pessoa humana. Equivalente a esse preceito, o relator ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, arguiu-se a posição contrária da nova política do decreto, em que referenda uma medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade 6.590 do Distrito Federal.

No teor do acórdão, já na ementa estão os seguintes escritos:

O decreto 10.502/2020 inova no ordenamento jurídico. Seu texto não se limita ao pormenorizar os termos da lei regulamentada (Lei Diretrizes e Bases da Educação), promovendo uma nova política educacional nacional, com estabelecimentos de institutos, serviços e obrigações que, até então, não estavam inseridos na disciplina educacional do país, sendo dotado de densidade normativa a justificar o cabimento da presente ação direta de inconstitucionalidade. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020)

Destarte, ao que o documento anterior assegurava as pessoas com deficiência para e no meio social, o decreto relaxava o teor inclusivo já preexistente, e concomitantemente retrocede as conquistas adquiridas pelo movimento da perspectiva inclusiva.

A temática da Educação Especial, ainda permeia muitos questionamentos acerca da politização, dos direitos fundamentais assegurados pela própria Constituição Federal, mas devido tal embate, denota um divisor de águas, pois há agentes que são a favor da política de 2008 e outros a favor da nova. Diante disso, descritos nos autos as motivações para critério de discussão sobre o assunto, foi realizado uma sessão eletrônica do dia 11 até 18 de dezembro de 2020, com intuito de suspender a eficácia do decreto 10.502/2020.

Um dos pontos alegados sobre a ação direta de inconstitucionalidade é que, na CRFB/88 em seu artigo nº 208, inciso III rege a atuação do Estado em garantir o acesso das pessoas com deficiência no ensino regular, enquanto no novo decreto 10.502/2020 está meramente como forma de alternativa e não a seguridade do tal direito.

Destarte, contradiz os textos legislativos internacionalmente e nacionalmente pertinente a inclusão, que por sua vez está na justificativa do ministro contrariando a vigência do decreto que sinaliza efeitos negativos, destaca-se,

Aduz que o decreto iria de encontro com a Convenção dos Direitos da Pessoas com Deficiência (CDPD), a qual foi internalizada pelo ordenamento jurídico pátrio com status de Emenda Constitucional e mediante a qual o Brasil assumiu o compromisso de eliminar barreiras discriminatórias no acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular. Ainda, destaca que o ato questionado teria sido elaborado sem a participação de pessoas com deficiência ou de entidades representativas dos movimentos sociais ligados ao grupo, o que lhe atribuiria falta de legitimidade. (ADI 6590 MEDIDA CAUTELAR/DF, p. 11)

Além da seguridade do PAEE nas diversas esferas da sociedade, que as políticas anteriores postulam, o que foi referendado no texto acima é somente um dos efeitos caso o decreto venha torna-se vigente ao final do trâmite judicial. Assim sendo, o que antes versava numa perspectiva de um novo modelo social, nova escola para atender as demandas eminentes ao PAEE, reverberar à velha escola, aquela que historicamente compactuava com a aversão das pessoas com deficiência na sociedade, inibindo os corpos, a seletividade das diferenças, isto seria nefasto.

Ainda que, o presidente da república não compactua com a medida cautelar referendada, há outros aspectos relevantes que foram pautados na discussão, que a nova política poderia fragilizar o imperativo inclusivo na sociedade, e ainda legitimar preceitos negativos relacionados a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O formato postulado para a educação especial desde o seu nascimento, se deu por meio de muitas lutas e conquistas, e que estas conquistas ainda são um tanto frágeis, já que atualmente, estamos diante do ponto chave sobre essa problemática social que é bastante recente, pautada no decreto nº 10.502/2020.

Acerca disso, os problemas também são inerentes a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, visto que, ainda se encontra em processo de modificações em seu modo operante para assegurar os direitos das pessoas com deficiência nas instituições escolares e não escolares, mas que já é um ponto de partida para ascensão do PAEE no movimento social, mobilizando sua representatividade, as necessidades sejam por leis, legislações e ações humanas de modo geral.

O decreto 10.502/2020, inviabiliza esse movimento de ascensão e somente legitima a discriminação, a marginalização destes corpos na sociedade, tendo como um dos efeitos a diminuição de matrículas nas escolas regulares, o reforço negativo de ações preconceituosas que irão perpetuar ainda mais na sociedade civil.

Desse modo, a propositura interposta pelo ministro Dias Toffoli, foi pertinente em levar a quem deveria pronunciar o seu lugar de fala, enquanto pessoa com deficiência, assim, o debate será perpendicular para análise minuciosa a quem esse decreto irá beneficiar de fato, caso tornar-se vigente.

Portanto, aguardemos a decisão do judiciário, se o decreto 10.502/2020, irá entrar em vigência ou não, e que esse embate de ações sobre inconstitucionalidade alcance os mais diversos pesquisadores da área, de modo a contribuir com outras linhas de pesquisas que também possam ampliar as discussões, haja vista que este é um assunto de todos, e não apenas daqueles que são deficientes ou aqueles se preocupam com o cenário ora existente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. **O poder judiciário no Brasil**. Journal of institutional studies 1 (2016) **Revistas Estudos Institucionais**, vol, 2, 1, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O que? O por que? Como fazer?**. São Paulo, moderna, 2003-Coleção cotidiano escolar.

RABUSKE. Fabiane Luiza. **Avanços e desafios da política nacional de educação especial: a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso. Campina Grande-PB, 2016, 28 p. Disponível em:
<<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11237/1/PDF%20-%20Fabiane%20Luiza%20Rabuske.pdf>> Acesso em: 06/08/2022.

SANTOS, Eduardo dos. **Direito Constitucional Sistematizado**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507>> Acesso em: 10/06/2022.

CAPÍTULO 6

DESINFORMAÇÃO E SOCIEDADE: EDUCAÇÃO PARA O PENSAMENTO REFLEXIVO DE JOHN DEWEY

Leonardo Oliveira Costa

DOI 10.47402/ed.ep.c202218806358

Pedro Augusto Amorim Franco

Weverton Oliveira da Silva Libanio

RESUMO

A desinformação é um fenômeno que apesar das discussões recentes na imprensa, sempre ocorreu ao longo da história da humanidade. No entanto, com o advento das tecnologias de informação e comunicação que propiciou o acesso rápido e facilitado de informações na palma da mão, a desinformação se propagou em diversas classes da sociedade. Com o objetivo para que os indivíduos saibam lidar com a informação e com o contexto vivido é importante que se desenvolva o pensamento reflexivo nos cidadãos, já que a formação da criticidade nos indivíduos depende de uma série de práticas pedagógicas e de ações conscientizadoras. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar o contexto da desinformação, como se forma e como relaciona com a sociedade e buscar conhecimentos no livro *Democracia e Educação*, de John Dewey, que possui conceitos valiosos que podem ser discutidos e servir como fundamento para buscar meios de combater a desinformação por meio da educação democrática. Para isso, este estudo buscou discutir alguns fundamentos sobre os desinformação, influência das redes sociais, a função da educação, a importância de despertar a curiosidade nos alunos e da necessidade de formar indivíduos com pensamento reflexivo. Discutir a desinformação e a importância de utilizar a educação para conscientizar a sociedade faz parte de tornar o conhecimento democrático, além disso, espera-se que os educadores, no geral, tenham consciência para lidar com o contexto atual e preparar a sociedade para não cair nas armadilhas da desinformação.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação. Educação. Sociedade. John Dewey.

INTRODUÇÃO

Os seres humanos são animais racionais que convivem em sociedade, mas aprendem com ensinamentos passados de geração para geração, a se alimentarem de forma correta, a seguir regras e ter comportamento civilizado, de acordo com cada cultura, com o contexto social e de fatores econômicos.

É por meio da educação, formal ou informal, que os seres humanos vão se desenvolvendo e aprimorando suas capacidades do pensar, do ler e do escrever. E essas capacidades são essenciais para a vida social no século XXI, onde há uma abundância de informações disponíveis na palma das mãos por meio de um *smartphone* com acesso à internet.

A sociedade do século XXI, está passando por uma era de informações com acesso facilitado, por meio de um celular ou de um computador, no qual, opiniões são confundidas com notícias, *fake news* e *deepfakes* difundidas em larga escala por meio de mensageiros

instantâneos, como o *Whatsapp* e o *Telegram*, redes sociais e outras plataformas digitais de comunicação. Somando-se a um período onde a crença e as emoções são substituídas pelo pensamento racional. É, portanto, necessário discutir meios para que a conscientização chegue à educação em todos níveis, classes sociais e econômicas, a fim de preparar a sociedade para este contexto.

Durante a pandemia da Covid-19, foi possível observar a enxurrada de desinformação nas redes sociais, se apoiando em temas morais e de cunho emocional, sobretudo, em um país com bases conservadoras como o Brasil. Essa rápida propagação, foi propiciada em decorrência dos algoritmos das redes sociais, que favorecem temas de interesse que são definidos pelas curtidas, comentários e toda interação de um indivíduo no ambiente digital, formando as “bolhas de discussão”. Esses algoritmos das redes sociais favorecem a polarização, a divisão em grupos de interesse e impedem diferentes pontos de vistas, contribuindo para manutenção de indivíduos acríticos.

É contextualizando a realidade atual e partindo da hipótese que vivemos um momento em que se tem prevalecido as crenças e emoções, que se viu a necessidade de iniciar uma breve reflexão sobre a situação social atual e os desafios para a educação.

Para conduzir este estudo, optou-se por apresentar o contexto que se forma a desinformação e discutir no último capítulo as propostas para combater a desinformação por meio da educação e do pensamento reflexivo de John Dewey, do livro “Democracia e educação”. Portanto, este artigo propõe a reflexão dos escritos do livro buscando contribuições que são válidas para formar cidadão conscientes e que saibam lidar com a desinformação.

CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO

A partir do século XXI, com a expansão da internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que estão cada vez mais acessíveis¹, as informações tem sido disponibilizadas em vários meios e formatos. Muitas dessas informações, que antes eram propagadas majoritariamente pela imprensa, folhetos e cartazes têm sido disponibilizados por outros agentes nas redes sociais, por meio de vídeos longos ou curtos, imagens com frases debochadas e por meio de discussões em áudio, como os *podcasts*.

¹ Segundo dados do PNAD Contínua, do IBGE, de 2021, considerando a população brasileira de 183,9 milhões de habitantes com 10 anos ou mais, 84,7% tinham acesso à internet pelo computador pessoal, tablet ou *smartphone*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2022>. Acesso em: 22 set. 2022.

Essas informações, são enviadas e compartilhadas em massa, sem filtros, mediação e revisão dos conteúdos, por meio de redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, *Tik Tok*, *Whatsapp* e *Telegram*, além de outras plataformas digitais de comunicação. Desta forma, no meio dessas informações surgem as opiniões disfarçadas de fatos, notícias falsas, dados manipulados, teorias conspiratórias e o negacionismo científico e histórico, resultando na desinformação dos indivíduos.

Entende-se por desinformação, aquilo que é difundido com o objetivo de desorientar, isto é, informar de forma errônea. Segundo Wu *et al* (2019), desinformação é uma informação falsa ou imprecisa, que é criada e propagada intencionalmente ou não. Wu *et al* (2019), considera desinformação os boatos, as notícias falsas, os *spans*, os memes/brincadeiras e as lendas urbanas.

[...] a desinformação também se refere a informações imprecisas que geralmente são distinguidas de informações erradas com intenção de enganar, notícias falsas referem-se a informações falsas na forma de notícias (o que não é necessariamente desinformação, pois pode ser compartilhada involuntariamente por usuários inocentes), boatos referem-se a informações não verificadas que podem ser verdadeiras ou falsas, e spams referem-se a informações irrelevantes que são enviadas a um grande número de usuários. (WU ET AL, 2019, P. 80, tradução nossa).

Nas redes sociais, essa desinformação, foi sobrepujada por extremismos, ampliando polarizações discursivas, favorecidas pelos algoritmos que apresentam informações de interesses dos indivíduos. Por exemplo, ao curtir uma imagem, frase ou vídeo, o algoritmo entende aquela curtida como tema de interesse do indivíduo, apresentando mais informações relacionadas. Segundo D’Ancona (2018, p. 51), “em cada interação, postagem, compra ou busca, os usuários revelam algo mais a respeito de si mesmos.” Desta forma o indivíduo fica preso na “bolha” de conteúdos que os algoritmos recomendam, concordando com as informações que vão sendo disponibilizadas, pois o conteúdo nas redes sociais, procuram pontos de interesse que possam ser favorecidos pelos algoritmos que são elevados por meio das interações. Estas bolhas, segundo Santaella (2018, p. 10, *e-book*):

São constituídas por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o senso de humor em idêntica sintonia. Isso se constitui em um ambiente ideal para a proliferação de memes e de trolagem, esta última uma espécie de trote que visa levar as pessoas a tomarem a sério uma brincadeira enganadora até o ponto de se sentirem lesadas, quando se comprova a funcionalidade da trolagem. Esses tipos de humor com propósito de enganar são peças fáceis para se tornarem virais, especialmente porque empregam como coadjuvantes imagens, legendas e chamadas sensacionalistas. (SANTAELLA, 2018, p. 10, *e-book*).

Junta a esse contexto, a era da pós-verdade, no qual a razão é sobrepujada pelas crenças, que segundo o dicionário Cambridge (2022), configura a situação em que os indivíduos estão mais propensos a aceitar um argumento baseado nas crenças e valores, do que nos fatos concretos.

Nessa linha de pensamento, justifica-se a tendência de comunicação emotiva na circulação de informações falsas nas redes. Uma grande parte delas possuem temas de conhecimento comum, que dialogam com os costumes e a moral na sociedade (D'ANCONA, 2018). A linguagem utilizada, busca uma significação nos indivíduos receptores e, desta forma, a emoção prevalece à razão, contribuindo para formação de grupos sociais com temas de interesses fechados e oblíquos nas redes sociais.

O objetivo é comunicar com um maior número de pessoas. Desta forma, esses conteúdos que apelam para o emocional, vão reforçar algumas opiniões e enfraquecer outras, pois as crenças vão prevalecer (D'ANCONA, 2018). Sobre as crenças, Dewey argumenta:

As crenças necessárias não podem ser embutidas à força e as atitudes requeridas não podem ser plasmadas materialmente. Mas o meio, o ambiente particular em que o indivíduo vive, leva-o a ver e a sentir mais uma coisa do que outra; [...] refaça-lhe algumas convicções e enfraquece-lhe outras, como condição para obter a aprovação de outras pessoas. (DEWEY, 1979, p. 12).

Com esse conteúdo de caráter emocional, a razão é deixada de lado, impedindo o raciocínio dos indivíduos. Os indivíduos agem como se a racionalidade estivesse obsoleta, isto é, “que o sentido da argumentação seja desacreditar o adversário, em lugar de coletivamente buscar através da razão um caminho para chegar às crenças mais defensáveis.” (PINKER, 2022, p. 14).

Não há consciência em reconhecer a fonte das informações, se é um fato ou não. Simplesmente, recebem a informação, que vai moldando suas opiniões em um emaranhado de mídias digitais e dados. É válido reforçar que é por meio dessa comunicação que o indivíduo adquire experiências. “Participa-se assim do que outrem pensou ou sentiu e, como resultado, se modificará um pouco ou muito a própria atitude.” (DEWEY, 1979, p. 5-6).

No entanto, essa comunicação variada, nem sempre reflete diferentes pontos de vistas, mas somente aquele que o indivíduo solidariza e concorda. É o que Bruzzone (2021, p. 19) considera de comunicação empírica, isto é “não questiona os usos, os costumes e as crenças: faço, penso e creio no que todos creem.” Com a utilização de uma comunicação baseada nas crenças e nas emoções, a desinformação vai criando indivíduos polarizados que não refletem.

E em uma sociedade polarizada, o debate social perde o valor, pois os indivíduos se refugiam nas suas convicções (BRUZZONE, 2021).

Desta forma, o indivíduo se identifica com as informações difundidas, ignorando sua reflexão e reafirmando suas crenças e opiniões pessoais. Por meio da assimilação enviesada, “as pessoas procuram argumentos que confirme suas crenças e se blindam contra aqueles que poderiam contestá-las.” (PINKER, 2022, p. 309). Segundo Dewey (1979, p. 372), os homens se apoiam nos dogmas e crenças impostas pelas autoridades, pois, assim sendo, se livram do ato de pensar e refletir: “eles tendem a fazer sua reflexão cifrar-se ao ato de escolher, para adotá-lo, algum dos sistemas rivais de dogmas.” Portanto, vai-se criando um ambiente polarizado, extremo e fechado, alheio a pontos de vistas divergentes.

Desta forma, os conteúdos de desinformação se baseiam em mecanismos que busquem uma assimilação com os indivíduos, pois os seres humanos precisam de uma significação para compreender algo. Segundo Dewey (1979, p. 32), “quando as coisas possuem para nós uma significação, temos consciência do que fazemos; se não a possuem, procedemos cega, inconsciente, ininteligentemente”. É, portanto, justificado, no contexto atual, que ao utilizar de conteúdos emocionais, apoiando-se também na estética dos conteúdos, o indivíduo terá o interesse despertado para tentar compreender o assunto abordado no vídeo, imagens ou

É importante ressaltar que o excesso de informações nas redes compactua para o sufocamento do indivíduo, que ao assistir um vídeo, seguido de memes e outros conteúdos de fácil assimilação, não consegue refletir sobre a origem daquela informação. Para o indivíduo não há dúvida nem o questionamento daquele conteúdo. Ele simplesmente crê.

Isso pode ser justificado, pois os seres humanos possuem uma tendência natural para dispensar a verificação, isto é, simplesmente contentam com aplicações superficiais e imediatas, principalmente se as presunções forem confirmadas (DEWEY, 1979, p. 209).

É comum observar nas desinformações das redes, seja por meio de memes, vídeos de opiniões ou *deepfakes*, uma forma de desmoralizar um objeto, uma ideia, um indivíduo ou um grupo de pessoas. Essa desmoralização, ocorre como forma de rebaixar uma ideia dominante para impor outra. Dewey (1979) corrobora, que para mudar a direção social, utiliza-se da reprovação direta, que consiste em ridicularizar, censurar ou punir determinada ideia.

Desta forma, estas reflexões, mostram que a situação atual, necessita criar ações e orientações para que os indivíduos aprendam a compreender as informações que recebem e a terem um pensamento reflexivo, evitando acreditar somente nas crenças e conteúdos

superficiais. Sobretudo, que saibam diferenciar opinião de fatos, que a razão e a verdade devem ser prevaletidas na formação de cada indivíduo.

Dewey (1979), argumenta que é necessário um saber racionalizado, no qual os indivíduos saibam reconhecer o que é opinião e o que é conhecimento:

É o que é certo, seguro, assente, aquilo que dispomos; é antes *aquilo que pensamos*, do que aquilo *sobre que pensamos*. [...] conhecimento distingue-se da opinião, da conjectura, da especulação e da mera tradição. [...] Mas a experiência faz-nos saber que há diferença entre a certeza intelectual *da matéria do estudo* e a *nossa* certeza. Fomos feitos, por assim dizer, para crer; a credulidade é natural. [...] Prontamente fazemos das coisas habitualmente admitidas, das apreciações comuns e do que se harmoniza com os nossos desejos, outras tantas pautas para a aferição da verdade. (DEWEY, 1979, p. 208, grifo do autor).

É, portanto, necessário pensar em ações que indiquem o caminho para formação de indivíduos com saber racionalizado, que saibam refletir e ter um posicionamento crítico frente ao contexto atual de excesso de informação e com ambiente de desinformação. Conscientizar os indivíduos, vai além do aviso de uma notícia falsa. É preciso de ações educativas que formem indivíduos que saibam se posicionar frente ao contexto atual.

Assim como os cidadãos deveriam ter uma boa noção das questões básicas de história, ciência e palavra escrita, eles também deveriam dominar as ferramentas intelectuais do raciocínio lógico. Estas incluem a lógica, o pensamento crítico, a probabilidade, a correlação e a causalidade, os melhores meios para adequarmos nossas crenças e nos comprometermos com decisões a partir de evidências incertas, bem como os parâmetros para a tomada de decisões racionais individualmente e com outros. (PINKER, 2022, p. 13).

É preciso que os indivíduos saibam identificar e ter autonomia para buscar o conhecimento e a informação correta para não estarem sujeitos às influências da desinformação que circulam livremente pelas redes sociais e pelos comunicadores instantâneos.

EDUCAÇÃO COMO ANTÍDOTO

Apesar do cenário de vulnerabilidade da sociedade frente à desinformação, tem-se que levar em consideração que há meios para combater essa situação e buscar formas de conscientizar os indivíduos. A educação, pode ser um meio adequado para formar a consciência crítica nos indivíduos, frente à realidade apresentada no tópico anterior. Dewey (1979), considera a educação uma necessidade humana, isto é, a sociedade só existe em decorrência do processo de transmissão de conhecimentos, no qual, por meio da comunicação os seres humanos transmitem os hábitos, conhecimentos, costumes, o pensar e o sentir de geração para

geração. Foi por meio da transmissão de conhecimentos que o homem pode pensar e repensar sua existência na terra.

Segundo Dewey (1979, p. 83) educação é tecnicamente conceituada como “uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também da nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes.” Além disso, é por meio da educação formal, informal, das leituras e do contexto vivido que um indivíduo adquirirá conhecimentos necessários para fazer analogias com a realidade inserida. Durkheim (2007, p. 53) considera a educação como:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente (DURKHEIM, 2007, p. 53).

Esses saberes, constituem um processo educativo, que segundo Dewey (1979, p. 59) é um “contínuo desenvolvimento, tendo como objetivo, em cada fase, uma capacidade aumentada de desenvolvimento.” Isto é, os indivíduos, por meio desse processo, adquirirão conhecimentos e saberes necessários para seu desenvolvimento intelectual.

Portanto, considerando a educação como um processo de desenvolvimento, é por meio dela que os indivíduos se tornarão aptos para lidar com as exigências do contexto da desinformação, isto é, que terão conhecimentos e bagagem intelectual para cada ocasião.

Assim sendo, uma proposta é associar o contexto da desinformação com a realidade vivenciada pelos alunos, utilizar meios que despertem curiosidade, por exemplo, com a utilização de memes ou simulando uma desinformação em sala de aula. Desta forma, estará estimulando os alunos e inserindo-os no contexto abordado em sala. É importante reforçar que, segundo Dewey (1979) o educador deve proporcionar um ambiente provocador de reações e respostas no educando, orientando e estimulando situações que resultem em pensamentos reflexivos. Portanto, assim sendo, pode ser despertado o espírito de curiosidade nos educandos.

A curiosidade não é algo isolado e casual, mas sim, o reconhecimento de que a experiência e o conhecimento estão relacionados com os contextos (DEWEY, 1979, p. 230). A curiosidade, não se despertará com a transmissão mecânica de conhecimentos. Para que haja a curiosidade natural, que é inata, mas necessita de estímulos, os educadores devem relacionar os conhecimentos das disciplinas com as experiências dos educandos. Isto é, transformar o conhecimento em significação.

Nesse contexto, é importante que os educandos desenvolvam, também, o interesse para cultura, a fim de construírem bagagem suficiente para desenvolverem o ato de refletir ou pensar. As redes sociais, podem impedir o pensar, de modo que sufocam o raciocínio individual, isto é, o excesso de informações sobrepõe o pensar por meio de afirmações e reafirmações opinativas divulgadas nas redes.

É, portanto, necessário que o educador desenvolva aptidões para exercício do pensamento nos indivíduos, relacionando o contexto da desinformação com o ensino, a fim de despertar nos educandos o ato da reflexão ou do pensar. De acordo com Dewey (1979, p. 158-159), a reflexão ou o pensamento é:

[...] o discernimento da relação entre aquilo que tentamos fazer e o que sucede em consequência. Sem algum elemento intelectual não é possível nenhuma experiência significativa. [...] Pensar equivale, assim, a patentear, a tornar explícito o elemento inteligível de nossa experiência. Tornar possível o proceder-se tendo um fim em vista. É a condição para podermos ter objetivos (DEWEY, 1979, p.158-159).

Ademais, Dewey (1979, p. 160) sugere que o pensamento se inicia com:

[...] alguma coisa em marcha, alguma coisa que, do modo em que está, é incompleta ou não realizada. Seu ponto principal, sua significação, reside literalmente naquilo que vai suceder, e em como vai suceder. [...] *Pensar* sobre as notícias que nos chegam é tentar ver o resultado provável ou possível sugerido por elas. Converter nossas cabeças em livros de pregar recortes de jornais, enchendo-as com estas e aquelas informações, considerando-as como coisas completas por si mesmas, não é pensar. [...] Pensar é considerar o influxo da ocorrência sobre o que pode suceder, mas ainda não sucedeu. (DEWEY, 1979, p. 160).

Portanto, desenvolver o ato da reflexão nos indivíduos, para se tornarem letrados na utilização da informação e das redes sociais, exige do educador desenvolver essa capacidade do pensar nos seus educandos. Dewey (1979, p. 169) sugere que o exercício do pensar, pode ser despertado durante a educação infantil por meio das experiências que os educandos podem ter vividos, isto é, não fazer do meio escolar um mero local de ensino da escrita, da leitura das palavras.

No entanto, o desenvolvimento do pensamento necessitará de dados para os indivíduos realizarem assimilações. Dewey (1979), argumenta que esses dados se fazem com conhecimentos e hábitos culturais dos indivíduos, como memória, observações, leituras e comunicações com outros indivíduos. No contexto atual, pode se incluir as informações nas redes sociais, memes e vídeos. É essa bagagem, que acompanhará o aprendizado do indivíduo.

Além disso, Dewey (1979) considera que no ato de pensar, deve-se, portanto, considerar os fatos, os dados e os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo para produzir as ideias, no qual essa produção se dará por meio das análises das correlações, as sugestões, das inferências, interpretações, suposições e explicações do tema do pensamento. Ao criar uma ideia, o indivíduo relacionará o seu conhecimento, sua bagagem cultural e seu contexto com a sua suposta percepção.

Desta forma, ao se deparar com uma informação falaciosa, falsa e com intuito de desinformar, o indivíduo saberá identificar por meio da reflexão e do pensamento crítico que foi desenvolvido durante o processo educacional.

É importante compreender, que as redes sociais e o excesso de informação nas redes, impedem que os indivíduos pensem por si só, pois são de cunho emocional e que tendem a concordar com as crenças dos indivíduos receptores. Porém, somente concordar, não é pensar. Segundo Dewey (1979), o pensar é utilizar suas próprias observações e reflexões para elaborar sugestões que irão compor o conhecimento, sendo desta forma, um ato individual.

Quadro 1 – Método para desenvolvimento da reflexão

- 1º - O aluno deve ter experiências, para que haja atividades contínuas e que desperte interesse;
- 2º - Que essa experiência possa resultar em um problema, para estimular o ato de pensar;
- 3º - Que tenha os conhecimentos necessários e saiba observar para chegar ao fim pretendido;
- 4º - Que lhe ocorram sugestões para a solução do problema;
- 5º - Que tenha oportunidades de provar suas novas ideias, a fim de dar significações a elas.

Fonte: Adaptado de Dewey (1979, p. 179-180).

Contudo, é importante que, além de criar ações para despertar o pensamento dos indivíduos, o educador participe e oriente os educandos nas reflexões, para que as associações com os contextos gerem, também, novos conhecimentos. O educador pode, por exemplo, utilizar vídeos de opiniões para discutir com os alunos e posteriormente apresentar fatos, comprovando e diferenciando os tipos de informação. Assim sendo, os alunos saberão distinguir o que é um conhecimento verdadeiro de uma opinião pessoal.

Dewey (1979), argumenta que há uma distinção entre o conhecimento que é objetivo e impessoal do ato de pensar, que é subjetivo e pessoal.

[...] conhecimento é aquilo que admitimos como verdadeiro. É o que se achar certo, definido, estabelecido, ao nosso dispor. Naquilo que conhecemos perfeitamente não é necessário pensar. Em linguagem comum, é coisa certa, segura. E isto não significa a simples impressão de certeza. *Não denota um sentimento* e, sim, uma atitude prática [...]. Ao invés disso, o ato de pensar, começa, conforme vimos, pela dúvida ou incerteza. Ele representa uma atitude indagadora, buscadora, investigadora, em vez de ser o domínio e posse.

Mediante seu processo crítico o verdadeiro pensamento é revisto e ampliado, e são reorganizadas nossas convicções sobre determinados estados de coisas. (DEWEY, 1979, p. 325-326, grifo nosso).

É importante, que por meio da educação, os indivíduos compreendam os significados do conhecimento e saibam diferenciar o que é verdadeiro do que é uma mera opinião. O conhecimento é algo que foi construído ao longo do tempo por meio de metodologias científicas, que serve com o fim de eliminação de uma incerteza. Uma opinião é somente um ponto de vista, que pode ser verdadeiro ou não. Desta forma, os indivíduos chegarão à conscientização para lidar com as informações nas redes sociais.

É, portanto, necessário, segundo Dewey (1979), elevar a inteligência de forma que contribua para uma comunicação mais transparente e menos desigual. Além disso, utilizar a cultura como ponte para o aperfeiçoamento interior e pessoal, isto é, uma capacidade de “expansão contínua da quantidade e profundidade de nossas percepções e ideias.” (DEWEY, 1979, p. 135).

Dessa maneira, para chegar a plena conscientização, é necessário que os educadores conheçam os efeitos das redes sociais e reconheçam seu papel na orientação para utilização de forma consciente.

É, portanto, a educação, o caminho necessário para levar o indivíduo a reflexão sobre as informações que recebe nas redes sociais, sabendo diferenciar e relacionar o assunto com o contexto. É por meio da ciência e do processo educativo que o educador terá fundamentos para argumentar e apresentar os conhecimentos necessários para que o indivíduo desenvolva sua criticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discussão anterior, foi possível perceber que apesar dos anos que passaram após a publicação do livro de John Dewey, no qual fundamentou e inspirou este artigo, há ensinamentos que podem contribuir para discussões atuais.

Compreender esses contextos de desinformação e as influências das redes sociais é necessário para que almejemos uma sociedade mais justa, igualitária e com valores democráticos como Dewey defendia. No entanto, é perceptível os ataques que a democracia brasileira vem sofrendo por conta dessa desinformação, com discursos que buscam sobrepor as crenças acima da razão. Ademais, essa desinformação tem sido utilizada paralela à escalada de

um autoritarismo favorecido pelos algoritmos das redes sociais e pela grande velocidade que esses conteúdos propagam nos comunicadores instantâneos.

Portanto, reduzir nosso pensamento em bolhas que se formam nas redes sociais, pode provocar uma redução cognitiva e uma visão limitada de mundo. É necessário que os indivíduos não se apropriem somente de um ponto de vista, mas que conheçam e se libertem das desinformações e das bolhas proporcionadas pelos algoritmos das redes sociais.

Dewey tem propostas que foram apresentadas e podem ser utilizadas como pontapé para pensar em métodos que superem a desinformação e preparem a sociedade para lidar com esse contexto. Isso necessitará de um trabalho educacional que forme educadores capacitados para lidar com esse tipo de conteúdo. No entanto, além de ter educadores conscientes dos efeitos do negacionismo científico, da desinformação e desse contexto atual é preciso de caminhos para formar cidadãos que tenham posicionamento crítico e um pensamento reflexivo. Que os indivíduos tenham a curiosidade incentivada e desenvolvam autonomia para buscar novos conhecimentos e informações verdadeiras.

A educação é, portanto, um desses caminhos, pois permite formar cidadãos com consciência crítica e com preocupação com o avanço da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRUZZONE, A. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMBRIDGE dictionaries online. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/post-truth>. Acesso em: 5 maio 2022.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

PINKER, S. **Racionalidade: o que é, por que parece estar em falta, por que é importante**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018. *E-book*. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Pós-Verdade-é-Verdadeira-Falsa-Interrogações-ebook/dp/B07JK6NF9V/ref=tmm_kin_swatch_0?encoding=UTF8&qid=&sr=. Acesso em: 08 set. 2022.

WU, L. *et al.* Misinformation in social media: definition, manipulation and detection. **ACM SIGKDD Explorations Newsletter**, v. 21, n. 2, dez. 2019, p. 80-90. DOI <https://doi.org/10.1145/3373464.3373475>. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3373464.3373475>. Acesso em: 20 set. 2022.

CAPÍTULO 7

JOHN DEWEY E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

DOI 10.47402/ed.ep.c202218817358

Leonardo Oliveira Costa

Pedro Augusto Amorim Franco

Weverton Oliveira da Silva Libânio

RESUMO

Dewey (1859-1952) foi um filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano, que exerceu grande influência sobre toda a pedagogia contemporânea tanto no Brasil, quanto em outros países. Suas ideias contribuíam para que a Escola Nova se difundisse mundialmente, apresentando uma nova proposta de educação, para além da transmissão e recepção dos conhecimentos, mas que o processo de ensino e aprendizagem se pautasse na busca pela autonomia do sujeito. O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas das contribuições de John Dewey (1859-1952) para a Educação Brasileira, sendo este o resultado das discussões realizadas na disciplina “Educação e Conhecimento”, cursada durante o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Assim, o trabalho se organiza nos tópicos: “John Dewey: um pouco de sua história”, “As contribuições dos pensamentos de Dewey para a Educação”, e “A Educação Brasileira: em foco a ideia da Escola Nova”. A partir, das reflexões das contribuições de Dewey podemos observar que no Brasil, elas se fazem presentes em dois momentos, sendo eles na década de 1920 e 1990, de forma a influenciar principalmente a prática do professor e a sua formação.

PALAVRAS-CHAVES: John Dewey. Educação. Contribuições.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas das contribuições de John Dewey (1859-1952) para a Educação Brasileira, sendo este o resultado das discussões realizadas na disciplina “Educação e Conhecimento”, cursada durante o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). A escolha por este teórico se deu devido a sua influência não só no Brasil, mas pelo mundo, como na Iugoslávia nos anos de 1920 e 1930, conforme abordado por Sobe (2009), em seu trabalho intitulado “Entrelaçamentos e troca cultural na história da educação: mobilizando John Dewey no período entre guerras”, além de sua forte influência em países da América Latina, como Espanha, México e Argentina.

Dewey, “filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano. Exerceu grande influência sobre toda a pedagogia contemporânea. Ele foi o defensor da Escola Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno.” (GADOTTI, 1999, p. 148).

A Escola Nova representa o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa. A ideia de fundamentar o ato pedagógico na ação, na atividade da criança, já vinha se formando desde a “Escola Alegre” de VITORINO DE FELTRE (1378-1446), seguindo pela pedagogia romântica e naturalista de Rousseau. Mas foi só no início do século XX que tomou forma concreta e teve consequências importantes sobre os sistemas educacionais e a mentalidade dos professores. [...] A Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. (GADOTTI, 1999, p. 142).

Esse movimento chega ao Brasil pelas mãos de Anísio Teixeira (1900-1971) que foi o mais importante seguidor das ideias deweyanas no Brasil, uma vez que este teve contato com o filósofo em 1920 nos Estados Unidos. Sendo ele, o tradutor juntamente com Godofredo Rangel, da maior obra de Dewey, qual seja, “Democracia e Educação” (1979), de forma a difundir as suas ideias no país, a obra citada ainda hoje traz grandes reflexões e influências sobre as práticas educacionais.

Obra essa, onde Dewey (1979, p. 93), afirma que a escola pode exercer um papel fundamental na transformação da vida social, uma vez que, a vida democrática depende de uma educação que desenvolva o hábito do pensamento reflexivo sobre os problemas da experiência, no qual “uma democracia é mais do que uma forma de governo; é, principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada”.

Dessa forma, a corrente da Escola Nova já nascia convencida de que a verdadeira democracia poderia ser instaurada a partir da “escola redentora”, uma vez que esse é um movimento que surge para contrapor a proposta educacional do ensino tradicional que era baseada na transmissão do conhecimento pelo professor e a recepção deste conhecimento, apresentando uma visão de conhecimento centrada no aluno e suas vivências.

Dewey revolucionou a educação em diversos países, visto que suas ideias foram difundidas em uma época em que o ensino tradicional predominava. Assim, o pesquisador apresentava um ensino desenvolvido mediante a resolução de problemas reais, que buscava a união de conceitos escolares aos aspectos existentes na cultura dos alunos. (SIQUEIRA; GOI, 2022, p. 2).

Por meio dessa afirmação das autoras citadas começa-se a ter uma ideia da contribuição e da importância do pensamento de Dewey para o desenvolvimento da Educação brasileira. Contribuições que serão ampliadas nos tópicos a seguir, sendo eles: “John Dewey: um pouco de sua história”, onde busca-se discutir aspectos da vida e obra do autor e “As contribuições dos pensamentos de Dewey para a Educação”, tópico destinado a discutir aspectos relacionados ao pensamento do autor para a Educação, e por fim, “A Educação Brasileira: em foco a ideia

da Escola Nova”, onde se apresenta as contribuições desse importante teórico para a Educação em nosso país.

JOHN DEWEY: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Nascido em outubro de 1859 na cidade de Burlington em Vermont localizado nos Estados Unidos, Dewey era filho de um casal de comerciantes. O pensador viveu por 92 anos. Cunha (1998) *apud* Souza e Martineli (2009, p. 161), afirmam que “grande parte de sua educação foi percebida por ele como tendo sido realizada fora dos limites estreitos da escola. Contribuiu para isso o fato de que sua família cultivava o hábito de atribuir pequenas tarefas às crianças, com o intuito de despertar-lhes responsabilidade.” O que pode ser um indício do interesse de Dewey pelo campo educacional.

Segundo Souza e Martineli (2009, p. 161), o pensamento de Dewey teve forte influência religiosa, permitindo a ele construir um olhar para a democracia, uma vez que, a congregação a qual a família de Dewey frequentava alimentava a autonomia dos seus membros, de forma que “havia um espírito de igualdade, os ministros eram eleitos, o que poderíamos interpretar como uma forma de democracia religiosa”. Com relação a sua vida acadêmica, destacamos que:

Com 15 anos terminou os estudos secundários e, em seguida, ingressou na Universidade de Vermont, para estudar artes. Lá realizou estudos na área de fisiologia, tomando contato com as teses darwinistas. Nessa época, o jovem Dewey despertou para a filosofia. Em 1879, bacharelou-se em artes, exercendo em seguida o magistério em pequenas escolas da região. Sob orientação de H. Torrey, seu ex-professor em Vermont, inclinou-se para a filosofia. Em 1882, iniciou seus estudos na Universidade Johns Hopkins, de Baltimore, considerada avançada para a época nos Estados Unidos. Nesse momento, na história dos Estados Unidos, se vivia o fim da guerra civil, o desenvolvimento da indústria e do comércio. Essas características influenciaram muito o novo ensino e o pensamento de Dewey. Doutorou-se em filosofia em 1884, pela Universidade Johns Hopkins, defendendo uma tese sobre a Psicologia de Kant. (SOUZA; MARTINELI, 2009, p. 161).

Observa-se que muitos foram os interesses de Dewey, passando pelas artes, fisiologia até chegar à filosofia, campo que permitiu a ele produzir diversas obras estudadas e admiradas até hoje. Algumas dessas obras são *A Escola e a Sociedade* (1899), *A Criança e o Curriculum* (1902), *Como Pensamos* (1910), *Democracia e Educação* (1916), *O Público e Seus Problemas*, (1917) e *Experiência e Educação* (1938).

Outra paixão de Dewey era a educação, tanto que muito contribuiu com a mesma. Pode-se constatar que ele se dedicou a lecionar durante o período entre a graduação e o doutorado, na escola Oil City, Pennsylvania, de latim, álgebra e ciências, além de dar aulas em uma escola

rural próxima à sua cidade natal. Também foi professor em várias universidades, dentre elas na Universidade de Chicago e na Universidade de Columbia, Nova Iorque e ainda professor de filosofia na Universidade de Michigan (SOUZA; MARTINELI, 2009).

Realizou várias conferências e viagens pelo mundo, tendo contato com diversas ideias e culturas, dentre as quais o modelo educacional comunista da antiga União Soviética, que, embora tenha parecido promissor no início, se mostrou decepcionante aos olhos de Dewey, já que se transformara em um regime totalitário em vez de uma democracia verdadeira (SOUZA; MARTINELI, 2009). Dewey, caminhou por diferentes “mundos²” para chegar a até o seu.

Ainda na percepção dos já referendados autores Souza e Martineli (2009), John Dewey, “do ponto de vista epistemológico, tomou como referência o pragmatismo como filosofia de base para o seu pensamento. Já na perspectiva política não é tarefa fácil situá-lo, ele é crítico tanto do liberalismo quanto do capitalismo.”

Além disso, seu pensamento teve influência do avanço científico ocorrido no século XX:

O pensamento de John Dewey está caracterizado pelo significativo avanço das ciências no século XIX. Destacamos a biologia e as teses evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882), a sociologia de Augusto Comte (1798-1857), Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Karl Marx (1818-1883), enfatizando o aspecto social como problema científico e o surgimento da psicologia com Wilhelm Wundt (1832-1920), em particular da abordagem funcionalista de William James (1842-1910). (SOUZA; MARTINELI, 2009, p. 162).

A longa caminhada de Dewey, permitiu que o mesmo vivesse diversos momentos históricos tanto em seu país de origem, quanto no mundo, dentre eles, podemos citar a consolidação do império americano, a crise de 1929, as duas guerras mundiais, Revolução Russa, a guerra civil e a industrialização dos EUA, e o início da Guerra Fria. Observamos assim, que Dewey viveu em um contexto de “ascensão de regimes totalitários de direita e esquerda, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança em concentração de poder e traz novos problemas para os governos democráticos.” (TRINDADE, 2009, p. 20).

Tais vivências permitiram que o autor expressasse novas formas de olhar para a democracia modificando assim a sua obra:

As discussões sobre democracia em sua obra ganham novos contornos, como na marcada contraposição com as políticas e governos totalitários em Liberdade e Cultura. Tornam-se mais contundentes, também, suas críticas sobre o sistema político e educacional soviético, que anteriormente o

² Destaca-se que se utilizou a palavra “mundo”, nesse contexto, para realizar uma analogia com as diferentes teorias e áreas, com a qual Dewey teve contato a longo de sua vida.

impressionara em suas visitas de 1929. Em um primeiro momento, Dewey saudou a aplicação em larga escala no país de vários princípios consoantes aos seus; alguns de seus livros já haviam chegado à URSS e marcaram positivamente seus educadores. Porém, as mudanças no cenário político mundial começaram a ter os seus efeitos nas ideias pedagógicas. (TRINDADE, 2009, p. 26).

Mas, além das mudanças sobre o olhar para a democracia, como apresentou a autora, “Dewey trabalha com uma acepção de democracia entendida não como desdobramento de atributos inatos ao ser humano, mas sobretudo como dado de cultura.” (TRINDADE, 2009, p. 17). “Assim, os princípios democráticos e a defesa da liberdade são eleições humanas e exigem constante vigília das instituições sociais para que sejam respeitados e ampliados.” (DEWEY, 1989 *apud* TRINDADE, 2009, p. 17).

Os acontecimentos vividos por Dewey, em quase um século, também tiveram influência sobre a sua concepção de Educação levando-o à conclusão de “que a educação variará de acordo com a qualidade da vida que predominar no grupo” (DEWEY, 1979, p. 87), isto é, “a educação corresponde à demanda social de cada época. Noutros termos, para ele, a sociedade produz o próprio espírito, instituições, perspectivas e seus métodos educacionais.” (GALTER; FAVORETO, 2020, p. 5). Ou seja, Dewey discute uma formação de cidadãos, para que, por meio da educação progressiva, possam se desenvolver individual e socialmente.

Conhecer a vida e obra de Dewey, bem como o contexto histórico em que viveu, permite olhar para esse pensador e para as suas contribuições de forma a compreender a importância delas para a construção de uma nova concepção de Educação que chegou ao Brasil, mas que ainda carece de ser discutida e difundida de forma a contemplar a todos na busca de um processo de ensino que possua realmente uma relação democrática como propôs Dewey. Assim, no próximo tópico busca-se ampliar as discussões de suas contribuições para a Educação.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PENSAMENTOS DE DEWEY PARA A EDUCAÇÃO

O pensamento de Dewey, foi difundido ao longo do século XX, principalmente no Brasil, de forma que ainda hoje é discutido no campo educacional. Segundo Galter e Favoreto (2020, p. 5) considerando a complexidade da sociedade industrial, Dewey pontua que cada vez mais seria necessária uma instituição escolar de cunho científico e democrático, de forma, que a escola iria contribuir com o “fortalecimento de um ambiente de vida associada, capaz de promover livre intercâmbio e a cooperação entre os indivíduos.”

Uma civilização complexa não pode ser assimilada *in toto*. Cumpre, por assim dizer, fragmentá-la em vários pedaços e fazê-la assimilar aos poucos, de modo gradativo. Tão numerosas e entrelaçadas são as funções de nossa presente vida social, que uma criança, colocada numa posição mais favorável, não poderia prontamente participar de muitas das mais importantes dentre elas. Não coparticipando das mesmas, não lhes aprenderia a significação e elas não se tornariam parte de sua estrutura mental. A primeira função do órgão social que denominamos escola é proporcionar um ambiente simplificado. Selecionando os aspectos mais fundamentais, e que sejam capazes de despertar reações da parte dos jovens, estabelece a escola, em seguida, uma progressão, utilizando-se dos elementos adquiridos em primeiro lugar como meio de conduzi-los ao sentido e compreensão real das coisas complexas. (DEWEY, 1979, p. 21, grifo nosso).

Assim, observa-se que o autor apresenta a escola e a Educação como fatores que tem a contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, de forma a levar os alunos a pensar e refletir sobre os diferentes aspectos da vida, de forma, a equilibrar os valores com as ações, em busca de uma sociedade para além do individualismo. Por meio, dessa proposta de Educação, o homem ampliaria a capacidade de pensar na medida em que traria novas significações para os objetos e para a vida, assim, aumentaria o potencial humano para pensar e interferir nos mais distintos fenômenos afetos à vida. “Dewey acreditava que a inteligência era um elemento da própria natureza humana desenvolvida na/pela experiência reflexiva.” (GALTER; FAVORETO, 2020, p. 9).

Nesse sentido, observou-se que Dewey defendeu que a escola, mais do que limitar-se à transmissão de conteúdos fixos, deveria dedicar-se a promover atividades que primassem pelo pensamento científico e reflexivo:

[...] que é o esforço intencional para descobrir as relações específicas entre uma coisa que fazemos e a consequência que resulta, de modo a haver continuidade entre ambas. [...] pensar equivale a patentear, a tornar explícito o elemento inteligível de nossa experiência”, de modo a orientar, enriquecer e dar direção às ações humanas. (DEWEY, 1979, p. 159).

Portanto, a escola em sua função social, deveria “assegurar a direção e o desenvolvimento dos imaturos, por sua participação na comunidade a que pertencem” (DEWEY, 1979, p. 87). É possível observar, de forma clara, que o autor defende que a Educação pode contribuir com a formação de uma sociedade humanizada e democrática:

Quando a física, a química, a biologia, a medicina, contribuem para a descoberta dos sofrimentos humanos, reais e concretos, bem como para aperfeiçoar os planos destinados a remediá-los e a melhorar a condição humana, tais ciências se fazem morais: passam a constituir parte integrante do aparelhamento da pesquisa ou ciência moral. Esta perde então seu peculiar sabor didático e pedante, seu tom ultramoralístico e exortativo. (DEWEY, 1959b, p. 166 *apud* CUNHA, 2001, p. 89).

Então, a Educação deve buscar um raciocínio crítico e autônomo nos alunos, utilizando também das experiências vividas por cada um individualmente, ou seja, em seus próprios ambientes, e sendo compartilhadas no ambiente escolar sem menosprezar os conhecimentos do professor.

E os conceitos escolares como os citados da física, química, biologia e medicina devem relacionar-se entre si e entre os problemas encontrados cotidianamente na cultura dos educandos, “pois, ao ser exposto de maneira aleatória, acaba por não colaborar para que os alunos reflitam sobre os aspectos abordados e, conseqüentemente, não contribuirá com as experiências encontradas em seus cotidianos.” (SIQUEIRA; GOI, 2022, p. 5). Nesse sentido, o desenvolvimento do trabalho do professor deve estar associado com a proposta de Educação pensando por Dewey, de forma a articular o conhecimento científico, situações do cotidiano e a democracia.

Discutindo a articulação relatada, Vieira (2020) ao estudar a teoria de Dewey, afirma que a mesma ao ser aplicada em sala de aula estimula o desenvolvimento da autonomia entre os educandos, o que os leva a questionar, duvidar, interagir e solucionar problemas. O que são aspectos de relevância dentro de uma perspectiva democrática de Educação.

Zompero *et al* (2019) também busca estudar proposta de metodologias a serem desenvolvidas em sala de aula as articulando com a teoria de Dewey,

A educação é sinônimo de crescimento continuado, pois possibilita continuamente reorganizar e reconstruir a partir da experiência, a busca de significados em um contexto inconstante e indefinido. Dessa forma, a aprendizagem parte de problemas que abrangem desconforto, complexidade e dúvidas, para, por meio de uma ação ativa buscar compreensão, lucidez e coerência. (ZOMPERO *et al.*, 2019, p. 227).

Então, para Dewey é necessário levar em consideração os questionamentos dos aspectos encontrados no dia a dia dos indivíduos, levando-os a questionar e refletir sobre seus problemas, assim como transformar suas experiências em novas aprendizagens.

[...] a educação centrada na experiência produz fundamentos que possibilitam lidar mais habilmente com condições problemáticas futuras. O ser que aprende é movido por um impulso inerente dele próprio, que projeta seu eu sobre um ideal que é percebido como possuidor de significância pessoal. (PENAFORTE, 2001 *apud* ZOMPERO *et al.*, 2019, p. 227-228).

Podemos observar nas discussões tecidas nesse tópico, que Dewey apresenta uma concepção de Educação, que busca superar as ideias do ensino tradicional, a partir de um ensino centrado no aluno, de forma a considerar o seu cotidiano para levar este a refleti-lo e se tornar um cidadão atuante. Mas, as obras de Dewey estão para além das fronteiras da pedagogia, tratando de temas marcadamente pertinentes à filosofia, à economia e às ciências sociais.

Segundo Trindade,

A liberdade, a igualdade, as alterações culturais, os impactos da ciência, da tecnologia e da produção em massa, são alguns dos exemplos das discussões levantadas nos escritos do autor, de forma a fornecer pistas importantes acerca de sua visão sobre a democracia. Vale observar que John Dewey é adepto de uma filosofia que dota a reflexão de um uso instrumental, conhecida comumente como pragmatismo ou instrumentalismo. É, pois, bastante coerente com sua linha filosófica o esforço realizado para compreender as questões sociais e práticas de seu tempo, a fim de que o pensamento possa amparar o homem nos desafios da vida comum. (TRINDADE, 2009, p. 31).

Assim, no próximo tópico, buscou-se aprofundar como as ideias de Dewey chegaram ao Brasil e quais influências promoveram na Educação Brasileira.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EM FOCO A IDEIA DA ESCOLA NOVA

O início do processo educativo no Brasil tem como marco a chegada dos Jesuítas, que tinham o objetivo de catequizar e alfabetizar os povos que aqui viviam, trouxeram em sua metodologia de ensino a memorização, repetição seguindo uma ordem que geralmente não pode ser alterada, onde todo o conhecimento estava voltado para a pessoa que o transmitia. Tanto os índios quanto os filhos dos colonos eram assim instruídos.

Observou-se que o ensino proposto pelos Jesuítas eram um ensino tradicional, baseado na transmissão e recepção do conhecimento, proposta essa que perdurou no Brasil, até 1920, com a volta de Anísio Teixeira, que teve contato com as ideias de John Dewey nos Estados Unidos ao assistir aulas ministradas pelo mesmo.

Anísio Teixeira foi o mais importante seguidor das ideias *deweyanas* no Brasil, grato que pelas aulas recebidas do mestre nos Estados Unidos na década de 1920. Ante a sociedade moderna em transformação, Teixeira entendia a escola como chamada a inserir na sociedade indivíduos aptos a agir segundo os princípios da própria liberdade e da responsabilidade diante do coletivo. Considerado um expoente da educação brasileira, participou realmente dos movimentos pela educação entre os anos 20 e 70. Suas obras tanto mereceram enaltecimento como foram alvo de críticas. Ele defendia, com a laicidade na educação, outros princípios que assimilou das teorias de John Dewey, William Kilpatrick e William James, entre outros. [...] O pragmatismo norte-americano de Dewey recusava os sistemas fechados, com pretensões ao absoluto, e se voltava para o concreto, para os fatos, para a ação. Tendo conhecido tais teses, Teixeira se deixou absorver especialmente pelas ideias de ciência e de democracia. Com estas ideias, ele, como Dewey, apontava a educação como o canal capaz de provocar as transformações necessárias à modernização do Brasil. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2009, p. 135).

Assim, “o movimento educacional conhecido como Escola Nova, ganha força e começa a propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo

das ciências e das tecnologias.” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2009, p. 132). A Escola Nova chega ao Brasil, efetivamente vêm com o propósito de sacudir as bases da educação vigente que estava centrada no professor, favorecendo a dimensão intelectual, estática e sem compromisso social. “A educação ajudava, até então, a manter a sociedade da forma como estava organizada, ou seja, elites concentrando as riquezas intelectuais, culturais e econômicas.” (FREY, 2017, p. 7). Ainda nesse sentido, Santos, Prestes e Vale (2009, p. 164) afirmam que:

Os princípios da reforma escolanovista no Brasil objetivavam a rejeição do sistema dualista dos jesuítas, que havia moldado um conceito de educação aristocrático que perdurou por muito tempo. O modelo jesuítico, mais tarde sendo sucedido pelo positivista, contribuiu para uma estratificação social na educação, isto é, uma educação para pobres e ricos separados desde os primeiros anos escolares. Ela ainda buscou a rejeição do preconceito contra as atividades manuais em favor das intelectuais. O que se caracterizou em uma nova compreensão da atividade e da ação em educação, uma interpretação mais rica que passa pela descoberta e enriquecimento cognitivo pela atividade. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2009, p. 164).

Assim, observou-se que a proposta da Escola Nova apresenta grandes mudanças na forma de olhar para a Educação e para o sujeito, tais mudanças propostas por essa corrente chegam ao Brasil em momento de mudanças econômicas no país, como cita Santos, Prestes e Vale (2009, p. 136), onde ocorriam um,

Processo de urbanização, mas também a expansão da cultura cafeeira. Prometia-se o progresso para o País, sobretudo industrial, mas também os conflitos de ordem política e social acarretavam uma transformação significativa da mentalidade brasileira. Muitos deixavam o campo em direção aos centros urbanos, tentando encontrar melhores condições de trabalho e de sobrevivência. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2009, p. 164).

Observou-se que tais mudanças no Brasil, coadunavam com a proposta de Dewey de uma educação democrática, uma vez que a escola não deveria mais preparar para um mundo que não mais existia (FREY, 2017, p. 5).

Souza e Martineli (2009, p. 164), também destacam que essa proposta se tratava de uma “pedagogia pragmática, voltada para a técnica e a prática, ofereceria sustentação a esse ideal de nação que se pretendia instalar em nosso país.” Assim, algumas das contribuições do autor para a Educação Brasileira estão relacionadas ao desenvolvimento de programas educacionais em colaboração com “as atividades primárias da criança”, no intuito de vincular “o currículo com o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança. O currículo escolar se volta para o “desenvolvimento de hábitos de ações autônomas” e “hábitos de vida conjunta”, o que corresponde ao ideal democrático de Dewey.” (SOUZA; MARTINELI, 2009, p. 164).

Bem como influencia a formação de professores, Zeichner (1993, p. 17) comenta que “no princípio deste século, John Dewey fez uma importante distinção entre o ato humano que

é reflexivo e o que é rotina.” Sobre este ato de pensar reflexivo, Dewey mostra em suas obras a diferença para com o simples ato de pensar, valorizando a complexidade da reflexão e mostrando como esta exige a investigação, tornando a busca pela solução de um problema mais estimada.

O próprio Dewey (1979) deixa muito claro a importância de aprender a pensar reflexivamente para um ensino de qualidade, com o intuito de superar a forma rudimentar de pensar:

Dá-se a unificação dos processos de ensino na medida em que estes adotam como ideia central a aquisição de bons hábitos de pensar. Se, com propriedade, falamos em "método de reflexão", o importante a tomar-se em conta é que a reflexão é o método de uma experiência educativa, o método de educar. Os pontos essenciais do método coincidem, portanto, com os pontos essenciais da reflexão. Estes são: primeiro, que o aluno esteja em uma verdadeira situação de experiência — que haja uma atividade contínua a interessá-lo por si mesma; segundo, que um verdadeiro problema se desenvolva nesta situação como um estímulo para o ato de pensar; terceiro, que ele possua os conhecimentos informativos necessários para agir nessa situação e faça as observações necessárias para o mesmo fim; quarto, que lhe ocorram sugestões para a solução e que fique a cargo dele o desenvolvê-las de modo bem ordenado; quinto, que tenha oportunidades para pôr em prova suas ideias, aplicando-as, tornando-lhes clara a significação e descobrindo por si próprio o valor delas. (DEWEY, 1979, p. 179-180).

Para garantir o pensamento reflexivo, Dewey enfatiza:” a questão mais importante que possa ser proposta a respeito de qualquer situação ou experiência que tenham o fim de fazer-nos aprender alguma coisa, é a qualidade do problema implicado nelas”. (DEWEY, 1979, p. 169).

Essa linha de pensamento acaba influenciando bastante as discussões acerca da formação de professores reflexivos que passa a ser incorporada no Brasil na década de 90 e ainda se fazem presente na atualidade. Além da importância da reflexão, Dewey (1979) discute que o professor deve ser facilitador do processo de ensino e aprendizagem, na busca de contribuir com a formação cidadã dos alunos.

Assim, a partir do exposto podemos dar destaque a dois momentos de forte influência de Dewey no Brasil:

A década de 1930 e a década de 1990, embora com as características próprias do contexto histórico subjacente a cada um desses períodos, mostram claramente que o pensamento de Dewey ganha força no Brasil em um contexto político e econômico no qual o pensamento liberal, na sua forma mais clássica (1930) e na sua forma mais avançada, neoliberal (a partir da década de 1970, intensificando-se na década de 1990), encontra espaços para se consolidar. O pensamento Dewey foi apropriado de forma parcial em ambas as ocasiões. Ficando restrito a ideias e práticas pedagógicas que não se realizaram, ou não

se consolidaram no Brasil, em um primeiro momento. Na retomada de seu pensamento, com a “epistemologia da prática reflexiva”, sua obra é utilizada de maneira tendenciosa para justificar uma “nova” abordagem pedagógica. O Dewey crítico e de caráter fortemente social e progressista desaparece. (SOUZA; MARTINELLI, 2009, p. 170).

Dessa forma, destacou-se algumas das contribuições de Dewey para a Educação Brasileira, de forma que pôde-se observar que suas ideias entram em consonância com as mudanças vivenciadas no país, “sabe-se que a compreensão de experiência e educação atrelada à filosofia pragmatista de John Dewey não perde a sua atualidade; muito pelo contrário, ela continua atual, principalmente se pensada a partir da filosofia da educação.” (MENDONÇA; NOBRE, 2020, p. 263). Pois a Educação, ainda que apresente fortes traços do ensino tradicional precisa superar-se na busca de promover um ensino que trace caminhos a levar os alunos a serem sujeitos políticos e democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar algumas das contribuições de John Dewey (1859-1952) na Educação Brasileira, uma vez que ao olhar para a trajetória de vida e acadêmica do autor é possível observar que o mesmo apresenta um olhar para a sociedade a partir de um caráter humanizador e preocupado com a garantia da democracia tendo como base a Educação.

Dewey teve suas ideias difundidas por diferentes países, através da corrente chamada Escola Nova, que ganha força no Brasil a partir das iniciativas de Anísio Teixeira. A visão de Educação presente nessa proposta traz mudanças para a Educação Brasileira tanto relacionadas a olhar para a prática do professor, que deve ir além da transmissão do conhecimento buscando a considerar as potencialidades e individualidades dos alunos, proporcionado então um ensino que permita que este seja autônomo, a fim de torná-lo verdadeiramente capaz de criar, discutir, refletir e buscar sua maneira própria de aprender. E, suas ideias ainda apresentam influências sobre a formação deste professor, de forma a considerar a reflexão como um ponto importante nesse processo.

Assim, observou-se que foram inúmeras as contribuições de Dewey de 1920 até a atualidade na Educação Brasileira, mas que estas ainda precisam ser exploradas, pois ainda se vivencia o ensino tradicional na escola e diversas discussões que buscam romper com a ideia de democracia que o autor apresenta, principalmente com a atual governo que pouco se

preocupa com a sociedade e com a garantia de seus direitos, principalmente voltados para a Educação.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M.V. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio-ago, p. 86-99, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27501707.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FREY, K. As contribuições de John Dewey e Anísio Teixeira para uma escola pública de qualidade para os brasileiros. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI, 8., 2017, Itapiranga, SC. **Anais eletrônicos [...]**. Itapiranga, SC: UCEFF, 2017. Disponível em: https://eventos.uceff.edu.br/eventosfai_dados/artigos/semic2017/690.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

GADOTTI, M. **Histórias das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GALTER, M. I; FAVORETO, A. John Dewey: um clássico da educação para a democracia. **Linhas Críticas**, v. 26, p. 1-15, 2020. DOI 10.26512/lc.v26.2020.2828. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28281>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MENDONÇA, S.; NOBRE, J. A. A receptividade e a difusão do pensamento de John Dewey no Brasil entre 1930 e 1960. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 1, p. 244-266, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.5335/rep.v27i1.10584>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10584/114115119>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SANTOS, I. S. F.; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. BRASIL, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p.131 –149, jun. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10_22.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

SOUZA, R. A. de; MARTINELLI, T. A. P. Considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 160–172, 2009. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639620. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639620>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SIQUEIRA, V. F.; GOI, M E. J. A teoria de Dewey e suas contribuições para o Ensino de Ciências. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29097>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29097>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SOBE, N. W. Entrelaçamentos e troca cultural na história da educação: mobilizando John Dewey no período entre guerras. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 21, p. 13-38, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38539>. Acesso em 19 abr. 2022.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressista, ou, a transformação da escola. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TRINDADE, C. C. **Educação, sociedade e democracia no pensamento de John Dewey**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10092009-155352/publico/ChristianeCoutheuxTrindade.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

VIEIRA, K. R. **A solução de problemas como potência prática na performance dos jogos teatrais**: de John Dewey à Viola Spolin. 2020. Tese (Doutorado em Performances Culturais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11666>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ZEICHNER, K. M. A. **Formação reflexiva de professores**: idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

ZOMPERO, A.F. *et al.* Ensino por investigação e aproximações com a aprendizagem baseada em problemas. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 222–239, 2019. DOI <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n25p222-239>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7740>. Acesso em: 19 maio 2022.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA KANTIANA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO ATUAL

Vânia Rocha de Oliveira

DOI 10.47402/ed.ep.c202218828358

Izaelen da Cruz Jacinto Borges

RESUMO

Esse artigo faz uma apreciação sobre a proposta educacional de Immanuel Kant (1724-1804), abordando a concepção de educação nos escritos *Sobre a Pedagogia* e apontando possíveis contribuições desses pensamentos para a educação atual. Desde o início das civilizações, a educação, vem sendo pensada e modificada de acordo com as ideias e concepções pedagógicas de cada época. Cada autor apresenta sua concepção e proposta de educação pautado em suas concepções metodológicas. Para Kant, a educação constitui –se na condição essencial no aperfeiçoamento civilizatório da humanidade e que ela deveria ser desenvolvida pensando em um mundo melhor e possível de ser alcançado no futuro, onde a humanidade pudesse se desenvolver integralmente. A preocupação primordial de Kant com a educação insere-se no campo da moral, posto que o ser humano não nasce moral, mas torna-se moral por meio da educação, os seres humanos necessitam de uma formação direcionada, para que os indivíduos se tornem seres autônomos e esclarecidos. Assim, nota-se que os princípios filosóficos do pensamento kantiano trazem contribuições para a educação atual, fazendo pensar e repensar nossas práticas pedagógicas.

PALAVRAS –CHAVE: Kant; Formação humana; Educação.

INTRODUÇÃO

Desde o início das civilizações, a educação, vem sendo analisada, modificada e adaptada de acordo com as ideias e concepções pedagógicas de cada época. Cada autor apresenta uma proposta de educação pautada em suas concepções metodológicas e de acordo com o período histórico que viveram.

Nesse sentido, o presente texto busca discutir a finalidade da educação, a partir do estudo da obra *Sobre Pedagogia* de Immanuel Kant, abordando a concepção de educação. Kant considerou a educação um requisito imprescindível para a formação de uma subjetividade livre e autônoma, ele abordava a ideia de uma educação que promovesse nas pessoas todas as condições de chegar à maturidade e desenvolver sua humanidade, ou seja, a educação constitui –se condição essencial no aperfeiçoamento civilizatório da humanidade.

O objetivo fundamental deste trabalho consiste em fazer uma abordagem sobre educação na filosofia kantiana e apontar possíveis contribuições desse pensamento para a educação atual. Deste modo, este artigo abordará, num primeiro momento a história de vida do

autor e posteriormente sua concepção de educação e suas contribuições para a educação nos dias de hoje.

A relevância desse estudo é pensar no método de ensino proposto por esse filósofo e a contribuição do mesmo para a educação. Este trabalho pode contribuir como mais uma fonte de pesquisa e conhecimento.

IMANUEL KANT – VIDA E OBRA

Kant é conhecido como um dos mais importantes pensadores do “século das luzes”. Nasceu na cidade de Königsberg, na Prússia Oriental em 22 de abril de 1724. Foi um filósofo alemão, fundador da Filosofia Crítica. Nascido de uma modesta família de artesões protestantes luterana, teve uma educação muito rígida numa escola pietista, que frequentou com a ajuda de um pastor. “Não se dizia ateu, mas sempre manteve uma relação polêmica com a religião por defender, em seu criticismo, que somente podemos conhecer aquilo que podemos intuir, ou seja, aquilo que podemos ver, ouvir, de fato experimentar.” (BRASIL ESCOLA 2022).

Passou grande parte da adolescência como estudante. Aos 16 anos de idade, Kant entrou para o curso de Teologia da Universidade de Königsberg, onde começou a aprofundar seus estudos em Filosofia. Também se interessou por Física e Matemática, inclusive escrevendo sobre Ciências Naturais.

Em 1746, Kant atua como preceptor, ensinando os filhos de famílias ricas de Königsberg, conquistando prestígio e conseguiu adentrar no meio intelectual da cidade. Em 1754, Kant passou a lecionar como livre docente na universidade. A partir de 1770 é contratado pela universidade e assume uma cátedra, cargo que ocupou até a sua morte. Portanto, alguém que fez do seu ofício de mestre o principal meio de sustento.

Foi um competente professor universitário, homem muito inteligente, sagaz, bondoso e gentil. Viveu uma vida reguladíssima, acordava todos os dias às 5h00 da manhã e fazia todas as tardes às 15h30 sua caminhada, era tão pontual que as donas de casa das redondezas podiam acertar os relógios por ele. Ele tinha horários certos para dormir, acordar, comer, estudar, escrever, fazer seus passeios.

Kant nunca deixou a Prússia e raramente saiu de sua cidade natal. Por outro lado, ele tem uma vantagem, sua cidade era portuária, que promovia a circulação do comércio e obras. Essa condição de cidade portuária confere a Kant o acesso a obras primas, ele não saía do seu território, mas estava antenado no que estava acontecendo no mundo afora.

Immanuel Kant é um filósofo moderno, profundamente influenciado pelo iluminismo. Conheceu bem os pensadores empiristas e racionalistas. Escreveu várias obras importantes. Aqui será destacada a obra *Sobre a Pedagogia*, mais conhecida obra do filósofo sobre o tema educação.

É resultado da edição, autorizada, em que um aluno de Kant chamado Theodor Rink efetuou sobre as notas enviadas pelo filósofo para publicação e que correspondem, pelo menos parcialmente, ao material usado nas cadeiras de pedagogia de que foi encarregado de lecionar nos semestres de 1776 /7, de 1783 /4 e de 1786 /7. O texto foi publicado por Rink, em 1803, na casa de Friedrich Nicolavius, Königsberg. (KANT, 2012, p.7).

Ou seja, a obra *Sobre a Pedagogia*, foi escrita por um aluno e com o aval do próprio filósofo, baseada em suas aulas sobre educação, o filósofo nos seus escritos e pesquisas, dedica uma suma importância aos assuntos relacionados a educação. Embora seus escritos tenham sido elaborados sem verificações empíricas no meio escolar, ainda nesse aspecto sendo restritamente desenvolvida no campo teórico, a mesma no que tange a pedagogia iluminista é considerada um marco no que diz respeito à educação.

O OLHAR DE KANT SOBRE EDUCAÇÃO

A biografia de Kant nos mostra que ainda bem jovem ele teve contato direto com a educação ao trabalhar como preceptor, o que lhe possibilitou ter uma percepção e uma experiência ainda maior sobre os efeitos da educação.

Na introdução da obra *Sobre a Pedagogia*, Kant começa afirmando que “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 2012, p.9). Isso significa que o ser humano não nasce pronto. E por educação, continua ele, “compreendemos os cuidados, disciplina e instrução juntamente com a formação”. (KANT, 2012, p.9). A educação é um processo no qual deve se iniciar na tenra infância, cabe aos pais ou responsáveis zelar pelo cuidado dos filhos para que os mesmos não façam uso prejudicial das suas forças.

Para o filósofo o “homem necessita de cuidados e formação. A formação compreende sob si disciplina e instrução. Nenhum animal, tanto quanto se sabe, necessita desta última” (KANT, 2012, p.11). A disciplina é fundamental para o processo educativo, pois é ela que vai limitar a selvageria do homem e dar lugar a instrução. A definição de homem apresentada por ele é de um ser que tem necessidade da educação, ou seja, precisa dela para se realizar como humano, “o homem só pode se tornar homem através da educação” (KANT, 2012, p.12).

Kant compreendia a educação como:

Uma arte cujo exercício tem de ser aperfeiçoado através de muitas gerações. Cumulada com os conhecimentos dos que já passaram, cada geração pode sempre levar a cabo, cada vez mais, uma educação que se desenvolva proporcionalmente e de modo conforme ao seu fim todas as disposições naturais do homem, e assim conduzir todo o gênero humano à sua destinação. (KANT, 2012, p.14).

Percebe-se que a educação está sempre em processo de aperfeiçoamento, cada geração transmite sua experiência na arte de educar as gerações seguintes, por sua vez, também aperfeiçoarão estas experiências e deixarão seu legado as gerações posteriores. “Esse aperfeiçoamento contínuo se deve pelo caráter problemático, penoso, porém necessário da educação” (MULINARI, 2013, p.95).

Kant apresentou um princípio para a educação, para ele a mesma deve ser desenvolvida pensando em um mundo melhor e possível de ser alcançado no futuro, onde a humanidade pudesse se desenvolver integralmente “as crianças devem ser educadas não para o estado presente do gênero humano, mas para o futuro melhor” (KANT, 2012, p.16).

Em sua obra *Sobre a Pedagogia*, Kant nos diz que há várias formas de educar o homem, o mesmo pode ser disciplinado, cultivado, prudente e velar pela moralização. Disciplinado “significa procurar impedir que a animalidade prejudique a humanidade, tanto no homem individual como no social. A disciplina é, pois, a mera doma da condição selvagem” (KANT, 2012, p.19). Na educação o homem deve, portanto, ser disciplinado, ele disciplina paulatinamente sua propensão a animalidade, aprende a viver em sociedade e a escolher os bons fins, desenvolvendo a moralidade e tornando-se digno de felicidade.

O homem tem que se tornar culto,

Por cultura entende-se o ensino e a instrução. Obtém-se assim aptidões. Esta é a posse de uma capacidade que basta a todas e quaisquer finalidades. Não determina, portanto, nenhum fim, mas deixa isso por conta das circunstâncias posteriores. (KANT, 2012, p. 19)

Percebemos aqui que a cultura abrange a instrução e vários conhecimentos, é a criação de habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos. A instrução, por sua vez, é a parte positiva da educação. Ela vai garantir à espécie humana o cumprimento de sua finalidade, que é chegar a um estado melhor no futuro. É preciso cuidar da disciplina e da instrução para que, se descuidadas, não permitam aos homens continuarem no estado de brutalidade e selvageria.

Tem que se velar para que o homem também se torne prudente, “se ajuste à sociedade humana, que seja popular e tenha influência” (KANT, 2012, p.19). Ou seja, que o homem

permaneça em seu lugar na sociedade e que tenha civilidade, influência. Por fim, o homem deve cuidar da moralização, deve ser dotado de consciência, faça escolhas sobre os bons fins.

Para Kant, o homem tem que se tornar melhor, educar-se e, e quando for mal, produzir em si a moralidade,

A educação deve, portanto, ajudar o homem a desenvolver suas disposições para o bem. Muito mais do que mera aquisição de conhecimentos, a educação está intimamente unida ao processo de formação do ser humano como ético que deve se tornar digno de felicidade. (RIBEIRO, 2013, p.73).

Portanto, é a partir da educação que o homem aprende a viver em sociedade e a escolher os bons fins desenvolvendo a moralidade e tornando-se digno de felicidade.

Como todo processo, a educação em Kant também tem início, um ponto de partida e este surge a partir do nascimento da criança. Ele nos diz que a educação ocorre em dois momentos: O primeiro é chamado de educação física, e compreende uma análise sobre os cuidados do corpo, e o segundo momento é chamado de educação prática ou moral, o que diz respeito à construção do ser humano, afim de que possa viver como ser livre e autônomo.

Dentre as fases da educação física, o cuidado é o primeiro estágio e faz se necessário logo, desde o nascimento. É o momento em que a criança deve ter atenção dos pais a fim de que não utilize de forma errada suas forças. Esse cuidado dos pais é um ato de conservação, de trato, que vai proteger o bebê de si mesmo.

O segundo estágio da educação física, a disciplina. A disciplina doma os instintos sendo a ponte que permite o homem avançar na busca da instrução e do esclarecimento. É onde ocorre a ruptura com a natureza e leva o homem da sua menoridade animal para a maioridade, dando-lhe condições de deixar o mundo irracional. O terceiro estágio, a parte positiva da educação física corresponde à cultura ou instrução. Nesse momento se evidencia a diferença entre homem e animal:

O homem distingue-se do animal pela sua referência a esta. Consiste ela principalmente no exercício das faculdades do ânimo. Por isso, os pais têm de proporcionar aos filhos as oportunidades para que tal suceda. (KANT,2013. p.40)

Nesse momento se evidencia a diferença entre o homem e o animal. É onde as habilidades das crianças devem ser trabalhadas. É o momento em que a imaginação deve ganhar espaço para criar e a memória será exercitada.

O segundo momento da educação kantiana, a saber, a educação prática. Ela é o que Kant chamou de método e divide em três partes: aptidão, prudência mundana e moralidade. Aptidão

pertence ao talento e é essencial para o caráter de um homem, a prudência mundana é a arte de utilizar nossa aptidão, ou seja, o modo em que podemos servir dos homens para nosso propósito e a moralidade diz respeito ao caráter, a moral lhe agrega valores relacionados à espécie humana como um todo.

A educação prática visa o agir social e a consolidação do caráter para viver bem socialmente, a educação prática, portanto é o mesmo que educação moral, mas não uma moral religiosa e espiritual, e sim uma moral que promove a elevação do sujeito na sua humanidade. Trata-se de um processo, no qual, na respectiva e adequada idade de acordo com cada fase, características peculiares às mesmas são inseridas.

Ainda nesse sentido o filósofo nos diz que há um tempo certo para sermos crianças, bem como para sermos adultos, não sendo necessário, portanto, criar na criança um caráter de adulto, mas sim, o de criança e que deve ensinar a mesma, por meio de exemplos e com regras claras.

Fica evidente até aqui que a educação para Kant representa a formação do ser humano completo, não aquele que detém apenas o conhecimento, mas aquele que realiza os deveres em relação a si mesmo e aos demais. Deveres para consigo mesmo: não renegar a sua própria pessoa a dignidade da natureza humana, entregando-se à embriaguez ou a vícios de qualquer sorte. Deveres para com os demais: inculcar desde cedo nas crianças o respeito e a atenção aos direitos humanos, assim como a sua prática. Solidariedade também se aprende. É fundamental para educar as crianças um catecismo de direito voltado aos princípios que devem nortear a vida prática e a prática das virtudes.

Kant analisa situações cotidianas como exemplos para os comportamentos desejáveis e indesejáveis, para chegar a seguinte questão: o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Para ele, o homem não é nem bom, nem mau por natureza porque não é um ser moral. Torna-se moral apenas quando eleva sua razão até aos conceitos de dever e da lei. Na educação tudo depende de uma coisa: que sejam estabelecidos bons princípios e que estes sejam compreendidos e aceitos pelas crianças.

CONTRIBUIÇÕES DE KANT PARA A EDUCAÇÃO ATUAL

O filósofo Immanuel Kant tinha uma preocupação com a educação para o futuro, ou seja, sua preocupação não se prende a seu tempo, se prende ao homem enquanto ser capaz de receber educação e de a cada geração aperfeiçoar seus conhecimentos e transmiti-los.

Kant tinha uma visão otimista sobre a educação, pensava nela como possibilidade de avanço para as futuras gerações, trazendo a ideia de aperfeiçoamento a partir do tempo, não focando apenas em um desenvolvimento individual, mas educando o indivíduo para o aperfeiçoamento da humanidade como um todo. Desse modo, a educação não é usada para replicar o que está dado, mas para projetar o que vem. A tarefa da educação e das instituições responsáveis pela educação tem essa prerrogativa, preparar o ser social para novos tempos.

Não podemos deixar de considerar a influência de Kant na educação. Seus pressupostos permeiam o cenário escolar até os dias de hoje e são refletidos na prática pedagógica.

Ao partir das premissas, de marcos teóricos e legais da atualidade, que fundamentam a necessidade de um ensino que vise à formação política e cultural dos educandos, formando, assim, pessoas capazes de tomar decisões racionais e agir eticamente, é possível notar a atualidade e influência dos escritos e teses de Kant para a educação contemporânea. (MULINARI,2013. p.112).

Assim sendo, pode-se dizer que as ideias de Kant contribuíram e ainda contribuem para a educação atual, nos faz pensar e repensar nossas práticas pedagógicas, repensar o processo educativo de maneira a propor uma educação baseada em uma conduta racional, e que vise um aprendizado para a vida e para o meio social.

Immanuel Kant, conduz-nos de modo filosófico a enxergar a função pedagógica como equivalendo-se uma necessidade da educação, na qual busca promover no aluno uma consciência crítica e reflexiva, bem como sua formação moral. A humanidade no homem é um processo de educação, pois, o ser humano não nasce, mas torna –se humano por meio da educação de acordo com o contexto em que vive. Kant não nega a natureza primeira do indivíduo, ele propõe que a educação seja capaz de aprimorar esse ser social, convertendo-o no humano que o homem moderno precisa para viver e conduzir uma sociedade moderna.

Ainda nesse sentido, segundo Zatti (2007, p. 33), por meio “da pedagogia kantiana somos levados a pensar uma educação intelectual que busca desenvolver as diferentes potencialidades humanas, não apenas, por exemplo, a memorização”. O sentido primeiro da educação intelectual é o próprio exercício da inteligência, tendo como finalidade interna contribuir para o aperfeiçoamento de outros conhecimentos e do aperfeiçoamento do dever.

É notório perceber que os princípios filosóficos, procedentes do pensamento kantiano, causam repercussões na esfera educacional, contribuindo na definição das características básicas da pedagogia moderna, que passa a conceber o ser humano como autor de suas ideias e de seus atos.

Compreende-se então que, cabe também a nós como educadores escolares refletirmos e agirmos em prol de uma educação que eleve o homem em sua humanidade, uma vez que, para Kant, nem sempre as famílias conseguem proporcionar esse exemplo moral, cabendo assim à educação pública contribuir para o progresso do indivíduo desde a primeira infância, não focando em repassar para os alunos atributos que visem a manutenção de uma sociedade capitalista, mas buscando primeiramente formar sujeitos éticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado um dos maiores pensadores do período moderno da Filosofia, Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, abordou questões relevantes que abrangem desde os campos educacionais, sociais, políticos e até os campos de natureza lógica e científica. Embora Kant tenha estruturado seu trabalho há séculos atrás, seus ensinamentos são muito úteis atualmente.

Kant desenvolve suas reflexões com um espírito comprometido, sério, mas também realista com o olhar voltado para seu tempo. Não esconde, porém, que a educação, ainda que seja uma arte, representa um poderoso mecanismo de controle do ser humano e da sociedade. A educação constitui a condição essencial no aperfeiçoamento civilizatório da sociedade.

O percurso que Kant faz na obra *Sobre a Pedagogia* indica os aspectos da disciplina não como uma simples aplicação técnica, enquanto adestramento, mas é sobretudo um aprendizado interno. Ele condena os castigos e enfatiza que todo processo educativo precisa ter uma repercussão no entendimento, na consciência do indivíduo, sendo assim, o efeito da educação está na internalização que o indivíduo faz dos princípios frente a sociedade. Kant também alerta sobre a educação doméstica a qual precisa caminhar nessa via da instrução, da disciplina, cabendo aos pais não ceder aos caprichos e vontades dos filhos. A educação doméstica deve ter um tempo estabelecido, a partir do qual a criança precisa ser direcionada para uma instituição, pois é lá que será assegurada a formação das novas gerações.

Portanto, conclui-se esse trabalho pensando na importância da educação, pois é através desta, que o ser humano torna-se ser autônomo e esclarecido, aprende a viver em sociedade, ela é a porta da cidadania, é responsável pela transformação do homem fazendo-o exercitar a liberdade e autonomia, podendo humanizar.

A educação é a fonte de onde brota todo bem nesse mundo e ela precisa ser aperfeiçoada por várias gerações, cabe a nós educadores fortalecer a ideia de sujeito no educando, na criação do homem por ele mesmo, visando formar e transformar sua natureza.

REFERÊNCIAS

KANT, IMMANUEL. **Sobre a Pedagogia**. Tradução João Tiago Proença. Edições 70, Lda, 2012.

MULINARI F. – **Considerações sobre a pedagogia de Kant...** Revista Helius ISSN 2357-8297 Ano 1 n. 1 Jul-Dez 2013 p. 95-114.

PORFÍRIO, Francisco. **“Immanuel Kant”**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/immanuel-kant.htm>. Acesso em 02 de julho de 2022.

RIBEIRO, Elton Cândido. **Kant, educação e ensino de filosofia**. Theoria- Revista Eletrônica ISSN 1984-9052 Volume V .nº13 p.64-79, 2013.

SILVA, L.A. – **Kant e a pedagogia**. *Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG*, 32 (1): 33-45, jan./jun. 2007

ZATTI, V. de A. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CAPÍTULO 9

O OLHAR DE PAULO FREIRE ACERCA DA REFLEXÃO À PRÁTICA EDUCATIVA E A GESTÃO ESCOLAR

DOI 10.47402/ed.ep.c202218839358

Débora Jacob Neto Barbosa

Gesilane Alves de Oliveira

Luciana Matos Candido Vieira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a essência da prática educativa e da gestão escolar pelo olhar de Paulo Freire, levando em conta a importância da participação globalizante de toda e qualquer comunidade no processo ensino-aprendizagem, levando em conta também a presença da ética no ato educativo. Nesse sentido entende-se que a democracia escolar é construída pautada no diálogo, possibilitando novas formas de pensar e agir em um panorama crítico-transformador qualificando assim todos os participantes direto e indireto. O presente texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica, a qual perpassou por inúmeras obras de autores importantes como Paulo Freire, autor da Pedagogia da Autonomia, Pedagogia do Oprimido e outros artigos científicos relacionados ao tema para melhor refletir e dialogar com os fundamentos democráticos de Paulo Freire.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Gestor Escolar. Educação.

INTRODUÇÃO

Gestão escolar é um assunto pouco discutido no Brasil, em relação a outros temas de pesquisas. Paulo Freire nos induz a uma prática democrática fundamentada com sua experiência e nos deixa claro que nada adianta uma política da autonomia se os envolvidos não têm clareza do que seja.

Para GADOTTI (2001), o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua e coletiva. Seguindo essa perspectiva, todos os participantes da comunidade escolar precisam estar engajados para a construção de um espaço que seja acolhedor e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, seguindo a mesma dinâmica e modos de compreender a escola.

Partindo para uma abordagem histórica e social, apresenta-se nesse artigo contribuições de Paulo Freire para o desenvolvimento da gestão e práticas educacionais democráticas baseadas no direito de acesso à educação aprendizagem e participação. Então, discutiremos como as contribuições da educação política, democrática e participativa entram no processo de ensino aprendizagem.

Em síntese, pleitear com subsídios pautado em uma educação política, participativa e democrática em conjunto eternizam no processo ensino aprendizagem e aumentam o desenvolvimento a todos quem tem por direito a educação.

EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICA

Quando de alguma forma se tenta mudar a realidade da sociedade onde se vive, possibilitando assim a compreensão das relações sociais permeia pela educação política e democrática retratada na teoria de Paulo Freire. Para o autor a natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, “os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática política não permitem que ela seja neutra, mas política sempre” (FREIRE, 2001, p. 28). Nas palavras do autor sempre se mostram a crítica, a neutralidade, a educação, por esse motivo entendemos a educação como uma ação política sem divisão, pois ao educar também se tem o ato de conscientizar e assim transformar o meio de se pensar sem oprimir as concepções já existentes.

Quando de algum modo se apropria ao terreno do entendimento, das adversidades da desigualdade social, já se encube um ponto inicial para mudança de pensamento levando a uma certa aliança pela luta de condições melhores, engajando assim na melhoria do mundo. “Ensinar não é transferir conhecimento não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser” (FREIRE, 1996, p. 52).

Quando por algum motivo se demonstra a neutralidade no processo educativo, caminha-se para o lado das classes opressoras e dominantes, porém a defesa a democracia de Paulo Freire está avante as relações escolares, o professor progressista precisa ser ciente de sua capacidade de conhecer e assimilar o saber e principalmente da sua responsabilidade de caminhar junto o educando. De acordo com o pensamento de Freire, “Defender com seriedade, rigorosamente, mas também apaixonadamente, uma tese, uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, o direito ao discurso contrário” (FREIRE, 1992, p. 78).

A relevância da práxis ser considerada em conjunto com uma equipe especificamente preparada, pois ao aparecimento de problemas diários, juntos possam superar as adversidades de forma transformadora e efetiva pensando sempre em uma gestão democrática e considerando a boa prática pedagógica “Para que seja efetivamente uma participação democrática implica: ser feita não só com o consentimento do povo, mas com suas próprias mãos”. (FREIRE, 2007, p. 88).

Este trabalho consiste no acompanhamento da ação — reflexão — ação dos educadores que atuam nas escolas; envolve a explicação e análise da prática

pedagógica, levantamento de temas de análise da prática que requerem fundamentação teórica e a reanálise da prática pedagógica considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica (FREIRE, 2001, p. 81).

Alegando até aqui na concepção Freiriana, a importância de uma sociedade e uma educação que caminham juntas para o lado democrático, onde o menos favorecido seja ele em qual âmbito for, toda forma de opressão seja abolida e todos comprometidos com a igualdade na construção de um viver mais justo. “A vontade política de fazer, a arregimentação dos recursos, e a formação rigorosa dos educadores e das educadoras” (FREIRE, 2001, p. 118).

Relacionando teoria e prática, Ele destaca a importância infundável da avaliação, onde implicaria analisar a prática. Assim, programar e avaliar a prática. “E a prática de programar, que se alonga na de avaliar a prática, é uma prática teórica “(FREIRE, 2001, p. 109). Onde implicaria a constância e a importância da formação de professores segundo o autor, é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

[...] um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda à nova fisionomia da escola que se busca construir. (FREIRE, 2001, p. 80)

Agindo assim se evitaria o que o autor está sempre disposto a criticar, os métodos de ensino em que o docente era tido como o detentor de todo o conhecimento e o aluno apenas um “depositório” o que ele chamava de “educação bancária”.

Envolta, portanto, no compromisso do profissional, seja ele quem for, está a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialismo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos. (FREIRE, 1983, p.21)

Temos visto pelas obras de Freire a argumentação a favor da Educação como ato político e democrático, além de um comprometimento profissional ligado a aperfeiçoamento afim de tomar posse de uma visão crítica e menos iludida da realidade.

PRÁTICA EDUCATIVA PARA ALÉM DA APRENDIZAGEM

Firmando as leituras das obras do autor, fica claro que o ensino em sua perspectiva se compreende no respeito à cultura do estudante e os conhecimentos que o mesmo já adquiriu no decorrer de seu processo, e sua participação no processo é de extrema importância para tornar a aprendizagem mais significativa e, dessa maneira norteará a práxis pedagógica do educador.

Não pode reduzir-se a um mero ensinar os alunos a aprender através de uma operação em que o objeto do conhecimento fosse o ato mesmo de aprender. Ensinar a aprender só é válido, desse ponto de vista, repita-se, quando os educandos aprendem a aprender ao aprender a razão de ser do objeto ou do conteúdo. (FREIRE, 1992, p. 81).

Entende-se que o professor é de primordial importância no processo, ele entra como o mediador que irá muito além de ensinar conteúdos, deve se criar possibilidades norteadoras para que sejam significativos, pensando sempre que a ação de ensinar não pode ser mecanizada, apenas com o intuito de transferências de conteúdos, o aluno deve ser levado a aprender o que lhe é ensinado, como troca de saberes pautado nas experiências anteriores.

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo facto de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20)

Assim, pode ser analisado que o ensino correlata com a aprendizagem, Freire se refere na transformação do indivíduo, a partir do que lhe é ensinado. “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26).

Estando assim no caminho de igualdade e reestruturação de saberes se integrando no modelo ensino aprendizagem pautado em um esforço crítico de ambos os lados.

Ensinar e aprender têm que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar. Isso não tem nada que ver com a transferência de conteúdo e fala da dificuldade, mas ao mesmo tempo, da boniteza da docência e da deiscência (FREIRE, 1996, p. 133).

É nesse sentido, que mais uma vez o autor afirma que o ato de ensinar deve ser estimulador do lado criador, curioso e crítico do estudante e não pautado no mecânico. A escola, porém, deve estar engajada incansavelmente no processo de ensino aprendizagem, pois é nela um lugar organizacional popular onde se vai sistematizando as experiências, porém para se ter um ensino pautado na gestão democrática é necessário mudanças na cultura pedagógica e no olhar da comunidade escolar.

Jamais pelo blabláblá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo da e voltando-se sobre sua realidade, perfile as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das

questões centrais da educação popular — a da linguagem como caminho de invenção da cidadania (FREIRE, 1992, p. 40).

Somente por meio do diálogo e participação ativa se chega ao verdadeiro processo de ensino aprendizagem almejado, trazendo ao coletivo, o que de fato é a escola e a que ela se propõe, já que por sua vez precise reformular sua ação e definir prioridades frente as diversas exigências do contexto social em que se encontra inserida. Não se deixando perder, pois o maior interesse é refletir sua presença na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção. O que imperiosamente requer um educador que seja conhecedor, portanto, compreendemos que a formação dos docentes é a base para uma escola de qualidade.

Muitas vezes é preciso reconhecer o papel que tem a escola, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois de um lado ela vem orientada para a manutenção do status quo, ou seja, das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação, porém a reforma da educação e a reforma da sociedade andam e devem ser parte do mesmo curso.

Pensando assim, Freire leva a refletir meios de como tornar melhor a educação, mediante o compromisso e a participação de todos, na concepção de uma educação libertadora que esteja pronta a contribuir para que o educando se torne sujeito de sua própria evolução, diante da presença mediadora do educador.

Saber que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, a curiosidades, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimentos (FREIRE, 1996, p.21).

Pois pensar é saber que ensinar não é transferir conhecimento é fundamentalmente pensar certo é uma postura inesgotável, difícil, às vezes penosa, que temos de assumir diante dos outros e com os outros, em face do mundo e dos fatos, constantemente testemunhado e vivido. Segundo o autor “Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário, um ato de amor”. (FREIRE, 2001, p. 21-22)

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p.107).

Portanto, Freire fala de uma prática pedagógica da ética, do bom senso para o educador e educando, ele mostra que o educador deve ser crítico e participativo, precisa renovar, estudar

e pesquisar e buscar mudanças para realidade do educando e assim fazer de sua prática um ato de amor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões observamos que Freire propicia várias contribuições teóricas e metodológicas para se refletir a prática, mesmo sabendo que gestão e administração escolar não são as inquietações fundamentais de suas investigações, porém permeiam por suas obras a visão de sociedade e educação, onde se traz para uma gestão democrática, dessa forma concluindo que a melhoria da qualidade de ensino deve ser objetivada por todos. A educação é vista como um preparo para uma práxis transformadora e revolucionária.

Apenas ofertar escolas não é aceitável, é preciso proporcionar educação de qualidade, somente assim estaria no caminho para transformação de uma sociedade com sujeitos críticos e conscientes, para que sejam desenvolvidas essas ações, é primordial que a organização escolar esteja traçada em princípios democráticos, que acredita na participação de um todo, incluindo a família pois essa é a principal chave para a construção do processo ensino aprendizagem. Que a melhor forma é partir da realidade do educando, carecendo compreender seu âmbito familiar.

Ressaltando também que a formação permanente dos educadores pode se constituir em um compromisso ético a ser assumido por educadores críticos que desejam romper com o mito da neutralidade da educação. Significa pensar dentro da linguagem da possibilidade, em que o presente e o futuro podem ser criados e recriados, a partir de uma práxis social organizada coletivamente.

Nesse sentido, Freire nos mostra que a educação não pode ser neutra, mas sim uma combinação social, política e acima de tudo dialógica e democrática, esse é o desafio a ser alcançado na sua totalidade.


REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

CAPÍTULO 10

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA A PARTIR DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE ANALISANDO OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Débora Jacob Neto Barbosa

DOI 10.47402/ed.ep.c2022188410358

Gesilane Alves de Oliveira

Luciana Matos Cândido Vieira

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões sobre os impactos do Neoliberalismo na educação brasileira e a prática pedagógica a partir da análise do livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa* de Paulo Freire, que analisa a prática docente, a formação docente inicial e continuada do professor na educação brasileira dos anos de 1990, dentro de um olhar de uma pedagogia progressista que busca o desenvolvimento social, a luta contra a discriminação, a valorização do trabalho docente da educação e os reflexos do sistema neoliberal que refletem diretamente no processo da educação. Objetiva também analisar quanto a *Pedagogia da Autonomia* continua atual, demonstrando como as contradições e os determinantes da exclusão social estão presentes na escola, a qual continua como um espaço predominantemente da classe dominante. Nesse sentido, a educação é analisada como espaço democrático, gratuito e de direito de todos, observando que no processo ensino-aprendizagem existe a mediação pelo professor que cria possibilidades para a produção do conhecimento, não descartando os saberes, as linguagens e a cultura que o aluno traz de sua vivência cotidiana. A metodologia fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético que analisa dentro da totalidade e historicidade do objeto de estudo. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa.


PALAVRAS-CHAVE: Prática Educativa. Pedagogia da Autonomia. Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio acadêmico sobre a obra de Paulo Freire: *A Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa*, será abordado a temática sobre a prática educativa freiriana presente nesse livro que foi produzido em 1996 relacionando com a educação brasileira dentro da perspectiva do neoliberalismo na atualidade.

No primeiro momento, o texto faz um levantamento do processo histórico de vida e obra de Paulo Freire, em seguida foi apresentado todo o assunto abordado no livro, relacionando com outros autores que também falam sobre Freire ou abordam temática semelhante a sua obra.

Nesta obra é possível observar uma crítica a educação tradicional, tecnicista, de caráter conteudista, pois o autor aborda que uma educação de verdade precisa levar em consideração as vivências do aluno, ou seja, a construção dos saberes acontece intermediada pela experiência com o mundo, pois o mundo como os conhecimentos estão em constantes transformações,



sendo que o professor é o mediador do processo educativo, que ocorre na relação com os educandos.

Freire nos leva a refletir de modo crítico sobre a educação bancária, em que o papel do professor é transferir conteúdo e do aluno é de receber conteúdo de modo desconectado da realidade. Ele nos provoca reflexões sobre o fato que a educação não pode ser uma simples memorização de conteúdos, o processo educativo precisa ser uma busca consciente de ambas as partes por uma curiosidade epistemológica, superando assim o autoritarismo docente, ressaltando que a recusa do autoritarismo não significa que o educador deixe de ter autoridade em sala de aula, mas que os educandos tenham a liberdade de aprendizagem dentro processo ensino-aprendizagem, de questionar, de criar possibilidades para a construção do conhecimento.

O presente texto acadêmico, tem como objetivo compreender e suscitar a reflexão crítica acerca da historicidade que perpassa a educação brasileira no que tange a formação de professores na perspectiva da educação libertadora, na década de 1990, de caráter progressista e crítica, analisando o papel social da escola e do professor dentro do cenário neoliberal, observando as lacunas, para que se possa buscar compreender dentro da totalidade, as contradições e determinantes que perpassam o fazer profissional do docente e o impacto social que o professor, e a escola causam na vida do aluno, analisando também quais as significações da educação para a sociedade. Buscando respostas que possam levar a compreensão desse cenário a qual a escola está inserida até a nossa atualidade.

Desse modo, após a análise e reflexão do livro, buscamos respostas para o seguinte questionamento: Quais os impactos que o neoliberalismo causa na educação brasileira, dentro da perspectiva de formação docente e prática educativa, a partir do olhar de Paulo Freire no livro “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa” escrito na década de 1990 e como se encontra o cenário educacional nos dias atuais?

Assim, intentamos com a presente pesquisa, explorar a reflexão do livro Pedagogia da Autonomia a partir de questões e conceitos sobre os saberes necessários à prática educativa com os quais o educador relaciona a educação em seu contexto de mundo, com o qual está inserido, abordando aspectos relacionados a formação inicial e continuada e a prática educativa do professor. Por fim, em esforço de síntese reflexiva faremos uma análise relacionando os conceitos abordados ao longo do livro com o cenário neoliberal e a educação brasileira que encontramos na atualidade.

PAULO FREIRE E A OBRA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA

Em 2021, foi comemorado centenário de vida de Paulo Freire, esse é um grande marco em comemoração à vida de um educador brasileiro que muito contribuiu para a educação, e desde 2012 foi oficialmente declarado patrono da educação brasileira.

Paulo Freire escreveu a sua última obra “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa” foi publicada no ano de 1996, e no ano seguinte em 1997 ocorreu a sua morte, ocasionada por insuficiência cardíaca, deixando na educação um grande legado. Desde o prefácio do livro ele faz um relato afirmando que existe uma crítica permanente dentro dele, ao neoliberalismo, a ideologia do fatalismo e a recusa inflexível ao sonho e a utopia.

Nesse livro, Freire apresenta a totalidade da responsabilidade ética do professor na condução do seu trabalho, enquanto prática formadora, porém ele afirma que a ética abordada no livro não é a ética do capitalismo, mas uma ética contra a hegemonia, de luta de classes, de superação da exclusão e da pobreza. A ética que ele fala é a manifestação contra a discriminação de raça, gênero, classe. Por isso, a ética é inseparável da prática educativa.

Os educadores na maneira que lidam com o conteúdo que ensinam, nas obras que concordam ou discordam, não podem simplesmente omitir para os alunos o seu posicionamento ético.

Paulo Freire (1996, p.11), afirma seu posicionamento contra o determinismo: “Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permitam-se-me reiterar, é problemático e não inexorável.”

O neoliberalismo apresenta uma ideologia de manutenção do status quo, que tenta levar a sociedade acreditar que mudanças sociais não são possíveis. Nesse sentido, percebemos o quanto esse discurso ideológico é perverso, pois somos levados a aceitar e a naturalizar a realidade de desigualdades sociais e assim mantermos a sua reprodução, por isso os educadores em sua prática educativa precisam ter cuidado para não propagarem a ideologia fatalista para os educandos,

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a

prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência. (FREIRE,1996, p.11-12).

NÃO HÁ DOCÊNCIA SEM DISCÊNCIA

No início da obra, Freire aborda a temática do professor bancário, afirmando a recusa ao ensino bancário onde o professor seria um mero transferidor de conhecimento, do qual ele é crítico ferrenho a esse tipo de abordagem de ensino.

[...] de um lado, à crítica e a recusa ao ensino "bancário", de outro, a compreender que, apesar dele, o educando a ele submetido não está fadado a fenecer, em que pese o ensino "bancário", que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeitado pode [...] superar o autoritarismo e o erro epistemológico do "bancarismo." (FREIRE,1996, p.13-14).

Paulo Freire, afirma que na formação docente devem ser apresentados saberes fundamentais a uma prática educativa que seja crítica, progressista,

O formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 1996, p.13).

Segundo Freire (1996), a formação docente deve ser permanente, pois ensinar inexistente sem aprender e vice-versa. Nesse sentido, percebemos a importância da formação contínua do professor, na qual o professor possa fazer uma reflexão sobre a sua prática cotidiana na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora, nós enquanto seres humanos somos seres inacabados, ou seja, “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”. Paulo Freire nos reforça que não há docência sem discência, pois o ensinar e aprender se inter cruzam constantemente,

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém. (FREIRE, 1996, p.13).

O papel do educador não é apenas de ensinar o conteúdo, mas ensinar o aluno a pensar de forma crítica, por isso é indissociável do processo ensino- aprendizagem, a realidade do aluno, ou seja, trabalhar desconectado do contexto da vida do aluno, pois são fundantes na

formação do sujeito e não pode ser dissociada do diálogo professor-aluno no contexto escolar, os quais ambos são transformados no processo.

Nesse processo de interação entre o educador e o educando, é o que Freire fala que tanto o professor ensina e aprende e o aluno aprende, mas também ensina, sendo esse um processo dialógico.

Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A "do-discência" – docência-discência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico. (FREIRE, 1996, p.16).

Nessa troca durante o processo educativo, o educador precisa respeitar os saberes dos educandos, pois são saberes construídos pela prática comunitária, relacionando-os com os conteúdos, levando o educando a refletir sobre sua realidade, dentro do cenário social, político, de ideologia contra hegemônica, ou seja, discutir a realidade concreta. Para Paulo Freire não existe escola sem partido, pois não existe neutralidade no processo educativo, todos somos influenciados por determinadas correntes epistemológicas que irão direcionar os nossos pensamentos, valores e ideais de sociedade.

Nós estamos inseridos em um mundo de historicidade, a partir de influências sociais e culturais construímos nossos conhecimentos, não é algo pronto, está em constantes mudanças. Conforme Silva,

O ser humano é um constante devir, [...] que vai sendo instruído através do fazer educativo. Não se pode fazer uma domesticação do homem [...] neste sentido, não é possível reificar o ser humano [...] educar o homem é contribuir para a sua autonomia e libertação. (SILVA, 2015, p. 87).

Ensinar exige pesquisa e criticidade, pois a curiosidade é como uma inquietação desveladora, e não haveria criticidade sem curiosidade, educador e educando precisam ser investigadores, ou seja, a partir das inquietações iniciais na busca de desvelar o conhecimento é que se desenvolve também o aprendizado de determinado objeto de estudo é o que afirma Freire,

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1996, p. 18).

Paulo Freire relata que ensinar exige estética e ética, pois o caráter formador do professor não pode trabalhar alheio a formação moral do aluno, de modo a ter consciência de

que educador e educando precisam estar abertos a uma relação dialógica e acolhedora. Ensinar também, exige a corporeificação das palavras por meio do exemplo do professor, ou seja, pensar certo exige ter uma postura certa, coerente com as palavras. Como exemplo podemos verificar professores que se dizem de esquerda e no decorrer das aulas apresentar postura em favor do neoliberalismo. Segundo Hora e Bezerra, ética e estética para Freire precisam estar lado a lado,

Uma educação crítica e ética está baseada em uma troca professor-aluno. O professor aprende a ensinar e o aluno aprende a aprender. O ato de ensinar é belo e a beleza que existe no processo educativo tem que ser valorizada, sendo preciso colocar a formação ética ao lado da estética. (HORA; BEZERRA, 2021, p.5).

A prática educativa exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de preconceito, mas não significa aceitar o novo simplesmente por ele ser novo, mas também saber recusar o novo, se o novo não estiver dentro dos critérios ideológicos, pedagógicos coerentes. A perspectiva da escolha do novo ou do velho não pode ser meramente cronológica.

O professor precisa refletir criticamente sobre a sua prática, de maneira dialógica dentro do movimento entre o fazer e o pensar sobre o que fazer. Freire afirma que na prática da formação docente é importante que,

O aprendiz de educador, assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. (FREIRE, 1996, p.21)

Por isso, é importante que ocorra uma formação permanente dos professores, sendo este um momento fundamental de reflexão crítica sobre a sua prática. Desse modo, quando o professor explora durante seu trabalho questões abordando criticamente a realidade do aluno, como problemas sociais, políticos, ele está cumprindo o seu papel de formador de cidadãos críticos. Porém, quando o professor atua de maneira a não demonstrar a luta pela igualdade, sem ter uma postura contra hegemônica, ele simplesmente estará atuando dentro do pragmatismo neoliberal.

O ensino exige reconhecimento e a assunção de identidade cultural. Assunção significa assumir, ou seja, representa a responsabilidade política em anunciar uma possibilidade concreta como alternativa ao que denuncia, a fim de criar novas alternativas. Conforme Freire,

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 22).

O educador precisa ter uma formação progressista, buscando o desenvolvimento social, assumindo os seus valores para que possa ter um trabalho de acordo com o que se espera de um educador, baseando sua atuação pelo viés do não pragmatismo neoliberal, pois nenhuma formação docente verdadeira pode ser ao mesmo tempo aliada a criticidade e ao conservadorismo. Segundo Freire,

A formação docente que se julgue superior a essas “intrigas” não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (FREIRE, 1996, p.23)

ENSINAR NÃO É TRANSFERIR CONHECIMENTO

Paulo Freire volta a reafirmar que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.25). Por isso é importante ressaltar que o educador deve estar preparado para os questionamentos dos alunos, não é admissível uma educação verticalizada, versada no autoritarismo docente no qual ele é o detentor do conhecimento e o aluno é uma folha em branco que será preenchida pelo professor. É necessário compreender que os conhecimentos de mundo, a linguagem, o gosto estético que o aluno traz de sua vivência cotidiana também são importantes. Bem como, entender os condicionantes e determinantes que perpassam todo o sistema capitalista neoliberal.

Nesse sentido, Paulo Freire nos mostra que o aprendizado não pode ser entendido como algo vindo de cima para baixo, onde o professor transmite o conhecimento e o aluno é um mero receptor dessa transmissão, o professor é entendido como mediador no processo de ensino-aprendizagem.

Me torno tão falso quanto quem pretende estimular o clima democrático na escola por meios e caminhos autoritários. Tão fingido quanto quem diz combater o racismo, mas perguntado se conhece Madalena, diz: “Conheço-a. É negra, mas é competente e decente.” (FREIRE, 1996, p. 25).

O aprendizado dos conteúdos não pode ser entendido como algo mecânico, em que o que importante é a simples memorização dos conteúdos desconectado do mundo, pois o verdadeiro aprendizado faz com que o aluno atue como sujeito crítico na construção do seu aprendizado. Diante disso, quando o professor menospreza a reflexão crítica, diminuindo o papel do aluno dentro do processo educacional, não levando em consideração aspectos sociais do cotidiano do educando, ele está transgredindo princípios éticos. Ou seja, “Saber que devo

respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.” (FREIRE, 1996, p.32).

Um conceito no livro importante para ressaltarmos é que ensinar exige reconhecimento do ser condicionado, ou seja, o professor precisa se reconhecer inserido na realidade real, sendo uma categoria profissional de força que interage com sujeitos pensantes no meio onde estão inseridos, com uma função social intervindo na realidade concreta, “[...] minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.” (FREIRE, 1996, p. 54).

Ensinar exige bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, nesse caso podemos ver a relevância do bom senso quando um aluno deixa de entregar um trabalho em uma data marcada, justifica-se e entrega no dia seguinte, aqui não cabe uma ação autoritária e sem reflexão crítica do educador. O professor no seu processo de construção do saber deixa marcas na vida do aluno que podem ajudar ou prejudicar o seu desenvolvimento, é importante também que o educador seja capaz de demonstrar para os alunos a valorização e respeito para os professores e para a educação, demonstrando que a escola é espaço de luta, de resistência com objetivo de desenvolvimento social da classe pobre e oprimida.

O educador além de demonstrar a importância do papel docente na vida do aluno e na construção de uma sociedade mais justa, precisa mostrar seu posicionamento ético, seus valores políticos e de justiça, revelando capacidade de analisar o meio social em que estamos inseridos.

Ensinar exige alegria e esperança na possibilidade de mudança, tendo convicção na mudança dos paradigmas sociais, intervindo na realidade social, pois não basta constatar os problemas, é preciso intervenção. Quando um educador durante suas aulas percebe que algum aluno tem um posicionamento a favor do apoio a políticos conservadores, reacionários, o educador tem a obrigação de orientá-lo mostrando as contradições, pois com essa postura ele estará contribuindo para a manutenção da situação atual de desigualdade social em que se encontra, mantendo assim a relação opressor-oprimido. Segundo Freire, “A isto corresponde a “expulsão” do opressor de “dentro” do oprimido, enquanto sombra invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa de ser substituída por sua autonomia e sua responsabilidade.” (FREIRE, 1996, p. 43).

A prática educativa deve ser dialógica e indagadora, professor e alunos devem se assumir epistemologicamente, curiosos. Isso significa que na relação professor e aluno deve-se manter uma postura aberta, indagadora e não passiva, enquanto fala ou ouve. Além disso, o

exercício da curiosidade propicia uma aproximação ao objetivo da aprendizagem de modo que quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica e se *rigoriza*, tanto mais epistemologicamente vai se tornando.

ENSINAR É UMA ESPECIFICIDADE HUMANA

Ensinar exige segurança, competência profissional, generosidade, comprometimento, por isso o educador precisa se comprometer com a sua formação continuada, quem trabalha com a atividade do magistério precisa se envolver com todo o processo de ensino-aprendizagem.

Durante a prática da docência o professor observará como os alunos se comportam durante as aulas, se demonstram interesse ou apatia, essa é uma grande forma de se avaliar o próprio trabalho, o espaço pedagógico constantemente pode ser lido e interpretado, sempre buscando a união teoria e prática de modo a ter uma qualidade na práxis do professor. É o que diz Freire,

Este é outro saber indispensável à prática docente. O saber da impossibilidade de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender. Nenhum destes termos pode ser mecanicistamente separado, um do outro. (FREIRE, 1996, p.49).

O educador precisa compreender que seu papel é de intervenção na realidade do aluno, por isso não pode ter um discurso fatalista, pois precisa acreditar que de fato é possível realizar mudanças sociais, não justifica nenhum discurso que minimiza os seres humanos, que no caso são compostas por minorias, que se unissem se tornariam majorias. Conforme Freire,

Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso virar conivente de uma ordem perversa, ir responsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos. A fome frente a frente abastança e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades como o reacionarismo apregoa com ares de quem sofre por nada poder fazer. (FREIRE, 1996, p.52).

Paulo Freire afirma que mesmo falando tanto em liberdade é preciso que o professor também tenha autoridade, não podemos confundir liberdade em não manter a disciplina em sala de aula, é preciso manter um clima de respeito, corrigindo eventuais desvios de comportamento.

Além disso, ensinar exige saber escutar, por isso é necessário que o educador saiba escutar e entenda que a sala de aula é um espaço democrático e dialógico do saber, em que o aluno também tem voz ativa no processo educativo

A afetividade não pode ser excluída do ato de cognoscibilidade, o que não se pode permitir é que a afetividade interfira no cumprimento ético no exercício do trabalho pedagógico. O que o professor não pode confundir é a sua atuação com a de um psicólogo ou assistente social, por exemplo, mas isso não significa que o professor não possa acolher esse aluno, desde que não ultrapasse as suas competências enquanto docente em relação ao restante da turma. Freire aponta,

Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e efetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e "cinzento" me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. (FREIRE, 1996, p.72).

Reconhecer que a educação é ideológica é uma exigência para o ato de ensinar, pois a ideologia é persuasiva e está em todos os momentos presentes no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Freire,

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. [...] A capacidade de penumbrar a realidade, de nos "miopizar", de nos ensurdecer que tem a ideologia faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. Ou que os sonhos morreram e que o válido hoje é o "pragmatismo". (FREIRE, 1996, p.64).

A educação tem a qualidade de ser política, é algo inerente a sua natureza, sendo assim a educação é a chave para transformações sociais e não pode ser reprodutora da ideologia dominante.

NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE

O *pragmatismo* neoliberal, busca aquele professor tarefeiro, que preenche fichas, muitas vezes com atribuições burocráticas, cumprindo suas atividades sem nenhuma reflexão, que está preocupado em transmitir o conteúdo e espera que assim os alunos os memorizem, mas não questionem a sua realidade, não sejam críticos politicamente, e acreditem não ser possível a mudança na sua realidade, que continuem sendo oprimidos, que não saibam pensar e nas eleições votem em políticos reacionários que irão em busca de garantir regalias e benefícios para si próprios e em nada irão lutar pelos direitos da população pobre e excluída.

Paulo Freire, reforça que não faz sentido uma teoria pedagógica que se diga neutra, onde os atores do processo educativo sejam neutros, isto é, não participam como protagonistas na elaboração e construção dos seus saberes.

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? "Lavar as mãos" em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e descaso? (FREIRE, 1996, p. 70).

É possível notar que o Brasil permanece em uma profunda crise na educação, não sem propósito, a crise na aprendizagem e nos demais aspectos, crise está, faz parte de um projeto político, tendo em vista, a criação de massa de manobra, analfabetos funcionais, destituído de um senso crítico; os estudantes aprendam apenas a buscar certificações e obtenções de resultados imediatistas, que não tenham a ver com um projeto de sociedade igualitária com perspectivas de futuro para todos. É essa a conjuntura atual em que observamos o cenário educacional brasileiro, sobre o qual os educadores são desafiados a intervir e transformar. Em momentos como atual, torna-se necessário repensarmos a educação e todos os seus processos.

Paulo Freire escreveu que “O homem está no mundo e com o mundo” (FREIRE, 1983, p. 30). Se o homem estivesse apenas no mundo, não haveria mudanças na história desse mundo. Não poderiam criar objetivos, e o mundo não estaria em constante mudança. Agora as pessoas estão no mundo e com o mundo, buscando a evolução constante.

Freire (1996), diz também que não devemos tomar as situações com fatalidade, mas, tomá-las como estímulo para mudá-las. É preciso, termos a ousadia e a coragem de nos reconhecermos verdadeiros humanos, com consciência de nosso inacabamento, indo além, da realidade como fatalidade, para realizarmos a intervenção no mundo. Para ele é preciso, encararmos essa situação com motivação, para superarmos, ultrapassando a lógica do medo e atingirmos a transcendência, pois, não somos determinados, mas condicionados, portanto, podemos sim, realizarmos as mudanças, mudar a nós mesmos e mudarmos o mundo. Para Vasconcellos,

Uma das aprendizagens mais importantes que o ser humano deve fazer na vida e, portanto, também na escola, é de que as coisas podem mudar, que a configuração de mundo que temos hoje é uma, e não a única. Pode ser transformado! A transformação se dará pela ação dos sujeitos. [...] Ser livre é saber lidar com os condicionamentos: tomar consciência deles e dentro da zona de autonomia relativa, fazer as opções de acordo com um projeto de vida. (VASCONCELLOS, 2007, p. 3-4).

De acordo com Vasconcellos (2007), somos seres em constante mudança, de transformação, somos livres para lutarmos contra os condicionamentos, contra o que impede nossa liberdade, na busca por nossa emancipação. E uma educação emancipadora exige, luta, bom senso, humildade e resiliência perante as novas propostas de ensino, devemos ser coerentes, aproximando a distância entre o discurso e a prática, pois a luta maior é por uma educação emancipatória para todos, por isso é necessário a apreensão da realidade, por todos que trabalham a educação, procurando compreender que na atual realidade, tanto educadores e educandos são colocados à frente de um cenário de desmotivação, docentes se sentem sobrecarregados, portanto devemos praticar a empatia e a solidariedade.

Nos anos 2020 e 2021, o Brasil sofreu com a pandemia do novo Coronavírus, e de uma maneira emergencial, as escolas tiveram que se adaptar de um dia para o outro, não houve tempo para capacitar os professores. Estes, foram obrigados a se reinventarem, mudando sua prática para trabalhar de forma remota, utilizando aplicativos como *WhatsApp*, reuniões *online* pelo *Zoom* ou *Meet*, para transmissão de aulas *online*, plataformas na *internet* para envio de atividades, atividades impressas, entre outros. Mas os governantes não se atentaram a realidade da classe do alunado das escolas públicas brasileiras, se eles tinham condições para ter acesso à *internet* e ferramentas, como computador, *smartphones*, entre outros. Mais uma vez o governo neoliberal pouco se importou e não ofereceu tais recursos para auxiliar as famílias que não tinham acesso a esses recursos tecnológicos, e com isso houve um aumento na evasão escolar, e como consequência desse abandono escolar, as secretarias de educação buscaram diminuir a queda em seus gráficos de escolarização, optaram pela aprovação em massa desses alunos, sem se preocupar com a aprendizagem, corroborando assim com projeto de perpetuação da classe dominante no poder. Situação postulado por Silva e Silva,

Pensar sobre sujeitos em vulnerabilidade social no contexto escolar, faz notável a realidade difícil desses sujeitos, condição de fragilidade econômica e moral, vivenciam situações de riscos resultado do contexto econômico e social que estão inseridos. Observa-se que a educação está sendo ofertada de forma precária, sucateada e excludente a camada social vulnerável neste período pandêmico. (SILVA; SILVA, 2020, p.58).

A educação brasileira teve que se adaptar ao uso de diversas ferramentas tecnológicas digitais que alterou toda a dinâmica da educação. E após dois anos de pandemia muitos recursos foram incorporados à realidade da volta das aulas presenciais, como plataformas com vídeo aulas e atividades *online*, uso de aplicativos e ferramentas na *internet*, mesmo sabendo que o acesso a esses itens não são acessíveis a todos, o governo continua a divulgar todos os recursos tecnológicos que eles oferecem, como forma de propaganda eleitoreira mesmo sabendo que na prática pouco é utilizado por esses alunos que em muitos casos suas famílias precisam optar se

compram comida ou pagar a *internet*. A educação está sendo modificada pela adaptação docente e discente, acerca de diversos programas, aplicativos, ferramentas que passaram a ser utilizadas na educação. (PASINI, CARVALHO E ALMEIDA, 2021, p.4).

Não podemos deixar de ressaltar a realidade das universidades particulares à distância (*online*) que pela facilidade de se estudar a hora que se quer, cresceram nesse período e com baixas mensalidades tem sido a opção para se cursar uma graduação principalmente pela classe pobre que não consegue ter acesso as universidades públicas. Os cursos de graduação a distância também fazem parte do projeto neoliberal de formação em massa de profissionais acríticos que se contentam com baixos salários e continuam a servir aos interesses da classe dominante.

O importante é compreender que independente da maneira que o professor está ministrando suas aulas, seja em tempos de pandemia ou não, de ensino remoto ou qualquer outra modalidade que se possa pensar, não devemos esquecer que o respeito a autonomia e à dignidade humana, os princípios éticos devem estar presentes, é o que Paulo Freire nos demonstra ao longo de seus capítulos na obra *Pedagogia da Autonomia*.

A luta pela educação progressista é constante e não pode parar nunca, pois o projeto burguês sempre estará em busca de acabar com a educação crítica, desenvolvimentista, buscando implantar na sociedade a ideologia de exclusão, preconceitos, de fatalismo. Por isso o livro de Paulo Freire continua tão atual e deve ser propagado para que mais educadores possam ter acesso desde a sua formação inicial e continuada.

Por fim, Paulo Freire (1996), afirma que ensinar traz diversas exigências para os educadores, é preciso que o docente tenha em mente a crença de que a mudança é possível, encarando a história com uma possibilidade, não como uma determinação.

A atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre por natureza. E falso também tomar como inconciliáveis seriedades docente e alegria, como se a alegria fosse inimiga da rigidez. Pelo contrário, quanto mais metodicamente rigoroso me torno na minha busca e na minha docência, tanto mais alegre me sinto e esperançoso também. A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. (FREIRE, 1996, p.72).

É necessário ter esperança, que é possível ensinar e juntamente com os educandos produzirmos, resistindo, portanto, aos obstáculos e desafios, sem perdermos nossa alegria. Para tanto, é preciso cobrar e lutar ideologicamente, por mudanças e respeito a profissão. Os educadores precisam interiorizar as suas palavras na prática, a prática educativa precisa ser vista como algo importante. Ensinar é uma especificidade humana, por isso precisamos demonstrar

o caráter revolucionário que a educação traz, pois ela permite mudanças sociais e no interior de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, fica evidenciado que o cenário de neoliberalismo continua vigente nos dias de hoje, deixando evidente as suas expressões e sequelas sociais que afetam diretamente o cenário educacional trazendo enormes desafios para a educação brasileira, tanto no que tange a formação de professores e a prática docente, ocasionando o que os governantes chamam de crise educacional.

É notório que a formação de professores sofreu grandes mudanças ao longo de vários períodos da história, passando de uma educação conservadora para uma educação progressista, ao longo do livro *Pedagogia da autonomia*, percebemos que Paulo Freire na década de 1990 buscou refletir a educação desse período, mostrando passos necessários para uma docência de qualidade, ele abordou tanto a formação inicial quanto continuada de professores e apresentou uma prática educativa centrada na educação na perspectiva do modelo de ensino contra hegemônico, centrado na garantia de educação para todos, mostrando que é impossível manter a neutralidade do educador nesse processo, que é necessária a luta pela valorização do professor com salários dignos, uma escola com qualidade para que se possa buscar uma educação de qualidade.

Na obra, Paulo Freire ressalta, não ser possível conceber a educação, neutra, separada de um posicionamento político, pois educar é ato político, portanto, coloca a prática docente diante da tomada de decisão, de refletir a realidade em que se está inserido, a realidade concreta, pois não basta o sujeito no mundo, é preciso que se tenha consciência disso, e atuando politicamente é capaz de transformar-se e transformar o mundo.

Pensar a educação diferentemente da educação bancária, é uma crítica que Freire faz quando se pensa que durante o processo educativo o professor tem o papel de transferir o conteúdo e o aluno apenas o recebe sem ter nenhuma ação nesse processo, por isso é fundamental entender que é impossível conceber a educação de maneira tão simplista, descartando o papel ativo do aluno que traz sua bagagem social e cultural, sua história, suas indagações, e é sim polo ativo no diálogo pedagógico.

Nesse sentido, percebemos quão importante foram as abordagens dentro de toda a obra, o autor mostra os diferentes aspectos relevantes que se fazem necessário durante a prática educativa, o professor tem papel fundamental na construção do indivíduo humano, nas marcas

que deixa na vida do seu aluno, por isso é fundamental que conheça todos os aspectos que fundamentam a sua prática docente, a partir de questões éticas, ideológicas, afetividades, entre outros. Todo esse processo tem papel fundamental na construção do ser social que durante todo o processo educativo vai se constituindo e adquirindo autonomia.

Desse modo, a frase do início do livro “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”, nos apresenta uma reflexão sobre a relação entre educadores e educandos em sociedade, nos reforça que a autonomia do educando vai sendo construída no seu dia-a-dia, no cotidiano da relação professor e aluno.

Ao longo da obra, o autor mostra seu olhar ao fato da promoção do educador junto ao estímulo da liberdade e autonomia por meio de uma didática crítica e reflexiva, e, a partir disso, a construção do amadurecimento do educando, ou seja, o educador é a pessoa que coordena as atividades e detém a ética necessária para a prática educativa. Por fim, o autor elabora propostas de práticas, orientadas por uma ética universal, que desenvolvam a autonomia, a capacidade crítica e a valorização da cultura e conhecimentos empíricos. Todos os preceitos explorados no livro visam o objetivo de uma pedagogia que venha a contrapor com a cultura do neoliberalismo presente ainda na atualidade que massacra a sociedade e a educação.

Diante disso, foi possível observar o quanto todo o conteúdo trabalhado no livro é atual e pode continuar a ser usado nos dias de hoje. Apesar de todas as mudanças no mundo e em especial no Brasil desde quando o livro foi escrito, tivemos mudanças tecnológicas, políticas, novas legislações, entre outras, mas o que permanece até os nossos dias é esse cenário neoliberal que continua a marginalizar, a excluir a população pobre, ocasionando o aumento do desemprego, a diminuição da renda, e diversas sequelas sociais que o capitalismo deixa na sociedade, que impactam diretamente na educação brasileira. O que se espera ainda hoje, é que tenhamos educadores conscientes do seu papel social, a educação enquanto política pública, necessita de apoio e de valorização por todos em busca a contribuir com o desenvolvimento social.

Paulo Freire mesmo após sua morte, continua sendo polêmico, alguns o amam, mas para outros ele é o responsável por propagar pensamentos comunistas, a mídia nos mostra que ainda hoje temos políticos que se referem a Paulo Freire com o uso de palavras de ofensa direcionadas a sua figura e a tudo que ele representou para a educação brasileira e mundial. Existem alguns políticos conservadores e fatalistas que afirmam que deve existir a neutralidade do professor

em sala de aula, ou seja, que a escola não deve ter partido político, que o professor está ali para simplesmente transmitir os conteúdos, sendo esses ideais opostos aos pensamentos de Paulo Freire, demonstrando assim, uma tentativa de retorno aos preceitos da escola tradicional e tecnicista, com o objetivo de manutenção do status quo. Mas é fundamental que a educação mantenha a resistência, e jamais permita retroagir e aceitar os desmontes da educação pública, que precisa ser de qualidade e com a devida valorização do educador.

Em suma, o livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa*, vem nos alertar que é preciso priorizar o humano, valorizar a educação, bem como, valorizar o educador e o educando, problematizar a realidade e superar o ensino bancário. Além disso, traz conceitos, princípios que visam contribuir com o fazer profissional do professor, conceitos como a importância da ética, do bom senso, da alegria, da esperança, da solidariedade, da generosidade, da liberdade e autoridade, do diálogo, da tomada consciente de decisões, do saber escutar e do bem querer ao educando.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.


HORA, Edmilton; BEZERRA, Renata. **Ética na Educação: uma abordagem freiriana.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/18907382-Etica-na-educacao-uma-abordagem-freiriana-resumo.html>. Acesso: 08 ago. 2021

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. **A Educação Híbrida em Tempos de Pandemia: algumas considerações.** UFSM Coronavírus - COVID-19. Observatório Socioeconômico – Textos para Discussão. Texto Publicado em: 29/06/2020.

SCHRAM, Sandra Cristina e CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O Pensar Educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2>.

SILVA, Everton de Jesus. **Os Fins da Educação em Paulo Freire e Kant.** *Filosofando: Revista eletrônica de Filosofia da UESB.* Ano 3. n. 2. Jul./dez, 2015. p. 85-99. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2189/1854>.

SILVA, Jon Enderson do Nascimento; SILVA, Maria Girleny Roberto da. **Práticas docentes em tempos de pandemia: refletindo sobre escolas públicas situadas em contexto de vulnerabilidade social.** In: RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SANTOS, Priscila Morgana Galdino dos (Orgs.). *Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/dLOUZ.



VASCONCELLOS, Celso dos S. **Competência Docente na Perspectiva de Paulo Freire.** Revista de Educação AEC. n. 143, abr./jun., 2007. p. 66-78. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/acomp etencdocen.pdf.

CAPÍTULO 11

PAULO FREIRE: UM OLHAR VOLTADO PARA UMA PRÁTICA EDUCATIVA, TRANSFORMADORA E LIBERTADORA

DOI 10.47402/ed.ep.c2022188511358

Celine Cristina Silva Borges
Nádia Carvalho Arcenio Fraga

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão a partir do eixo “Educação e Conhecimento” e tem como objetivo apresentar as percepções de Paulo Freire acerca de suas principais obras e, compreender as concepções do autor em relação à prática educativa transformadora e libertadora. Paulo Freire foi um importante educador brasileiro, filósofo da educação e, nos deixou uma vasta produção bibliográfica de suma importância que norteia-nos até os dias de hoje e dá direcionamentos que auxilia aos educadores, no sentido de compreenderem melhor o processo educativo de uma maneira acolhedora que foge dos padrões normativos e conteudistas. O autor apresenta uma pedagogia que valoriza o cotidiano do estudante, suas particularidades e suas experiências de forma que este não seja visto como uma folha em branco a ser preenchida, mas sim um sujeito histórico-cultural que possui elementos que podem agregar nos ensinamentos escolares e, que a partir deles é possível criar um cidadão que seja capaz de pensar criticamente, assim como um docente que reflete sua própria prática a partir do diálogo que consegue aproximar-se do educando visando sua noção de mundo e assim, possuir uma metodologia que chame a atenção do aluno que de fato, o acolha.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire. Prática Educativa. Educação.

INTRODUÇÃO

“Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.”

(Paulo Freire)

O presente artigo é uma reflexão a partir da disciplina “Educação e Conhecimento” do Programa de Pós-graduação em mestrado da UFG-Catalão. Tomamos como base os estudos de Paulo Freire, um dos intelectuais de maior peso no campo educacional, o qual é referência no mundo acadêmico, foi um marco na História da Educação brasileira, recebeu inúmeras honrarias e prêmios, sendo indispensável destacar sua fecunda contribuição para a educação popular e de adultos e, deixou um legado para a educação e sua práxis.

Paulo Reglus Neves Freire, professor, pedagogo e filósofo, nasceu em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife no estado de Pernambuco. Foi o quarto filho do casal, Edeltrudes Neves Freire e Joaquim Temistócles Freire, foi batizado na Igreja Católica e, sempre fez questão de assumir-se cristão.

Foi alfabetizado pelos seus pais aos seis anos de idade, no quintal de sua casa, onde o quadro negro era o chão e o giz os galhos da árvore. Paulo Freire escreveu: “fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo, não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz.” (FREIRE, 1982, p. 15). A utilização de palavras de sua vivência marcou Paulo Freire na sua alfabetização, pois foi a partir disso que ele propôs seu método para o processo de alfabetização.

Freire perdeu seu pai aos treze anos de idade, com isso seus estudos primários foram interrompidos, e só voltou a frequentar o ginásio aos dezesseis anos. Era um aluno estudioso e dedicado, chegou a ganhar uma bolsa de estudos para estudar no Colégio Osvaldo Cruz, na cidade de Recife. No ano de 1941, Freire recebeu a proposta para lecionar no mesmo colégio como docente em Língua Portuguesa e, ainda lecionando, entrou no curso de Direito na Faculdade de Direito de Recife em 1943.

Paulo Freire, casou-se e teve cinco filhos, tornou-se bacharel em Direito, profissão que achava indispensável como qualquer outra, mas deixou a advocacia para continuar dedicando-se à docência. Entre os anos de 1947 e 1954, assumiu a função de Diretor do Setor de Educação e Cultura do Sesi (Serviço Social da Indústria). Foi professor da Escola de Belas Artes da Universidade de Recife entre os anos de 1952 e 1961 e, durante esse período ganhou destaque na arte-educação.

Em sua atuação acadêmica, no ano de 1958, apresentou o trabalho “A Educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”. Em 1960, defendeu a tese “Educação e Atualidade Brasileira”, que lhe concedeu o título de Doutor em Filosofia e História da Educação, na Universidade de Recife, no ano seguinte tornou-se Livre Docente da Escola de Belas Artes da Universidade de Recife e tomou posse da cadeira de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia e Letras da mesma Universidade.

Na década de 1960, como educador, iniciou os primeiros trabalhos com alfabetização de adultos em Recife. Freire, sugeriu um método inovador de alfabetizar adultos que deixou marcas e ganhou destaque em relação aos métodos utilizados anteriormente, os quais faziam simples adequações das cartilhas infantis.

A experiência de alfabetizar adultos acerca desse novo método estendeu-se para vários lugares como João Pessoa (PB), Natal (RN) e Angicos (RN), sendo que nessa última cidade citada foram alfabetizados trezentos trabalhadores. Essa experiência repercutiu em âmbito nacional e internacional.

Em 21 de janeiro de 1964, foi oficializado o “Programa Nacional de Alfabetização”, logo em 14 de abril do mesmo ano, com o Golpe Militar acabou sendo extinto. Em 16 de junho de 1964, com a instauração da Ditadura Militar, Paulo Freire foi preso, acusado de atividades subversivas pois foi considerado uma ameaça ao sistema, “pois buscava a conscientização, o protagonismo político e a transformação de cada alfabetizando em sujeito de sua própria aprendizagem e de sua história.” (VALE; JORGE; BENEDETTI, 2005, p.30)

Freire ficou preso no Brasil por setenta dias, conseguiu a liberdade, mas não pôde dar continuidade ao seu projeto educacional de uma alfabetização consciente e libertadora e nem continuar no Brasil, buscou exílio na Bolívia, onde ficou pouco tempo. Logo, exilou-se no Chile, entre os anos de 1964 a 1967, no qual foi convidado a fazer parte do Ministério da Reforma Agrária e coordenar a campanha de Alfabetização de camponeses chilenos, onde colocou em prática suas ideias e experimentou a sua metodologia em um ambiente distinto do qual ela foi criada. Foi quando escreveu o livro “Pedagogia do oprimido” e, também, o “Extensão ou comunicação”, que traz uma concepção do papel da importância do processo de formação das pessoas, bem como sua tese de doutorado defendida no Brasil cuja titulação é “Educação como Prática da Liberdade”.

Em 1970, Freire foi morar na Suíça em Genebra, trabalhar como consultor do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), onde viveu entre os anos de 1970 a 1980. Foi professor na Universidade de Genebra e viajou para países africanos de língua portuguesa. No ano de 1971, Paulo criou o IDAC (Instituto de Ação Cultural), o qual tinha o objetivo de oferecer serviços educativos aos países, principalmente aos de Terceiro Mundo que lutavam por sua independência.

Devido as atividades realizadas em Genebra e pelo IDAC, em 1980, após 16 anos, Paulo Freire retorna definitivamente ao Brasil, assim que chegou foi convidado por Dom Paulo Evaristo, arcebispo de São Paulo, a trabalhar como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Entre os anos de 1980 e 1990, com solicitações de professores e alunos, também, assumiu a docência na Universidade de Campinas (UNICAMP).

Paulo Freire, pelo seu reconhecimento vindo de muitos lugares do mundo, pelos seus escritos, seu método e sua proposta de educação libertadora, ganhou inúmeros prêmios, homenagens, medalhas e títulos que o condecoraram como um grande educador e filósofo da educação, além de ter sido condecorado, também, com o título de cidadão honorário de várias cidades. No ano de 1986, morre sua esposa Elza, com a morte de sua companheira Paulo Freire

fica bastante abatido. Portanto, segue sua vida e em 1988, casa-se com a professora universitária Ana Maria Araújo.

No ano seguinte, em 1989, recebe o convite para assumir a pasta da Secretaria da Educação Municipal de São Paulo, onde atuou até 1991. Nesse mesmo ano Paulo Freire participa da fundação do Instituto Paulo Freire (IPF), o qual é “uma rede internacional de pessoas e instituições com membros distribuídos em dezoito países, é uma associação civil sem fins lucrativos” a qual “tem como objetivo pesquisar, sistematizar e divulgar dados, reflexões e informações e atuar no campo da educação, cultura e comunicação” (GADOTTI, 1996, p.699).

No dia 02 de maio de 1997, morre Paulo Freire, um ataque cardíaco interrompe a trajetória de 75 anos desse ícone da educação brasileira. Paulo Freire, em seu longo percurso, imerso em experiências sociais e educativas, escreveu mais de 20 livros e 13 em coautoria, nos deixou uma vasta produção bibliográfica e de suma importância. Destacamos, a seguir, algumas delas: Ação cultural para a liberdade (1981), Cartas à Guiné-Bissau (1975), Educação e mudança (1979), A Importância do ato de ler em três artigos que se complementam (1988), Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido (1992), Política e educação (1993), À sombra desta mangueira (1995), Cartas à Cristina (1994), Educação na cidade (2001), Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos (2000), Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar (1992), dentre as obras destacam-se duas delas bastante pesquisadas e consultadas no mundo todo, Pedagogia da Autonomia-saberes necessários à prática educativa (1996) e Pedagogia do Oprimido (1987).

As obras de Freire, nos instiga a refletirmos sobre o processo educacional contemporâneo e a relevância do professor em todo esse processo o qual encontra-se em permanente transformação e busca. Em suas obras encontramos palavras como: esperar, humanizar, dialogar, liberdade, amor e outras. Sendo essas consideradas de grande valia no processo de ensino-aprendizagem.

Até aqui, fizemos um rápido percurso da história desse revolucionário pesquisador, escritor e ícone da educação brasileira, na seção seguinte, apresentemos algumas reflexões sobre a metodologia de Paulo Freire, o que ele pensava acerca da formação docente, conceitos importantes que perduram na história da educação. Por fim, nas considerações finais, o texto traz um pouco dos resultados da pesquisa e impressões sobre as obras de Paulo Freire.

PAULO FREIRE: REFLEXÕES ACERCA DE SUA METODOLOGIA DE ENSINO

Apropriaremos, a seguir, de algumas das obras, as quais Paulo Freire nos contempla com propostas simples e ousadas, que consistem em uma educação que não se designa somente ao contexto escolar, mas dialoga com as relações que se estabelecem na sociedade, em uma educação como instrumento político de conscientização, libertação e transformação sociopolítico, de emancipação do homem como sujeito. A obra *Pedagogia do oprimido* nos permite conhecer o mundo e a educação de outra maneira, mostrando-nos que educamos não somente para nos inserirmos no mundo letrado, mas sim, para aprender a ler e escrever o mundo que está a nossa volta.

No livro, Freire, defende “uma educação dialógica, privilegiando a troca de saberes, onde o educador não é o que educa e sim aquele que enquanto educa, educa-se a si próprio” (FREIRE, 1987, p.78). O autor considera a “relação dialógica” como uma construção teórica, atitude e prática, nessa relação requer uma simultaneidade entre interação e informação, a qual dará o conhecimento.

Nessa perspectiva, o diálogo na relação professor/aluno é um dos pressupostos necessários à educação, segundo Paulo Freire:

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.45).

Deste modo, para Freire, o diálogo é fundamental para uma educação problematizadora e libertadora, destaca um ensino que respeita a cultura do educando, que valoriza o conhecimento que ele traz consigo, sendo como eixo fundamental de apoio para a prática a partir da percepção do educando sobre o mundo. A ausência desse diálogo ocasiona um autoritarismo, impedindo dessa forma a aprendizagem da democracia e a transformação da sociedade.

Conforme Freire (1987), o amor é o primeiro fundamento para o diálogo,

Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é encontro dos homens para Ser Mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu que fazer já, não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso. (FREIRE, 1987, p.47).

Na obra *Pedagogia do oprimido*, encontra-se convicções de uma educação humanizadora, a qual “o saber se constitui quando há a invenção, a reinvenção, a criatividade, a busca inquieta, impaciente, permanente e esperançosa dos homens no mundo” (FREIRE, 1987, p.66).

De acordo com o autor, a injustiça social e econômica resulta em um processo de desumanização dos homens, dessa forma a pedagogia libertadora faz da opressão objeto de reflexão dos oprimidos. Tendo como resultado, o compromisso com a libertação desse sujeito e com a transformação social. E como somos seres “inacabados”, a busca de sermos “mais”, nos exige uma ação de transformação em nós e na sociedade. Freire apresenta-nos dois momentos da relação entre oprimido e opressor, o primeiro momento acontece ao passo que o oprimido busca a transformação e o segundo ocorre quando o mesmo transforma sua realidade, para de ser oprimido e passa a ser um novo homem.

Em sua obra, refere-se ao discurso de desumanização causada pelo opressor a seus oprimidos.

[...] A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoa, como “seres em si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p.30).

Segundo Freire, os opressores tentam manter, por meio da educação bancária, a reprodução da consciência ingênua, acrítica, prejudicando assim a superação da ideologia da opressão e dar lugar a educação libertadora. Para o autor, educação e liberdade são ações libertadoras (práxis), somente a conscientização, que provém da autonomia pode capacitar o oprimido para que o mesmo se liberte, tornando-o sujeito livre.

Freire afirmava a existência de duas espécies de educação, a dominadora e a libertadora, as duas seriam teorias do conhecimento postas em prática, sendo que a dominadora, estaria a serviço das classes dominantes e a libertadora estaria a serviço da libertação das classes dominadas. O autor define educação bancária a qual onde “educa-se para arquivar o que se deposita” (FREIRE, 1981, p.38). Sendo esse modelo de educação baseado na ideia de que “quanto mais se dá, mais se sabe” (FREIRE, 1981, p.38).

Para Freire, o professor numa concepção bancária é visto como sujeito, portanto ele:

[...] conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com

seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão (FREIRE, 1987, p.58).

A visão de que o docente é o único detentor do conhecimento, foi predominante até meados do século XX. O aluno era visto como uma folha em branco que deveria ser preenchida pelo professor. Paulo Freire mudou essa forma de pensar acerca da relação professor-aluno. Ele enfatiza que,

Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de experiência feita para ser de experiência narrada ou transmitida [...]. A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanisticamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (Freire, 1985, p. 79).

No livro *Pedagogia da autonomia* (1996), Paulo Freire, defende a formação permanente, tem como pilar a reflexão crítica sobre a prática, o/a professor/a deverá constantemente refletir criticamente sobre suas práticas. Traz a preocupação sujeito-objeto no processo de formação docente e acredita em um ato de ensinar no qual vai além da transferência de conhecimento, o professor deve apresentar aos alunos possibilidades para a construção e a produção do seu próprio saber, sem limitações, mas com condições necessárias para que discutam e reflitam sobre os assuntos em questão e propiciar um desenvolvimento que vai mais que o cognitivo. “O desenvolvimento do aluno deve também estar interligado com a sua formação enquanto sujeito que faz parte de uma sociedade heterogênea, com problemas referentes à desigualdade, ética, violência, etc. (CARNEIRO, 2012, p.3). Assim, Freire (1996), afirma:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. (FREIRE, 1996, p.25).

Nessa passagem, Freire destaca a formação docente, tendo a reflexão crítica sobre a prática como ponto chave da relação Teoria/Prática, dessa forma, não existe ação sem reflexão e nem reflexão sem ação, ambas formam uma unidade permanente. Nesse sentido o conhecimento seria um processo social que requer a ação-reflexão transformadora dos homens sobre a realidade.

O processo de formação permanente dos educadores é de grande relevância, pois é um espaço de ação-reflexão-ação de práxis. “Por isso é que, na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.39). Nessa perspectiva, Paulo, nos orienta a não sermos demasiadamente convictos de nossas certezas, uma vez que todo novo conhecimento é capaz de superar um conhecimento já existente, por isso, faz-se necessário ao professor que exerça o hábito da pesquisa, se capacitando profissionalmente evitando tornar-se desatualizado. Essa atitude permite que ele possa se comunicar com os alunos dentro de uma narrativa “atual” que contribui, também, em uma melhor comunicação na relação professor-aluno e, da mesma forma, poder levar novidades que possam instigar a curiosidade dos alunos despertando dentro do ato de ensinar o senso crítico dos estudantes.

O autor ao abordar a formação permanente, menciona uma formação científica e a quebra de paradigmas que o educador traz consigo, proveniente da transformação da escola e da prática pedagógica no rumo de uma educação democrática, fundamentada pelo pensamento crítico.

Para Paulo Freire (1996), o conhecimento não é transferível, mas criável. Essa criação ocorre através da ação sobre a realidade. Nesse sentido, o autor afirma que:

Ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor. Ensinar e aprender tem que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar. Isso não tem nada a ver com a transferência de conteúdo e fala da dificuldade, mas, ao mesmo tempo, da boniteza da docência e da discência (FREIRE, 1996, p.134).

Paulo Freire (1996), destaca que “ensinar não é transferir conhecimento” e, aponta que:

Desde o começo do processo, vai ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transmitir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 1996, p. 12)

Desse modo, ensinar conjectura em uma relação dialógica em que discente e docente se interagem de forma dialética com perguntas e na busca pelas respostas das problematizações indagadas em sala. Esse processo de interlocução proporciona maior clareza em diferentes assuntos seja político, cultural ou social. No lançamento dessas hipóteses é essencial que o educador se desprenda dos conteúdos e métodos rígidos e rigorosos proporcionando ao

educando que utilize do seu cotidiano, seu conhecimento de mundo para desbravar sua sabedoria e não ficar preso apenas ao livro didático.

É nesse sentido que o ensinar não se esgota no debate de conteúdos. É importante no ato de ensinar que se observe a realidade no qual o aluno está imerso e que inclua essas vivências ao conteúdo programático no sentido de adequá-la ao seu cotidiano. Assim, todo o ensinamento fará sentido para que o aluno tenha mais prazer em aprender.

Esses ensinamentos de Paulo Freire, nos traz reflexões e concepções não somente de como ensinar e de como se portar diante dos estudantes, uma quebra de paradigma do ensinar como apenas transferência de conteúdo, mas, mais do que isso, nos ensina uma forma de olhar para o outro com mais respeito, tendo consideração e interesse na bagagem que ele carrega, na sua história e nas suas particularidades que devem ser valorizadas e manuseadas para complementação de seus saberes. Devemos a partir delas aprimorar seus conhecimentos e não ignorá-los, isso é um ato de amor e torna o ensino muito mais significativo e prazeroso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, sob a ótica da Pedagogia Freiriana, a qual deixou um legado na educação brasileira e internacional nos deixa diversas reflexões acerca da prática pedagógica. Reflexões essas que são importantes de serem sempre lembradas a fim de proporcionar ao educador um olhar mais prático e, essencialmente, de valorização da essência do estudante se desvinculando das práticas conteudistas e obsoletas em um papel no qual o professor é o detentor de todo o conhecimento desmerecendo as vivências do estudante.

Percebemos através desta pesquisa e das leituras que realizamos que com as vivências permeadas de dificuldades vividas por Paulo Freire durante sua vida em diferentes fases, colaboraram em suas noções de mundo e, assim, transpostas para as suas obras.

Paulo Freire nos traz um olhar mais humanitário e libertador que valoriza o estudante e traz o diálogo como algo essencial no processo de ensino-aprendizagem resgatando um aspecto de ensino pautado no respeito e no ensino de maneira mais libertadora e ao mesmo tempo amorosa, no qual, também, destaca aspectos da profissão que necessita ter um empenho para que não se congele nas certezas, mas que busque sempre atualizar-se no sentido de se manter atualizado para que assim possa caminhar junto aos alunos em um ar de harmonia e não de soberania, transformando a sala de aula em um espaço acolhedor, aconchegante no qual o aluno se sinta bem em estar, propiciando uma aprendizagem que liberta e que expande os horizontes do saber.

Desse modo, concluímos que as obras de Paulo Freire são leituras obrigatórias a todos docentes em formação e, também, para os docentes em exercício. As leituras trazem reflexões que para o campo pedagógico fazem analisarmos a nossa própria prática e a aprender aspectos que ajudam a ter uma visão mais humana da profissão, pensar à docência como um elemento que está em constante evolução.

Ponderamos enfim, ser pertinente a compreensão da realidade para a relação entre os sujeitos para a configuração de uma ação que possibilita uma prática pedagógica que alicerça o cidadão às mudanças no contexto social, criando um sujeito mais crítico e estabelecendo uma prática com mais diálogo, respeito, humanidade, empatia, afeto, curiosidade, esperança e além de que fale de uma educação de todos para todos.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Roberta Pizzio. **Reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem na perspectiva freiriana e biocêntrica**. Pelotas/RS. Revista Thema, 2012.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 13ª. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996.
- POLETTI, Lizandro, MATRICS, Santo Ângelo (org) 100 anos [recurso eletrônico]: vida, pensamento e obras de Paulo Freire, 2021
- VALE, Maria José; JORGE, Sonia Maria Gonçalves; BENEDETTI, Sandra (orgs). **Paulo Freire, educar para transformar: almanaque histórico**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

CAPÍTULO 12

A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA(MENTE) BRASILEIRA

DOI 10.47402/ed.ep.c2022188612358

Lucas Weilor Batista Leite de Paula

RESUMO

Este ensaio discute com as ideias propostas por Jonh Dewey (2007) sobre a educação democrática. Aborda questões sobre a invasão ideológica cristã e militar nas decisões do povo. O ensaio traz elementos e definições da educação como a tradição e ensinamento dos valores, cultura e do conhecimento. Além disso, aborda como a escola deveria ser promotora da diversidade, por representar uma sociedade. Também traz como premissa que a sociedade só dará certo, quando houver um alinhamento de ideias, uma verdadeira democracia. Utilizando fundamentos de Paulo Freire (1996), o texto discute sobre como deveríamos ensinar, e de como no Brasil a educação foi bombardeada por um grupo que durante a história, sempre determinava “como deveríamos ensinar”. Localizando ações totalmente antidemocráticas e fraturas no governo, mostrando através disso, o plano capitalista de continuar segregando as pessoas e roubando-lhes a dignidade.

PALAVRAS CHAVE: Educação; Valores; Cultura; Democracia

INTRODUÇÃO

Para grandes autores que discorrem sobre o que é a educação ou seu principal papel, a ideia de transmissão de crenças e de conhecimento se destaca. A educação serve, desde seus primórdios, como mecanismo de transmissão dos saberes adquiridos que tem um povo, para aquele novo ser que se encontra em formação, a criança. Na verdade o ser humano sempre estará em constante formação, a diferença consiste em que na criança ainda não há um conhecimento de base para que essa possa ter a autonomia de criar ou formar novos pensamentos, conceitos, conhecimentos.

É na medida em que se constroem as primeiras bases para o pensamento, que se alicerça a construção da autônoma dos próprios pensamentos. O ato de educar e transmitir conhecimento é, portanto, a fonte de base para os primeiros pensamentos da criança que se forma. A educação deve dar base para que o educando entenda o mundo que vive, da forma que vive, onde vive, e dar base para construir o próprio entendimento de se estar no mundo.

Dessa forma, quem educa, transmite os saberes que foi adquirindo ao longo da vida e de outras gerações que o transmitiu os conhecimentos, para manter vivas as suas crenças, valores, cultura. Essa relação de educar, ainda permanece viva, afinal, cada sujeito é um ser em formação e para a formação. Estar com o outro, e em sociedade, exige-se regras básicas de

convivência, a partir de leis, que só com a educação e formação é possível transmitir e dar continuidade à boa vivência entre os seres.

Considerando a antiguidade e suas tribos, que passavam seus conhecimentos de geração em geração, observa-se que atualmente, há uma espécie de tribo - no campo das ideias – caracterizada como as ideologias, sejam políticas, religiosas ou outras, ainda que vivendo em uma mesma nação, há um grande número de “tribos”, de pensamentos, de ideologias.

Como a ideia de educar e de transmitir cultura para uma formação humana que se inicia (na criança), há um desejo óbvio de que sua própria cultura e crença, sejam transmitidas no ato de educar e ensinar. Sabe-se que há anos, mas não muitos, houve a transferência do ensino entre as tribos/famílias para o ensino na instituição escolar. Logicamente com a participação da família e da comunidade na escola e no saber escolar.

Atualmente se vê uma extensa e enérgica movimentação no que se refere a escola. A invasão se justifica do ponto de vista de alguns grupos da sociedade no sentido de que a escola está errando na transmissão dos conhecimentos. Há um entendimento de que a escola não ensina os valores ou as crenças certas. Identificamos aqui a invasão ideológica de uma “tribo” ou de um grupo de famílias com um pensamento próprio que gostaria de mudar a forma como seus filhos são educados.

Para além da invasão ideológica e o desejo de um outro modelo de escola, há por trás de tudo isso, uma estrutura governamental que nega a educação, desde o acesso à educação e proporciona a evasão. Tudo isso, significa rebaixar uma classe, coisificar as pessoas, favorecer outras, tirar a dignidade, roubar o tempo de lazer e das coisas que realmente importam.

Esse texto apresenta de forma simples, algumas das mazelas da sociedade atual, das escolas brasileiras infelizmente ainda são construídas e mantidas apenas mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e reprodução de conteúdo que atenda às classe dominantes.

A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao iniciarmos a discussão desse ensaio, referenciando o que é a educação. Kant, já dizia que “o homem só se pode tornar homem através da educação”. (Kant, 2012, p. 12) Marcus Vinicius da Cunha, ao introduzir o livro Democracia e Educação – Capítulos Essenciais de John Dewey (2007), vê a educação como uma necessidade intrínseca do viver humano, que acontece em todas as sociedades desde as primeiras civilizações. Para o autor, a educação visa “manter

e renovar a comunidade, operando a transmissão da experiência e a reconstrução de práticas e valores coletivos”. (DEWEY, 2007, p. 7).

Dewey (2007), afirma que a educação tem o objetivo de habilitar os seres a continuar sua própria educação, ou seja, um desenvolvimento constante. Nesse sentido, pode-se observar que desde as primeiras práticas educativas visava-se a transmissão do conhecimento, a educação formava um novo ser para as práticas e costumes daquela comunidade que este inseria-se. Sendo assim, o ato de educar estava ligado ao entendimento de mundo que tinham os mais velhos e o conhecimento que estes passavam entre si e aos mais novos, com a intensão de dar continuidade aos valores e imortalidade ao conhecimento.

Dewey discorre que essa ideia de educação como continuidade não se aplica a todos os membros de uma mesma sociedade. É necessária uma série de condições, como a relação de igualdade entre pessoas, igualdade de interesses, dando significado à sociedade democrática.

Dewey, assim diz:

Quando as relações entre os indivíduos não são equilibradas os objetivos de alguns grupos da sociedade serão determinados por uma autoridade exterior, não surgirão do livre desenvolvimento das próprias experiências, e os supostos objetivos desses grupos serão meios para fins alheios muito distantes, em vez de verdadeiramente seus.” (DEWEY, 2007, p. 12).

Nas primeiras páginas da obra de Dewey, entendemos que essa problemática que afeta atualmente, a escola, enquanto sociedade verdadeiramente, democrática. É somente numa sociedade democrática que a escola educa para viver uma “vida associada, na qual o pensamento serve de instrumento da experiência livremente compartilhada” (DEWEY, 2007, p. 8).

No cerne dessas questões, nasce um problema. Na medida em que as civilizações ou sociedades começaram a se juntar, de forma livre ou escravizada, suas culturas, conhecimentos e valores começaram a se misturar. Deveríamos pensar que não há problema algum a diversidade de conhecimentos que os humanos adquiriram ao longo de sua existência. O problema está na intolerância de um sobre a existência ou pensamento do outro. É somente em uma sociedade democrática que se vive na combinação de diversos pensamentos ou modos de viver, em que um não diminua o outro, no qual as pessoas podem rememorar suas tradições e valores em que devem ter acesso às instituições que os elevam para mais perto de suas ideias (como as reuniões que aconteciam na Ágora na Grécia, ou como nas reuniões que acontecem nas Igrejas ou nos Terreiros no Brasil ou qualquer outro lugar do mundo).

Ainda nesse sentido, Kant discute que no formato atual de educação, o homem não consegue alcançar a finalidade de sua existência, diz:

Pois quão distintamente vivem os homens! Só pode ter lugar uma uniformidade entre eles, quando agirem segundo os mesmos princípios, e estes princípios se tornarem para si outra natureza. Podemos trabalhar no plano de uma educação mais adequada e entregar os preceitos para tal aos vindouros, que a podem realizar a pouco e pouco. (KANT, 2012, p. 13)

Aqui, percebem-se conceitos fundamentados nas ideias da educação democrática de Dewey, para o qual, somente uma sociedade alinhada em seus princípios é que se consegue caminhar com uma educação que atenda a todos.

Como ensinar

Conforme o tópico anterior, é necessário um alinhamento de ideias e pensamentos para que a educação aconteça. Esse alinhamento acontece de acordo com o pensamento de toda a sociedade e é aceito como o conhecimento a ser passado para as próximas gerações. A educação exige, sobretudo, democracia. O respeito de ideias diferentes e que mesmo diferentes, cheguem a um objetivo; a democracia exige participação diversa de ideias e debates.

Há uma discussão que se refere não o que ensinar, mas como ensinar. Ensinar é também formar, no ato de ensinar alguém, também se forma a pessoa que ensina. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* indica-nos que uma das funções de quem ensina é “não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.” (FREIRE, 1996) Nesse processo de “pensar certo” o autor adverte que uma das condições para isso é “não estarmos demasiado certos de nossas certezas” (FREIRE, 1996), o autor, transmite-nos a ideia de que é dever de quem ensina, ensinar de forma a dar autonomia para que o outro crie sua própria forma de pensar, mas que seja um “pensar certo”, com ética, com amor ao mundo, como indivíduo que participa da história e faz história.

Paulo Freire entende que o ser humano na sua capacidade de “comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper” (FREIRE, 1996), se fez um ser ético. Por tudo isso, o autor defende que transformar a experiência educativa em um treinamento técnico é “amesquinhar o que há de fundamentalmente, humano no exercício educativo: o seu caráter formador” e pode-se dizer até trans-formador, pois “educar é substancialmente, formar”. (Freire, 1996). Nesse sentido, percebe-se que o ato de ensinar, é ato também de formar, que não deve-se apenas transmitir conteúdo, que há uma interlocução entre indivíduos,

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de interligar, desafiar o educando com quem se comunica

e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado.” (FREIRE, 1996).

A citação faz-nos pensar e difere-nos de quem acredita na educação como ensinar o conteúdo pronto, pois o ensino é construído em conjunto, e sobretudo, quem ensina, deve compreender aquilo que é ensinado, não como método de memorização ou decoração, mas como compreensão daquilo que se diz. Compreender algo, dá base para formular novas compreensões sobre novas coisas.

Ensinar é, portanto formar de maneira mútua que transcorre dos dois lados, de quem ensina, ensina alguma coisa e aprende ao ensinar, e de quem aprende, ensina alguma coisa ao aprender. De todo modo, a educação deve preparar o indivíduo para ser autônomo de seu pensamento. De conseguir ler e compreender o mundo que vive de acordo com os ensinamentos que lhe foram transmitidos. Para tal, é preciso lançar críticas ao estado posto das coisas. Quem ensina, deve ser o facilitador ou condutor do pensamento autônomo de quem aprende. Nesse sentido, “deve-se velar para que o jovem se avalie em absoluto e não segundo os outros” (KANT, 2012, p. 79)

Ataque a democracia brasileira, educação ferida

Desde o ano de 2016, a área da educação vem sendo constantemente bombardeada, com rápidos retrocessos. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no final de 2015, e sendo efetivado em 31 de agosto de 2016, o primeiro marco contra a educação acontece em 15 de Dezembro com a promulgação da Proposta a Emenda Constitucional (PEC) 55, que visa o congelamento de gastos na Educação por 20 anos, corrigido pela inflação, proposta enviada ao congresso pelo então presidente Michel Temer.

Anos depois, com a eleição de 2018, deflagra-se outro marco, um total afronte a educação. No início, quando uma série de notícias falsas que foram vinculadas de forma massiva em redes sociais, uma dessas notícias foi a que os governos anteriores de esquerda, estariam distribuindo o chamado “kit gay”. Fala totalmente ultrajante do candidato a presidência. Essa fala se refere ao momento entre 2011 e 2013, quando Bolsonaro, na época deputado federal, era contra o programa Escola Sem Homofobia, proposta pertencente à gestão do senhor fernabndo Haddad no Ministério da Educação (MEC).

Com forte oposição ao projeto, não houve continuidade. O material contido no “kit gay” era o livro *Aparelho Sexual e Cia*, que seria direcionado a professores no programa para falar sobre cidadania e direitos humanos da população LGBTQIA+. Em 2018, a editora que publicou

o livro no Brasil, a Companhia das Letras, divulgou alguns textos sobre as Fake News acerca do livro.

A editora apresentou a consistente base pedagógica e o rigor científico contido no livro, além de ter se tornado modelo de como informar os adolescentes de forma leve. Com temas referentes à sexualidade, o livro aborda questões sobre o que é estar apaixonado; por que cresce pelos no corpo na puberdade; o que é gravidez; masturbação; doenças transmissíveis; pedofilia, etc. (Companhia das Letras, 2018)³.

Kant em seu livro *Sobre a Pedagogia*, ao abordar a temática sobre sexo, afirma que “É, portanto, impossível conservar o adolescente na ignorância e na inocência que se liga àquela. Com o silêncio, porém, só se consegue agravar o mal.” (KANT, 2012, p. 77). Desta forma, destaca-se o diálogo, a busca por informações corretas e a abertura para melhor discutir a falar livremente sobre a educação sexual. O intuito é informar, não incentivar.

Após a eleição do até então, presidente Bolsonaro, os afrontes passaram a ser no campo efetivo da realidade. Com poder de presidente, iniciou uma série de outros cortes em toda educação, além de continuar contando inverdades. Nesse momento, também se viu uma influência muito grande da religião Cristã-Evangélica no governo. Junto com o Presidente, foram eleitos outros deputados estaduais e federais, senadores e governadores com a mesma ideologia política, em sua maioria, militares e evangélicos. Discutiremos mais esse assunto no próximo tópico.

Foi presenciado pela população, mês após mês, e principalmente, após o início da pandemia de Covid-19 no mundo, um total abandono a nível federal pela educação brasileira. O sentimento é devastador, cito Paulo Freire, que traduz o sentimento que paira “É que para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são ‘coisas’.” (FREIRE, 1994, p 25).

Minha religião, minha educação

Conforme dito anteriormente, logo no início do governo já mencionado, viu-se uma invasão ideológica massiva no congresso, de candidatos eleitos e apoiadores do presidente, marcada principalmente pelos ideais cristãos e militares. Karina Cidrim (2020), jornalista, em matéria publicada no jornal Carta Capital, nos lembra quando a ministra da *Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, Damares Alves, sugeriu como campanha para o carnaval de 2020, a

³ Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Quem-tem-medo-de-falar-sobre-sexo>

abstinência sexual, deixando de lado as campanhas sobre os preservativos e infecções sexuais transmissíveis (IST).

Nesse aspecto, mostrava-se uma ideia errônea e falha no que a ciência diz sobre a abstinência sexual como método de diminuição de gestações. A ideia que se repete, novamente, é a falta de diálogo e a proibição como método de educação sexual, que cientificamente confirma não ter valor algum, pelo contrário, gera um efeito inverso. Deixa homens e mulheres vulneráveis às infecções, traumas e efeitos psicológicos, relações abusivas, distorção sobre o que é sexo. Educar não significa incentivar.

Estudos norte-americanos e europeus demonstraram há décadas que crianças que recebem educação sexual formal iniciam sua vida sexual mais tardiamente, com mais responsabilidade, tem menos gestações indesejadas e acima de tudo são menos vulneráveis a abusos sexuais. Crianças LGBTs, sobretudo mulheres trans e lésbicas, são as mais submetidas a abusos sexuais para “aprender a ser homem ou mulher de verdade”. E esses abusos em sua maioria não são relatados. Alguns por medo das ameaças sofridas, outros porque a criança não é capaz de identificar que está sofrendo um abuso. Essas crianças crescem com inúmeros agravos mentais e físicos, tem índices aumentados de suicídio e abuso de drogas, por vezes tornam-se replicadores do abuso sofrido em suas relações na vida adulta. (CIDRIM, 2020).

Dessa forma, não se deve esconder, se desligar, ficar mudo, proibir. A educação sexual deve ser discutida de forma livre, cuidadosa, mas deve existir. A educação é como diria Durkheim (2011), uma função puramente social e que o Estado não pode tê-la ou vê-la como desinteresse, “Pelo contrário, tudo o que é educação deve ser, em certa medida, submetido à sua ação. Isso não significa, no entanto, que ele deva necessariamente monopolizar o ensino.” (DURKHEIM, 2011, p 63).

Usando dos conceitos do tópico 1.1, sobre a Educação Democrática, é possível observar os motivos pelos quais esses ataques têm acontecido. Partindo da ideia de que educar é “manter e renovar a comunidade, operando a transmissão da experiência e a reconstrução de práticas e valores coletivos”. (DEWEY, 2007).

Pode-se pensar que apoiadores do governo e o próprio governo querem a todo custo, que sua visão, ideais, valores e cultura de ideologia cristã sejam passados aos seus filhos, porque essa é a ideia de educar, transmitir valores, e essa é a concepção de vida desse grupo. O grande problema que instaura é fazer do pensamento desse grupo, uma regra geral, da qual todos devem se submeter. Ignorando o verdadeiro sentido de uma educação democrática.

A Constituição brasileira declara a laicidade do estado, ou seja, que a ele nenhuma religião deva pertencer, mas ao povo aquela que lhe aprouver. É livre a realização de cultos e construção de templos, mas mudar leis em favor de um ponto de vista bíblico, fere

constitucionalmente a lei. Resgato a frase de Paulo Freire que diz: “É que para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são ‘coisas’.” (FREIRE, 1994, p 25). Essa frase é realmente impactante, pois revela a configuração que o Governo se coloca, acima dos outros, pois estes não são importantes.

Recentemente a expressão máxima da frase de Paulo Freire se transfigurou na tramitação do projeto de lei do ensino domiciliar ou homeschooling. Já que a escola não cedeu aos desejos impiedosos desse grupo ideológico, o melhor a se fazer –pensam eles- é tirar as crianças e os jovens das escolas e educá-los em casa. Dewey (2007) discursa muito bem sobre essa questão, ao dizer:

A situação social pode fazer com que determinada classe articule sua reflexão voltada para os próprios pensamentos e desejos, sem promover os meios para que essas *ideias* e aspirações sejam aplicadas e reorganizem o ambiente. Em tais circunstâncias, os homens, por assim dizer, se vingam do ambiente estranho e hostil cultivando desprezo por ele, dando-lhe um nome pejorativo. Buscam refúgio e consolo nos próprios estados mentais, na própria imaginação e desejos, e os louvam, considerando-os mais reais e melhores do que o mundo externo desprezado. Esses períodos são recorrentes na história. Nos primeiros séculos da era cristã [...] Quanto mais eram confrontadas mais o domínio interno e o cultivo de ideias eram firmadas como *auto-suficientes* – a essência da moralidade. (DEWEY 2007, p. 113).

Do ponto de vista crítico, a escola é necessária para o desenvolvimento humano. É lugar de formação, de coletividade, de gente sendo gente com gente. A relação com o outro, torna sólidos os processos psicológicos, culturais, históricos. Assim, a escola

Além de ensinar o conteúdo curricular, provoca o desenvolvimento daqueles que por ela passam ou que nela atuam [...] ela é (ou deveria ser) uma instituição provocadora do processo de humanização. (TULESKI, FACCI E BARROCO, 2013, p. 289).

As autoras Tuleski, Facci e Barroco, (2013), salientam que a escola não é a única promotora desse processo, de humanizar, porém a escola tem importância fundamental pois “a apropriação de conhecimentos gera processos de raciocínio completamente novos, bem como novas necessidades de conhecer e raciocinar.”

Indo totalmente em direção as concepções de Paulo Freire (1996), ao defender a ideia de autonomia dos pensamentos. É de extrema importância que para além dos pensamentos que vieram da herança cultural, educação familiar. É importante que o indivíduo seja educado em coletividade, para que ele saiba ler o mundo que habita, para que estando no mundo, aja sobre ele.

Dewey (2007) também expressa afinidade de raciocínio, para ele o conhecimento – o que pode ser passado, ensinado, aprendido- “não é apenas algo que temos consciência agora,

mas a disposição que conscientemente usamos para entender o que acontece agora.” E dessa forma, “o conhecimento como ação consiste em tornar conscientes algumas de nossas disposições para colocar em ordem uma perplexidade, por meio da compreensão da conexão entre nós mesmos e o mundo em que vivemos” (DEWEY, 2007, p. 105).

Educação democrática mente

Outro problema que perpassa os ataques já mencionados, para além das invasões religiosas e antidemocráticas na educação, é que há um plano ideológico, outro que opera mascarado sob todos esses movimentos do governo. Dewey (2007), traz elementos riquíssimos para essa discussão, que mora na ambiguidade ou ambivalência da educação. Dewey (2007), ao fazer um apanhado histórico da educação, lembra como acontecia na Grécia antiga, na qual havia uma educação voltada para o trabalho e uma educação voltada para a razão e pensamento.

Desse modo, os escravos, artesãos e mulheres daquela época eram educados a trabalhar, a desempenhar um papel e também tirar sustento disso, enquanto para uma pequena parcela daquela sociedade, era garantido o tempo livre para exercitar o pensamento e a razão, e no apreço das artes e da natureza “ocupando-se de coisas que realmente compensam” (DEWEY, 2007, p 33).

Ferreira e Bittar, lembram que a realização do trabalho é algo da qual o trabalhador não pode se encontrar em falta, pois “desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada individuo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair sob pena de perder seus meios de subsistência”. (FERREIRA & BITTAR, 2008, p. 643). É por meio do trabalho – modificação da natureza e a ideia moderna do dinheiro – que as pessoas encontram seus modos de existir.

O trabalho é essencial, mas é pela essencialidade do trabalho, que pouco a pouco as pessoas se veem perdidas de sua dignidade. O propósito que tem por trás do trabalho e da educação pelo trabalho é o de que dessa forma as pessoas são treinadas e educadas para serem “eficientes em relação a eles, bem como para mantê-los em seus lugares. (DEWEY, 2007, p. 31).

A ideia é que se dificultar o acesso às escolas; falar que lá estão deturpando o pensamento das crianças, ensinando sobre sexo; xingando a escola e os professores e o ensino como um todo, além do ensino superior; de cortar verbas; de fazer universidades federais quase fecharem as portas; de espalhar mentiras sobre os alunos e os campi. Dificultar acesso de uns,

é para uma classe da sociedade, a forma encontrada para que eles possam desfrutar de coisas que vão além do trabalho, o lazer, o exercício da cidadania, a cultura, a apreciação da arte e da natureza.

O resumo da ópera é o sentido da frase “trabalhe enquanto eles dormem” só que na verdade, a competição entre as pessoas que a frase sugere, nada tem a ver com a realidade de quem “pode” dormir enquanto “eles” trabalham. Há na estrutura do Governo algo que empurra a massa ao trabalho, à também trabalho que tira a dignidade da pessoa, no qual ela se vê escrava do trabalho para poder comprar o mínimo do mínimo – isso quando consegue – para poder existir.

O resultado disso tudo fica mais claro quando durante a pandemia, momento em que o preço de vários produtos, inclusive de cesta básica, tiveram seus preços nas alturas, impedindo com que muitas pessoas conseguissem comprar o básico. Enquanto “Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia [...] a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos.” (OXFAM BRASIL, 2022).

Para finalizar, trago uma citação de Ferreira e Bittar (2008), trecho que explicita os motivos pelos quais há uma separação na educação, na qual, uma classe seleta participa da educação artística, que exige tempo e apreciação das coisas, enquanto outra, é educada à servidão, ao trabalho braçal:

A distinção que se estabeleceu entre educação e instrução traz em si também uma concepção elitista da escola, na medida em que impõe uma separação mecânica entre formação propedêutica e formação profissional. No âmbito da história da educação, essa dicotomia tomou o seguinte sentido: para os filhos das elites, a escola de educação humanística geral, que tem como escopo final o ensino superior configurado nas artes liberais. Já para os filhos dos trabalhadores, o ensino elementar seguido da formação nas artes mecânicas. Com base nessa concepção educativa, argumenta-se que o acesso de todas as crianças à escola tradicional implicaria, inexoravelmente, o rebaixamento do nível de qualidade do ensino, isto é, a escola seria gradativamente colocada no mesmo plano da “cultura” da multidão popular. (FERREIRA & BITTAR, 2008, p. 637).

É preciso que se mantenha “essa gente” trabalhando, para que para uns poucos, possa restar a apreciação das coisas outras que não o trabalho. Não estamos aqui falando do trabalho como algo ruim, mas como é usado como arma na mão de chefes de Governo. O trabalho é algo fundamental ao homem, mas de mesmo modo a dignidade também o é.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira mente para que fracasse em formar um cidadão de opinião, crítico, sabedor do mundo em que pisa, de onde vem e para onde vai. Ela mente com fim de amesquinhar as pessoas, pois nada deveria legitimar a “exploração dos homens e mulheres pelos homens mesmos ou pelas mulheres” (Freire, 1996) A educação verdadeira deve se também exigir uma sociedade verdadeiramente democrática. Sabe-se que desde o ano de 2016 a democracia brasileira está colocada à prova, está em risco. Após o Golpe (2016) contra a então presidenta Dilma um dos primeiros ataques foi direcionado à área educacional. Foram diversos cortes de verbas à instituições públicas. Em 2018, com o então presidente Bolsonaro, a educação estava sendo mais uma vez atacada. Primeiro, através das diversas mentiras vinculadas de forma massiva. Tudo isso fez com que os afetos das pessoas fossem fervilhados. Uma linha dividida entre apoiadores e oposição, em quem acredita no “mito” e quem acredita na verdade. O afeto afetou as pessoas e deixou como efeito fervilhante a discussão acerca da escola. Vemos que apesar de talvez nunca termos vivido uma sociedade verdadeiramente democrática, a pouca que tínhamos em 2016/2018/2022 foi ainda mais massacrada e afetada com discursos ideológicos vazios e mentirosos.

A escola deve ser verdadeiramente Democrática e resistir à influencia ideológica de um grupo específico de pessoas. A educação deve servir ao povo e não um só povo. A escola deveria ser livre de discursos religiosos, ou se não se livrar, englobar o ensinamento de todos, ou pelo menos de todas as religiões brasileiras. Observa-se que nos últimos anos houve uma aproximação muito grande desse grupo específico brasileiro, que de uma hora para outra começou a se interessar na educação. Na verdade, o início desse interesse vêm com um ataque e afronta mentirosa, propagada através de Fake News e com ajuda da ignorância pessoal. Nas eleições de 2018 foram massificadas publicações mentirosas sobre livros e cadernetas que ensinavam crianças sobre sexo, além de distribuição de materiais com formatos fálicos. Mesmo todas as mentiras sendo desmascaradas, a educação desde 2018 vêm sofrendo constantemente a influencia ideológica da politica e da religião cristã. A posição do governo tanto se distancia da tradicional escola que o ensino em casa ou homescooling, chegou a ser tramitado no congresso. O Estado deve sim se interessar pela educação, mas “o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja” (MARX, 1985 citado por FERREIRA & BITTAR, 2008, p. 641).

“Vale a pena lutar contra os descaminhos que nos obstaculizam de ser mais.” (FREIRE, 1996). Por isso, deve-se lutar por uma escola democrática, é por essa via que a luta deve acontecer, além de despertar a autonomia das pessoas. Para que, cada um possa ler o mundo e

as injustiças dele, para que se possa refletir e progredir. A educação “como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma ditadura reacionalista” (FREIRE, 1996).

Para concluir a análise acerca das concepções dos autores aqui referenciados, trago uma citação de Paulo freire apenas como elemento de reflexão para os leitores da presente obra.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1996, p. 44)

REFERÊNCIAS

- CIDRIM, Karina. *Por que a ministra Damares precisa maratonar “Sex Education”*? 03 fev 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/por-que-a-ministra-damares-precisa-maratonar-sex-education/> Acesso em: 14/07/2022
- DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Apresentação e Comentários de Marcus Vinicius da Cunha. Trad. Roberto Cavallari. SP: Ática, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Stephania Matousek. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. RJ, Paz e Terra, 1996. 25a ed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ, Paz e Terra, 1994. 23a ed.
- KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. De Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1996.
- OXFAM, Brasil. *Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos*. 16 de jan de 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/#:~:text=No%20Brasil%2C%20s%C3%A3o%205%20bilion%C3%A1rios,2%25%20entre%202019%20e%202021>. Acesso em: 15/07/22
- TULESKI, Silvana Calvo; FACCI, Marilda Gonçalves Dias & Barroco, Sônia Mari Shima. **Psicologia Histórico-Cultural, marxismo e educação**. Teoría y crítica de la psicología. V.3, p. 281-301. 2013

CAPÍTULO 13

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: GÊNERO E SEXUALIDADE EM PAUTA

DOI 10.47402/ed.ep.c2022188713358

Cícero Barros Feitosa Filho

RESUMO

O presente artigo tem como proposta discutir a educação na perspectiva da diversidade enfatizando a importância da inclusão dos temas relacionados à sexualidade e ao gênero dentro da formação docente, uma vez que precisamos refletir e repensar essas questões durante a formação inicial e continuada dos professores/as. Os estudos sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero precisam ser explorados durante a formação inicial e continuada dos futuros docentes, garantindo-lhes uma formação sólida, consistente e voltada para a diversidade. Nesse sentido, o artigo está organizado em seções que propõem uma reflexão sobre a formação docente voltada para a inclusão das pautas relacionadas à sexualidade e ao gênero, a diversidade no cenário atual, bem como uma abordagem da diversidade dentro do contexto escolar e seus desdobramentos. Para fundamentar as reflexões propostas por este estudo, subsidiaram as leituras dos pesquisadores: Carrara *et al* (2017), De Almeida (2020), De Oliveira; Maio (2017), Figrotto (2017), Guellec *et al* (2018), Junqueira (2017), Oltramari; Gesser (2019), Reis; Ostetto (2018), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para a diversidade. Formação docente. Gênero e sexualidade.

INTRODUÇÃO

Promover a diversidade de gênero e sexualidade é refletir em torno da educação multicultural por meio de uma abordagem culturalmente responsiva ao ensino que irá beneficiar a todos/as os/as alunos/as. A criação de maior consciência multicultural e inclusão não apenas ajuda os/as alunos/as com origens e necessidades diferentes a ter sucesso, mas também incentiva a aceitação e ajuda a prepará-los/as para prosperar em um mundo exponencialmente diverso (OLTRAMARI; GESSER, 2019).

A diversidade dentro e fora da sala de aula continuará a crescer, por isso é essencial preparar os/as alunos/as para se adaptarem a um mundo em evolução e abraçar aqueles que são diferentes deles. A identidade de gênero pode ser uma questão complexa para os jovens. Aprender mais sobre gênero, sexualidade e como se enxerga os binarismos menino/homem, menina/mulher, bem como a transgeneridade, a intersexualidade ou algo entre os dois pode ajudar a elevar a compreensão e ajudar os jovens a estabelecer a própria identidade de gênero (GUÉTAT-BERNARD, 2017).

Os estudos sobre diversidade sexual, identidade de gênero e questões relacionadas à transexualidade são um bom lugar para começar. As pessoas vivem, estudam e trabalham em

uma sociedade de gêneros diversificados. As crianças e os jovens de hoje crescem e se desenvolvem em um novo mundo que exige novos olhares para esses temas. É importante reconhecer e criar um ambiente que respeite e celebre as diferenças entre identidade de gênero e orientação e/ou expressão sexual (FRIGOTTO, 2017).

A criação de uma cultura inclusiva de diversidade de gênero e sexualidade nas escolas evita que crianças e jovens experimentem sofrimento, discriminação, *bullying* e, em última análise, resultados negativos para a saúde física e emocional. Criar nas escolas um ambiente de respeito ajuda discentes transgêneros e de orientações sexuais diversas a terem uma vida feliz, saudável e confiante. A escola desempenha um papel fundamental no ensino e no reforço dos valores dominantes da cultura e isso é especialmente verdadeiro nas áreas de gênero e sexualidade (OLTRAMARI; GESSER, 2019).

Desde o primeiro dia em que entram na pré-escola ou jardim de infância, as crianças são identificadas pelo sexo biológico em formulários de inscrição, referidos como "meninos e meninas", e o gênero é consistentemente praticado e reforçado por meio de histórias, brincadeiras gratuitas e interações com os/as professores/as e os pares. É preciso aprender a tratar uns aos outros com dignidade e respeito, independentemente das diferenças de gênero, orientação sexual e expressão sexual. É necessário construir um entendimento sobre a diversidade da sociedade em que se vive (CARRARA *et al.*, 2017).

Dentro deste contexto, precisamos refletir e repensar algumas questões relativas à sexualidade e gênero na formação inicial e continuada dos/as professores/as. A inclusão das temáticas relativas à gênero e sexualidade, a saber: diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero, sexualidades e gêneros distintos/fluidos, entendendo a sigla LGBTQIAPN+, dentre outras possibilidades, deveriam fazer parte de propostas a serem discutidas na formação docente.

FORMAÇÃO DOCENTE

Bons/as professores/as desempenham um papel fundamental na vida dos alunos. As decisões sobre métodos de formação de professores têm impacto em projetos de educação em qualquer país que preze por uma educação inclusiva e voltada à diversidade. Com as constantes mudanças em métodos de ensino e aprendizagem, os cursos de graduação/licenciatura devem preparar os/as futuros/as professores/as para o diálogo com a nova realidade da sala de aula e atuar como mediadores/as da aprendizagem (REIS; OSTETTO, 2018).

A formação adequada de professores/as é a base para o estabelecimento de escolas, cidadãos e profissionais mais competentes, responsáveis e respeitosos no que concerne à diversidade. Nesse caso, a escola é o ambiente básico para o desenvolvimento da consciência crítica dos/as alunos/as que, além de aprimorar as habilidades dos/as professores/as, é responsável por orientar crianças, adolescentes e jovens na busca pelo conhecimento (MOROSINI *et al.*, 2016).

No entanto, atrair e despertar o interesse pela aprendizagem tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil hoje, porque existem inúmeros fatores que competem pela atenção dos/as alunos/as. Portanto, os/as educadores/as devem estar sempre preparados/as e atualizados/as para promover a importância das questões relacionadas ao mundo e propor soluções sob diferentes perspectivas (DE ALMEIDA, 2020).

Segundo Feitosa Filho *et al* (2019), ao pensar a formação docente assevera que:

A formação básica do professor se constrói ao longo de sua carreira, a ação complementada durante o processo de formação trata de uma capacitação que de certa maneira propicia novas aprendizagens sem esperar um fim determinado, por isso denominadas de formação continuada. Nesta perspectiva, a formação continuada, pode ser entendida conforme ensina (IMBERNÓN, 2010), um desenvolvimento da profissão com o sentido de melhorar a prática pedagógica, renovar teorias até então não conhecidas, com o fito de renovar os saberes na construção da profissão (FEITOSA FILHO *et al*, 2019, p. 27 in MONTENEGRO, 2019).

Essa mudança de paradigma só é possível por meio de uma formação continuada aberta ao novo e que não se limite a aspectos técnicos ou formais. Formação de professores/as é um termo amplo que pode referir-se à formação básica, suplementar ou contínua. Pode-se definir a formação básica de professores/as como um processo obrigatório para que o/a profissional se qualifique para a docência. No Brasil, esse processo equivale ao ensino aprovado no currículo de pedagogia para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (GUELLEC *et al.*, 2018).

Normalmente, esses cursos incluem formações teóricas, práticas e devem ser supervisionados por professores/as experientes, coordenadores/as e dirigentes escolares. Por outro lado, além da pós-graduação, a formação complementar pode incluir seminários, workshops e cursos gratuitos em áreas profissionais (PALOS, 2018).

Além da formação em serviço e da qualificação profissional, mestrados, doutorados e MBAs também podem fazer parte da formação continuada. Como o nome sugere, a educação continuada descreve o processo de busca constante do aprimoramento profissional (REIS; OSTETTO, 2018).

A formação continuada pode ser realizada pessoalmente ou remotamente por meio de uma série de métodos, atividades e ferramentas. Cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, palestras, workshops, atividades e mecanismos de avaliação (como testes) são tipos de ferramentas desses processos formativos para professores/as (GUELLEC et al., 2018).

Recentemente, a formação continuada tem atraído atenção devido à sua discussão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos principais documentos normativos que definem métodos básicos de aprendizagem para os/as estudantes brasileiros/as. A BNCC discutiu os temas, a carga horária e requisitos mínimos aprovados nas diferentes etapas e modalidades de ensino, bem como direcionar a elaboração dos currículos a serem implementados pelos sistemas de ensino (DE ALMEIDA, 2020).

Além de orientar currículos e a docência, o documento supracitado também prevê a formação continuada obrigatória dos/as professores/as. Um dos objetivos dessa formação é oportunizar aos/as profissionais da educação o aprimoramento dos conhecimentos formais, mas também o desenvolvimento das habilidades que promovam um trabalho docente de qualidade voltado à aprendizagem dos/as alunos/as (GUELLEC et al., 2018).

Caso seja aprovada, a proposta de uma base nacional de formação geral de professores para a educação básica, o processo de desenvolvimento de competências de professores/as no Brasil pode mudar em breve. A declaração foi finalizado em dezembro de 2018 e visa adequar a formação desses profissionais à BNCC, estabelecer uma linguagem comum para os conteúdos desejados e revisar as diretrizes dos cursos de educação e graduação. Nesse sentido, a proposta é baseada nos três seguintes aspectos: conhecimento: domínio dos conteúdos ensinados; prática: gestão da aprendizagem; engajamento: interação e compromisso quanto ao trabalho como educador (DE ALMEIDA, 2020).

Além disso, a partir do primeiro semestre do curso, o atual estágio obrigatório de 400 horas será substituído por um programa de residência, que é supervisionado por professores/as experientes e orientadores/as do corpo docente. No que diz respeito aos cursos de educação, o documento pretende dividir a graduação de quatro anos em três etapas distintas (GUELLEC *et al.*, 2018).

A fase inicial ocorrerá entre os dois primeiros anos, serão discutidas nas aulas de políticas públicas e políticas de ensino. No terceiro ano, os alunos de graduação se concentrarão em uma etapa da educação básica - educação infantil, alfabetização ou primeira série do ensino fundamental (REIS; OSTETTO, 2018).

No quarto (e último) ano, os futuros professores terão a oportunidade de se especializar, e escolher uma área de carreira entre educação especial, gestão, pedagogia ou educação profissional. O Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) também será aplicado aos futuros professores para lhes conferir qualificações, com validade de cinco anos. No entanto, para que entre em vigor, a proposta deve ser aprovada na Conselho Nacional de Educação (CNE) (DE ALMEIDA, 2020).

DIVERSIDADE NO CENÁRIO ATUAL

A diversidade sexual e de gênero refere-se à multiplicidade de identidades sexuais e expressões de gênero vivenciadas. Pessoas que fazem parte de minorias sexuais possuem uma orientação sexual ou identidade de gênero que não corresponde às expectativas da sociedade, ou seja, às normas heterossexuais (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

Essas pessoas geralmente se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binários (LGBTQIAPN+). Em uma sociedade onde a diversidade sexual e de gênero é plenamente reconhecida, todas as pessoas se sentem livres para exercer plenamente sua sexualidade sem se preocupar com os estereótipos, as chamadas características "femininas" e "masculinas" (DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2017).

Esse modelo de sociedade atribui igual importância e valor a essas características, sejam elas adotadas por mulheres ou homens. As mudanças nas forças geopolíticas varrem rapidamente o mundo, e afetam a vida de muitos, para melhor ou para pior. Da mesma forma, as atitudes em relação à diversidade de gênero e sexual são dinâmicas. Eles se movem em direção a uma maior aceitação em algumas partes do mundo, enquanto em outras, há resistência contra essa diversidade (GUÉTAT-BERNARD, 2017).

Uma sociedade verdadeiramente inclusiva deve ser aquela em que lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e demais integrantes da comunidade (LGBTQIAPN+) consigam experimentar uma liberdade cada vez maior para expressar suas vivências. No entanto, na maioria das sociedades, as pessoas com orientação sexual ou identidade de gênero fora do padrão heteronormativo enfrentam cada vez mais discriminação, abuso, violência e até a morte porque não se enquadram nas expectativas consideradas como padrão (OLTRAMARI; GESSER, 2019).

Os determinantes da diversidade de gênero e sexualidade podem ser entendidos de várias perspectivas. Isso inclui sexo biológico ou físico o que pode se enxergar ou se pode medir, identidade de gênero como as pessoas se identificam independentemente do sexo biológico; e

orientação sexual. Juntos, todos os elementos contribuem para a expressão de gênero de uma pessoa. Em outras palavras, como eles vivem a vida e experienciam suas sexualidades (JUNQUEIRA, 2017).

Para esclarecer as diferenças existentes entre identidade de gênero e orientação sexual, recorreremos aos estudos dos pesquisadores Lins, Machado e Escoura (2016), que de forma simples e clara elucidam essa diferenciação.

Pensamos que uma pessoa que nasceu com um pênis (corpo), por exemplo, automaticamente irá se comportar como homem (identidade de gênero), sempre sentirá atraído afetivamente e sexualmente por mulheres (desejo) e só com elas manterá relações sexuais (práticas sexuais). Do lado oposto, imaginamos que toda pessoa nascida com uma vagina terá identidade feminina, desejará homens e somente com eles manterá práticas sexuais. Tais expectativas sociais sobre como homens e mulheres devem orientar suas identidades e ações é o que chamamos de matriz de gênero (LINS, MACHADO e ESCOURA, 2016, p. 69-70).

A expressão de gênero, entretanto, depende do contexto, e isso inclui a sociedade em que as pessoas vivem. Abraçar o gênero humano e a diversidade sexual requer a aceitação do fato de que o alinhamento entre sexo físico, identidade de gênero e orientação sexual não segue necessariamente as regras heteronormativas. Cada faceta pode ser determinada independentemente das outras no curso do desenvolvimento de um indivíduo, tanto no útero quanto na vida pós-natal (DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2017).

É importante refletir, se a diferença ou variação por si só não causa angústia ou sofrimento, não deve ser considerada uma desordem ou uma doença, ainda que angústia ou sofrimento possam ser impostos por terceiros, o que é frequentemente o caso em indivíduos LGBTQIAPN+. Em sociedades onde a diversidade de gênero é aceita, a magnitude da angústia e do sofrimento impostos é reduzida (GUÉTAT-BERNARD, 2017).

Existem vários países que se aproximaram de abraçar a diversidade de gênero e sexual. A autoexpressão é um direito humano fundamental. Gênero e diversidade sexual são partes integrantes do ser humano. Isto é um fato. Também é fato que essa diversidade ocorre em muitas outras espécies. A aceitação da diversidade não deve ser baseada em dados científicos. Além disso, os dados em qualquer forma ou formato dificilmente convencem as pessoas que desejam impor as próprias crenças (MANO, 2017).

A ABORDAGEM DA DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

O ambiente escolar é importante porque ensina sobre o mundo ao redor e prepara as pessoas com as ferramentas de que se precisa para o sucesso futuro no mercado de trabalho.

Fora da sala de aula, os/as alunos/as também aprendem lições valiosas na escola, como habilidades sociais, comportamento, ética de trabalho, trabalhar para pessoas de quem não gostam e ganhar um senso de realização pessoal (DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2017).

Formar a população com a capacidade de ler e fornecer-lhes o conhecimento básico em várias áreas do conhecimento os ajudam a serem membros mais eficazes da sociedade. A escola aprimora as habilidades de pensamento crítico, examina múltiplas perspectivas e cumpre prazos, todos importantes para o desenvolvimento dos/as cidadãos/ãs (FRIGOTTO, 2017).

Em um nível muito prático, as escolas também fornecem um meio de atender às necessidades das crianças mais vulneráveis na sociedade. Há crianças em toda a América que chegam às escolas com cuidados médicos inadequados e condições médicas não diagnosticadas. Os/as professores/as e conselheiros/as são treinados para reconhecer os sinais de alerta de que as crianças podem precisar de suporte adicional, de óculos a aparelhos auditivos e medicamentos e terapias que salvam vidas (TORRES, 2010).

As escolas também trabalham em rede com organizações comunitárias para fornecer ajuda aos/as alunos/as cujos pais podem não ter condições de pagar pela assistência médica necessária. As escolas oferecem café da manhã e lanches gratuitos e com preços reduzidos para os/as alunos/as necessitados/as, e muitas desenvolveram "programas de mochila" para enviar comida para casa com crianças famintas nos finais de semana e durante os meses de verão. Dessa forma, as escolas são uma rede de segurança para os/as alunos/as (CARRARA et al., 2017).

A socialização na escola também fornece aos/as alunos/as meios de interação com outras pessoas que são diferentes deles/as. A família de um/a aluno/a e até mesmo a vizinhança podem parecer bastante uniformes em muitos aspectos. As escolas fornecem um contexto significativo para os/as alunos/as trabalharem com outros/as que são diferentes (FIGUEIRÓ, 2014).

Alunos/as de várias raças, etnias, religiões, habilidades físicas e habilidades mentais dividem o mesmo espaço todos os dias e aprendem a trabalhar em prol de objetivos comuns e a se envolver em conversas significativas. Isso é útil porque a sociedade trabalha para ser consciente das necessidades dos/as outros/as (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

A escola é permeada por uma variedade de indivíduos com orientações sexuais e identidades de gêneros distintos do modelo heterossexual, mas a diversidade sexual não está incluída efetivamente nesta instância social. A escola não é apenas um local no qual as crianças se desenvolvem física, social, emocionalmente e intelectualmente, mas também um local aberto às realidades sócio-históricas (TOZETTI, 2017).

Alguns jovens (meninas ou meninos) nunca tiveram acesso a referências positivas sobre a diversidade sexual. As impressões que esses/as jovens têm das pessoas dessas comunidades podem ser baseadas em estereótipos. É responsabilidade da escola promover um conhecimento positivo sobre essa diversidade (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

Em uma escola onde a diversidade sexual e de gênero é plenamente reconhecida, os/as adultos/as recebem treinamento e informações adequadas. Eles/as possuem as ferramentas para promover o desenvolvimento integral dos/as alunos/as. Isso inclui a identidade de gênero, que na adolescência está em pleno desenvolvimento (FERREIRA, 2014).

A escola pode e deve se tornar um lugar onde todos os/as jovens, incluindo meninos e meninas que se identificam com uma orientação sexual diferente, se sintam confortáveis. A escola torna-se um local onde podem encontrar referências culturais, sociais e históricas adequadas às necessidades dos/as discentes (BARROS, 2017).

No ambiente escolar, certos jovens e adultos que buscam se afirmar podem se tornar modelos acessíveis e desempenhar papéis positivos. Eles/as nutrem uma autoestima positiva, reconhecem a importância da orientação sexual e da expressão de gênero no desenvolvimento pessoal. Nesse contexto, cada indivíduo se sente seguro e bem consigo mesmo, livre de qualquer intimidação, assédio e exclusão. A escola se torna um lugar onde a diversidade sexual e de gênero é valorizada, um lugar onde os/as jovens podem ser eles/as mesmos/as (JUNQUEIRA, 2017).

O tema “Questões de Gênero e Impacto Social nas Escolas” surge da observação cotidiana dos/as integrantes do grupo nas escolas e da discussão sobre a importância do gênero na sociedade. A sociedade determina os estereótipos de gênero, e as crianças são o resultado desse ambiente. Cabe à escola decidir se terá um ambiente e profissionais que concretizem a prática dos valores de igualdade e respeito entre homens e mulheres, e que permitam às crianças vivenciar todas as possibilidades relacionadas aos papéis de homens e mulheres (MANO, 2017).

A escola é um dos campos sociais em que se disseminam conceitos, valores, crenças e relações interpessoais. Desde a tenra idade, os indivíduos estabelecem relações sociais entre pares. Na infância, as crianças reproduzem e interpretam o mundo social por meio de jogos simbólicos. No entanto, o refinamento social infantil tornou-se uma releitura da ordem cósmica e das relações sociais dos adultos (FRIGOTTO, 2017).

Portanto, as crianças usam os adultos como conhecimento e diretrizes para se adaptarem às interações sociais da vida adulta para verificar as organizações que criam. Como se, por meio do princípio do adulto, as crianças pudessem escolher com quem brincar, porque têm uma

identificação maior com essa pessoa do que com aquela. As características físicas são utilizadas como critérios e podem ser facilitadores mútuos, que confirmarão se a criança será aceita ou impedida de participar de grupos culturais e sociais que lhe interessam (TORRES, 2010).

O apoio ao respeito às diferenças, a luta contra todos os tipos de preconceitos, a conquista de visibilidade para as expressões de gênero e sexualidades dissidentes devem ser vivenciadas no ambiente escolar. A escola não pode mais ser concebida apenas como disciplinadora e reprodutora de condutas vistas como “normais”. No entanto, na prática, ainda não vivenciamos essas mudanças, uma vez que as escolas continuam a desprezar os diferentes comportamentos relacionados aos papéis de gênero que fogem ao padrão cisgênero heteronormativo (CARRARA et al., 2017).

As indagações sexuais são determinadas pela cultura e pela sociedade, e são fatos históricos decisivos, conservadores e alienados. É preciso transcender os estereótipos, desconstruir os preconceitos que existem na sociedade, coibir as normas que oprimem o povo, condenam o gênero e desvalorizam a cultura da desvalorização humana (FIGUEIRÓ, 2014).

Cada escola tem as características específicas de acordo com a localização, ou seja, com a cultura da sociedade na qual está inserida. Além disso, cada escola tem os próprios “clientes” e os atende. Ou seja, na atualidade, as escolas precisam atender às necessidades específicas do público que dela participa (TOZETTI, 2017).

Porém, em condições de relações sociais, ainda há um longo caminho a percorrer. Como no que diz respeito às diferenças de gênero, pode-se dizer que a desigualdade entre homens e mulheres continua, pois os papéis sociais estabelecidos pela identidade de gênero ainda estão ligados ao prestígio masculino, sabedoria e sensibilidade e obediência feminina. Na escola, a situação não é diferente e esses conceitos continuam sendo reproduzidos (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

Frequentemente, as meninas são excluídas de participar de atividades que envolvam controle e tomada de decisões. E esse método de exclusão não tem chamado a atenção porque se consolidou na sociedade como se fosse natural da mulher (OLTRAMARI; GESSER, 2019).

Uma situação semelhante pode acontecer com alunos/as que apresentam comportamentos diferentes do gênero para o qual foram designados/as ao nascer. Em outras palavras, alunos/as que estão interessados/as em pessoas do mesmo sexo são geralmente insultados explicitamente por colegas ou secretamente maltratados pelos professores/as, e nem sempre são capazes de lidar com essas situações (FERREIRA, 2014).

Esse tipo de comportamento ocorre porque as pessoas são afetadas pelo meio em que vivem, pois o tipo de comportamento que carregam é transmitido de forma normal, definitiva e única ao longo do desenvolvimento do ser humano. Além disso, todos os comportamentos que nos são estranhos (mesmo que se ignore os fatos históricos da existência da homossexualidade em um período distante), as pessoas tendem a menosprezá-los. A conclusão é que a questão do sexo é determinada pela cultura e pela sociedade, é um fato histórico decisivo, conservador e alienado (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeitar as diferenças, cultivar a tolerância e o convívio pacífico podem ser ações que permitam que a cidadania das pessoas LGBTQIAPN+ seja assegurada. A escola, como espaço plural, precisa se adequar aos novos tempos que exigem mudanças de comportamento frente à diversidade.

Nesse sentido, a formação continuada de docentes para as questões relacionadas à diversidade é urgente e necessária. Na contemporaneidade, não é possível conceber uma formação docente que não contemple pautas tão delicadas e essenciais para que os/as futuros/as docentes consigam atuar de forma assertiva frente às situações de preconceito e intolerância à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar.

Para tanto, a formação docente voltada para a diversidade precisa ser efetivamente ofertada tanto em nível de formação inicial (na graduação/licenciatura), quanto na formação continuada, para que tenhamos docentes mais bem preparados/as para os desafios da educação atual e escolas mais inclusivas que cultivem a cultura da não-violência e o respeito pelas diferenças.

A educação para a diversidade se faz urgente e requer desprendimento por parte daqueles/as que organizam os currículos, que preparam os/as futuros/as docentes para os novos cenários educacionais. A diversidade é uma realidade e precisa ser respeitada, não há mais espaço para o retrocesso e o preconceito relativos à temas tão urgentes e necessários como os relacionados ao gênero e à sexualidade. Uma educação voltada à diversidade será aquela que respeita as diferenças e que acolha todas as possibilidades de relações humanas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Sullivan Charles. “**Gênero e Diversidade na Escola em Goiás**: relato de experiência”. Revista Café com Sociologia, v. 6, n. 1, p. 201-212, jan./abr. 2017

CARRARA, Sérgio; NASCIMENTO, Marcos; DUQUE, Aline; TRAMONTANO, Lucas; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

DE ALMEIDA, M. M. **Formação pedagógica e desenvolvimento profissional no ensino superior: perspectivas de docentes**. Rev. Bras. Educ. vol.25 Rio de Janeiro 2020 Epub 02-Mar-2020

DE OLIVEIRA JUNIOR, I. B.; MAIO, E. R. “**Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais**”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. Revista e-Curriculum, 15(1), 125-152. 2017.

FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FEITOSA FILHO, Cícero Barros *et al.* A importância da formação continuada de professores da educação básica: gênero e sexualidade em questão. In: MONTENEGRO, Rúbia Kátia Azevedo (Org.). **Educação: caminhos e possibilidades**. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. p. 25-38.

FERREIRA, AJ., org. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 182 p. ISBN 978-85-7798-210-3.

FIGUEIRÓ, Mary N. Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2014.

FRIGOTTO, Gaudencio. (2017). “**A gênese das teses do Escola sem partido: esfinge e ovo de serpente que ameaça a sociedade e a educação**” em _____. (Org). Escola "Sem" Partido. esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ªed.Rio de Janeiro: LPP-UERJ, v. 1, p. 17-34.

GUELLEC, D.; LARRUE, P.; ROY, S.; WEKO, T. OECD. **Review of the Tertiary Education**. Research and Innovation System in Portugal. Portugal: OECD, 2018

GUÉTAT-BERNARD, Hélène; LAPEYRE, Nathalie. “**Les pratiques contemporaines de l’empowerment: pour une analyse des interactions entre pratiques et théories, individu.e.s et collectifs**”. Cahiers du Genre, n. 63, p. 5-22, 2017

JUNQUEIRA, Rogério. (2017): “**Ideologia de Gênero**”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais” em RAMOS, Marcelo Maciel; Gravatá NICOLI, Pedro Augusto; Campos ALKIN, Gabriela. (orgs). Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via Editora, pp.221-236.

LINS, Beatriz Accioly; Machado, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LISITA, Verbena; ROSA, Dalva; LIPOVETSKY, Noêmia. A Formação de Professores e Pesquisa: uma relação possível? In: ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. P. 107 a 127.

MANO, M. K. (2017). **Da suspeição à suspensão: reflexões sobre os caminhos recentes da democracia brasileira sob uma perspectiva de gênero**. Ciência e Cultura, 69(1) , 34-38.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C.; LEITE, D.; FRANCO, M. E.; CUNHA, M. I. **A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, jan./mar. 2016

NASCIMENTO, Maria Livia; França CHIARADIA, Cristiana de. (2017): “**A retirada da orientação sexual do currículo escolar:** regulações da vida” em Sisyphus Journal Of Education, v. 5, nº 1, pp. 101- 116, 2017.

OLTRAMARI, L. C; GESSER, M. **Educação e gênero:** histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. Rev. Estud. Fem. vol.27 no.3 Florianópolis 2019 Epub Oct 21, 2019

PALOS, A. C. **Desafios da investigação com crianças na formação de professores: contributos da sociologia da infância.** Educ. Pesqui., v. 44, e182055, 2018

REIS, G. A. de S. V. dos; OSTETTO, L. E. **Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada.** Educ. Pesqui., v. 44, e180983, 2018. ISSN: 1517-9702

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TOZETTI, Renata de Fátima. **O curso gênero e diversidade na escola (GDE):** uma análise sobre o olhar de cursistas da UFPR litoral. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral/UFPR, Matinhos, PR, Brasil

CAPÍTULO 14

A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA EM PRÁXIS

DOI 10.47402/ed.ep.c2022190314358

Gesilane Alves de Oliveira
Luciana Matos Candido Vieira
Débora Jacob Neto Barbosa

RESUMO

No momento em que o capitalismo impõe a cada dia um ritmo acelerado de informações e de inúmeras atribuições ao professor e no qual o neoliberalismo influencia a organização das estruturas educacionais, se faz cada vez mais necessário pensar as práticas docentes no sentido de superar a alienação e o automatismo em que muitas vezes se dá o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir a importância do pensamento filosófico sobre o fazer pedagógico, enquanto meio de refletir criticamente sobre as concepções de homem, sociedade e educação, a partir de princípios éticos, políticos, culturais e filosóficos, não perdendo de vista o objetivo maior do ato de educar: o processo de humanização do homem por meio da apropriação da cultura e dos conhecimentos constituídos historicamente e socialmente. O percurso metodológico adotado, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual são apontados o pensamento filosófico como uma maneira de refletir sobre o mundo; as concepções de Sócrates, Platão e Aristóteles sobre a construção do pensamento filosófico e a importância da Filosofia da Educação para a formação de professores tendo como aporte teórico autores como Karl Marx, Paulo Freire, Joaquim Severino e Saviani, uma vez que eles ressaltam a importância da percepção da realidade a partir de um viés crítico, reflexivo e transformador. Reflexões dessa natureza possibilitam a transformação da prática pedagógica em práxis, uma vez que oportunizam a reformulação de pressupostos e conceitos que fundamentam perspectivas de atuação docente no âmbito da formação cidadã e da transformação da relação do homem com o mundo. Nessa perspectiva, enfatiza-se a relevância da Filosofia da Educação currículos dos cursos de formação inicial e continuada de professores.

PALAVRAS - CHAVE: Filosofia. Formação de professores. Práticas docentes. Humanização.

INTRODUÇÃO

O fazer pedagógico no sentido da formação crítica e cidadã tem se tornado um desafio constante no âmbito das escolas públicas brasileiras, devido às estruturas sociais, políticas, culturais, ideológicas e das relações de trabalho impostas pelo sistema capitalista, estabelecido, sobretudo após a Revolução Industrial ocorrida no século XIX.

A doutrina política e econômica neoliberalista atual que visa a privatização dos serviços públicos e uma participação cada vez menos expressiva do Estado na economia, também contribui fortemente para que a educação pública seja projetada num modelo de reprodução de currículos, conceitos, ideologias e métodos de ensino que acabam reforçando as desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, políticas públicas educacionais e propostas curriculares engessadas, como a Base Nacional Comum Curricular e os Documentos Curriculares estaduais se configuram em mecanismos de controle da estrutura organizacional, do fazer docente e das aprendizagens essenciais dos estudantes, tirando cada vez mais dos professores e das escolas públicas, o domínio sobre os conteúdos a serem ensinados.

No momento em que o capitalismo impõe a cada dia um ritmo mais acelerado de informações e de inúmeras atribuições ao professor, a educação escolar tem ocorrido também de forma cada vez mais acelerada e automatizada sem se refletir efetivamente sobre os condicionantes que a engendram, bem como, sobre os direcionamentos que esta precisa para se tornar instrumento de transformação social e coletiva. Nesse sentido, apresenta-se como eixo norteador a seguinte questão: Qual é a contribuição da Filosofia da Educação para a construção do pensamento crítico e filosófico no âmbito da formação docente e da atuação transformadora?

Considerando a necessidade do constante exercício de (re) pensar a educação escolar como meio de transformação humana e de superação das relações de exploração da classe trabalhadora pelos donos dos meios de produção, é objetivo desse artigo discutir a importância do pensamento filosófico na formação de professores e no fazer pedagógico, enquanto meio de refletir criticamente sobre as concepções de homem, sociedade e educação, a partir de princípios éticos, políticos, culturais e filosóficos, não perdendo de vista o objetivo maior do ato de educar: o processo de humanização do homem por meio da apropriação dos conhecimentos constituídos historicamente e socialmente e a transformação da realidade.

Para tal discussão foi adotado como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo como aporte teórico autores como Marx, Severino e Saviani, uma vez que eles abordam o caráter dialético do fazer pedagógico, bem como, a necessidade de um olhar crítico sobre as bases nas quais estão assentadas a sociedade e a educação.

Ressalta-se, nesse sentido, a relevância da Filosofia da Educação nos cursos de formação inicial e continuada de professores, como forma de instrumentalizá-los com os conhecimentos necessários para transformar a prática docente em práxis, a partir da reformulação de pressupostos e conceitos que fundamentam perspectivas de reflexão e de atuação docente no âmbito da formação cidadã e da transformação da relação do homem com o mundo. O texto está organizado em seções. A primeira seção aborda sobre o Pensamento Filosófico - Uma maneira de refletir sobre o mundo; a segunda seção trata das concepções de Sócrates, Platão e Aristóteles sobre a construção do pensamento filosófico, e a terceira seção

ênfatisa a importante da Filosofia da Educação na formação de professores. E por fim, apresentamos as considerações finais.

1.PENSAMENTO FILOSÓFICO - UMA MANEIRA DE REFLETIR SOBRE O MUNDO


A Filosofia como referencial do conhecimento racional surgiu na Grécia Antiga por volta do século VI a.C, quando o povo grego passou a sentir a necessidade de compreender a relação do homem com os outros homens, com a natureza e com o meio no qual está inserido, para além dos dogmas e paradigmas mitológicos. Até então, a existência humana, o mundo e tudo o que acontecia ou existia era explicado por meio dos mitos.

A mitologia grega se configurava em uma crença politeísta, composta por várias entidades, deuses e semideuses usados para explicar o universo e tudo o que acontecia. As narrativas explicativas eram repletas de elementos e seres míticos aos quais eram atribuídos sentimentos como a fúria e benevolência que poderiam ser usados para explicar acontecimentos cotidianos, fenômenos naturais e situações de prosperidade ou castigo. Os diversos aspectos da vida humana estavam relacionados a essas divindades que guiavam o universo. Entretanto, essa forma de enxergar a realidade foi se modificando e o uso da razão (lógos) foi ganhando cada vez mais espaço, ao passo que as crenças (consciência mítica) foram dando lugar à argumentação e às explicações lógicas (consciência filosófica).

Apesar de o surgimento da Filosofia não ser marcado por um fato histórico em específico, acontecimentos como as trocas comerciais e culturais entre os povos gregos e egípcios, as viagens marítimas, o aprimoramento da escrita, a invenção do calendário, a divisão de terras, a exaltação da razão, o surgimento da política e o fortalecimento da vida urbana e as formas de organização econômica, política e social, por meio da constituição das cidades-estados ou polis, contribuíram para que ela se configurasse como um meio de observar e questionar a realidade, estabelecendo reflexões racionais, no campo da Ciência, da Arte, da Religião e da própria vida cotidiana. Essa nova forma de enxergar os fenômenos naturais, a existência humana e as relações dela constituídas, se espalhou pelo Oriente e pelo Ocidente levando a formas de compreensão e de posicionamento diante do mundo, mais questionadoras e racionais.

2. AS CONCEPÇÕES DE SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO

De origem grega, o termo “Filosofia” foi criado pelo filósofo Pitágoras e advém da união das palavras “philos” (amor) e “sophia” (conhecimento), significando, portanto, “amor ao conhecimento”. Os primeiros filósofos, também chamados de filósofos pré-socráticos, se



dedicaram a partir do final do século VII a.C., à investigação sobre a natureza (physis), estabelecendo princípios lógicos para a formação do mundo, buscando fazê-la de forma mais apartada das explicações míticas.

Com o amadurecimento do pensamento filosófico e a problematização da vida pública, a investigação dos filósofos foi deixando gradativamente de se relacionar à natureza e voltou-se para as atividades humanas, caracterizando um novo período na Filosofia, denominado de Período Antropológico.

O referido período teve como representante o filósofo Sócrates, referenciado como o “Pai da Filosofia”, por ter sido o responsável por desenvolver a chamada “atitude filosófica”, ou seja, a atitude de romper com o senso comum e problematizar a realidade, posicionando de forma crítica e questionadora até mesmo nos aspectos mais comuns e triviais no cotidiano, negando as certezas do senso comum.

Este filósofo buscava sempre realizar suas reflexões filosóficas nas praças públicas da cidade de Atenas, conversando com especialmente com os mais jovens sobre assuntos como política e religião. Por esse motivo, foi acusado de se associar aos sofistas e de corromper a juventude, quando esses jovens passaram a questionar as tradições da sociedade aristocrata. Foi condenado à morte.

Junto a seu discípulo Platão construiu as bases pela busca do conhecimento que influenciou e influencia o pensamento ocidental até os dias de hoje, abordando assuntos como ética, política e moral de forma questionadora. A prática do questionamento é comparado por ele à um parto, momento no qual acontece a mudança nas estruturas pré-existentes, para que ocorra uma nova situação. Para ele, o filósofo é o responsável por levar o indivíduo a realizar questionamentos até que seja possível adquirir novos conhecimentos de forma racional.

Platão, considerado um dos maiores filósofos da história, acreditava que o conhecimento é fruto do convívio entre os homens que praticarem discussões e questionamentos tendo as ideias e a realidade como o próprio objeto do conhecimento intelectual, desenvolve a capacidade de refletir sobre a realidade circundante.

Buscou exemplificar sua teoria por meio da alegoria, o mito da caverna, na qual a caverna representa tudo aquilo que nos mantém em um grau menos elevado de sabedoria e o movimento em direção a saída da caverna representa a saída do estado de ignorância pela falta

do conhecimento, o abandono do conhecimento empírico e a busca pelo saber de forma racional.

No aspecto político, Platão adotou uma visão humanista, refletindo sobre o homem e uma sociedade justa. Ele considerava a política como uma das mais atividades humanas mais nobres, visto que estava relacionada com a pólis, bem como, com a organização da vida dos cidadãos. No entanto, criticou profundamente a política de seu tempo, bem como, a democracia que não é capaz de garantir a isonomia e a igualdade de direitos e que visa a ganância, o individualismo e a injustiça. Nesse sentido, propôs uma mudança radical na organização e na distribuição do poder na pólis, a fim de se obter uma cidade mais justa e equilibrada. Tal mudança só ocorreria a partir da educação dos governantes e dos cidadãos, pois o debate e a disputa entre os diferentes projetos políticos, é preciso que os homens estabeleçam relações igualitárias de participação na vida pública da cidade, de reciprocidade e não de sujeição.

Para Platão, a educação, se praticada pela razão procedendo dialeticamente, torna-se o fundamento e a sustentação da justiça. Entretanto, a justiça nada mais é do que a dimensão social da virtude, o princípio da ética social que sustenta a vida digna da comunidade. A sociedade justa se sustenta nos princípios da ética (SEVERINO 2006, p.623-624).

Aristóteles (384-332 a.C.), discípulo de Platão, foi um dos mais importantes filósofos gregos. Foi se afastando gradativamente das ideias de seu mestre, passando a considerar o conhecimento empírico e defendendo a democracia como uma das melhores formas de se governar. Para ele a ideia surge de forma posterior à observação do mundo e da forma como cada um experiencia a realidade. Para ele a formação ética e política do indivíduo tem profunda ligação com a educação e se configura no caminho para a virtude. Assim, a transformação do mundo, a construção da sociedade e o aprimoramento da existência advém diretamente da transformação da essência do sujeito.

3. A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao analisarmos o processo de desenvolvimento da civilização humana, é possível perceber que Educação e Filosofia são dois campos que se relacionam de forma intrínseca.

Na concepção de autores como Marx, Freire, Saviani e Severino, a educação surgiu como forma de humanizar o homem, garantindo-lhe o acesso aos conhecimentos constituídos historicamente como forma de superar as relações de desigualdade e exploração.

A Filosofia surgiu com o objetivo de buscar explicações racionais sobre a realidade e os fenômenos naturais e sociais, diferentemente das apresentadas pela mitologia, provocando o pensamento crítico e reflexivo em várias áreas do conhecimento, inclusive o educacional.

Nesse sentido a dimensão filosófica na formação do professor é inquestionável. Esse profissional tem como função, instigar e dar suporte para a formação do pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade tal como ela se apresenta e é vivenciada, percebendo as contradições para que seja possível compreendê-la para além da alienação. Sob esse aspecto ressalta-se que:

Sua formação não pode ser concebida e realizada como mero, treinamento para o desempenho de tarefas técnico-didáticas do ensino, dentro de uma visão muito estreita da profissionalidade, esvaziada de qualquer dimensão humanística. Do igual modo, sua futura atuação profissional como docente não pode se dar como pura execução de atividades técnicas. A formação profissional que é de se esperar do educador, precisa ir muito além de um domínio de competências e habilidades operativas (SEVERINO, 2017, p.3).

Nessa perspectiva, os se pensar sobre formação de professores para o fazer educativo, a nível superior e também de forma continuada não se pode focar apenas nos aspectos técnicos. É necessário que se considere sobretudo, a formação humana, levando em conta o contexto no qual os atores envolvidos no processo formativo estão inseridos e buscando lançar luz sobre a compreensão do sentido da existência, bem como, sobre os princípios e fins da educação enquanto ação para a transformação do homem e da sociedade.

O embasamento teórico científico e a formação filosófica se constituem assim, como saberes que não se substituem, mas se complementam como maneira de instrumentalizar o professor para que ele possa refletir sobre os discursos ideológicos que enviesam o sistema de organização e funcionamento das instituições educacionais e a execução das práticas pedagógicas por meio de currículos padronizados e conteúdos bimestralizados que diminuem a autonomia da escola e do professor no planejamento de suas ações educativas e perpetuam, sob o discurso da igualdade, os preceitos da ideologia neoliberal.

Ser professor em seu sentido genuíno, significa ser capaz de pensar antes de tudo no sentido de seu trabalho, nos objetivos que se busca alcançar e na intencionalidade ética, política e ideológica que envolve o seu fazer docente, diante dos paradigmas que envolvem historicamente a educação. Deixar a prática pedagógica puramente tecnicizada, automatizada e buscar a práxis reflexiva que transforma saberes em ações que ensinam não somente conteúdos escolares, mas que ensinam também a pensar e a agir de forma crítica e ativa sobre o meio, a questionar o porquê das coisas e não aceitar tudo simplesmente como se fosse natural. Nessa perspectiva,

A Filosofia da Educação deve superar seu caráter enciclopédico que trata das ideias ou correntes do pensamento filosófico sobre educação (sem negar a importância do saber dessas ideias) tornando-se o espaço para se pensar epistemológica, axiológica e ontologicamente o fenômeno educativo com vistas ao questionamento dos fundamentos do currículo, dos métodos, das ideias de avaliação, do projeto pedagógico, problematizando os sentidos do que fazer educacional. A Filosofia torna-se uma experiência educativa que nos permite crescer e a Filosofia da Educação, um

exercício atento que mantém viva a ligação entre educação e sua dimensão filosófica. (MARCONDES, 2017, p.11)

Embora Karl Marx (1818 – 1883) não tenha voltado seu olhar de forma direta para a educação, este teórico trouxe várias contribuições para esse campo, ao alicerçar juntamente com Frederich Engel (1820 – 1882), o método do materialismo histórico dialético como forma de explicar como a sociedade se constitui e se estrutura social, econômica e historicamente a partir das relações de trabalho estabelecidas durante a produção de bens materiais nas quais ocorrem a exploração da classe proletariada (trabalhadores) pelos donos dos meios de produção (burguesia). De acordo com Marx, além de possuir o domínio sobre os meios de produção, a burguesia domina também os discursos e ideologias políticas, culturais, sociais e econômicas que ao serem disseminados, levam os trabalhadores a uma situação de não percepção da estratificação social, dos antagonismos dessa divisão e das relações de exploração sob as quais se sustentam esse modelo de sociedade. Para ele, a possibilidade de mudança, superação ou desnaturalização dessa situação de alienação diante da exploração de um grupo sobre o outro, só acontece a partir do momento em que há a tomada da consciência de classe pela parte explorada.

Assim, o materialismo histórico dialético, corrobora com a ideia da necessidade da reflexão filosófica também no campo educacional, ao chamar a atenção para a necessidade de compreensão das formas de organização social advindas do capitalismo, seus condicionantes e, a partir dessa percepção, enxergar o fazer educativo como um ato de caráter ético, político e intencional na perspectiva de possibilitar às classes menos favorecidas a construção de uma visão de mundo crítica diante da realidade na qual estão inseridos, se libertando da alienação e da dominação.

Paulo Freire (1921 – 1997), importante educador brasileiro, teve como uma de suas preocupações centrais a educação da classe trabalhadora. Com sua teoria de educação para a libertação e da pedagogia para autonomia, alicerça-se na premissa de que o processo de ensino aprendizagem deve se dar de forma conectada com a realidade do educando, com seus conhecimentos prévios e suas experiências de vida, dando-lhe a possibilidade de aprender não só os conteúdos escolares, mas também de tomar consciência de sua condição histórica e social, refletindo sobre ela de forma crítica e buscando a transformação. Nesse sentido, Kohan (2018, p.106) afirma que Paulo Freire se aproxima muito da concepção filosófica socrática, ao conceber a Filosofia como instrumento de reflexão sobre a forma “de ser, conhecer e habitar o mundo, com base na pergunta, na curiosidade e na incompletude”.

Dermeval Saviani, outro importante educador e teórico brasileiro buscou embasamento nos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético para criar a teoria da

Pedagogia Histórico - Crítica, como alternativa as práticas reprodutivistas. De acordo com os seus pressupostos, a educação escolar precisa estar a serviço dos interesses da maioria da população e cumprir a sua função social de socializar os saberes sistematizados historicamente e cientificamente. Dessa forma, as práticas docentes não devem fragmentar a dimensão ontológica (visão de mundo) da dimensão epistemológica (conhecimento). Nessa perspectiva, é necessário considerar a prática social do homem como ponto inicial e final da prática educativa, tendo como pilar os pressupostos teórico-metodológicos de uma educação crítica e contra-hegemônica. Para ele, a passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária.

Pelo exposto, percebe-se que as teorias apresentadas buscam a afirmação do fazer pedagógico fundamentada na articulação entre teoria e prática (práxis), contribuindo para que os indivíduos ultrapassem a visão imediata e superficial dos fenômenos que envolvem a constituição das relações humanas no contexto histórico, político e social.

Finalmente, ao buscar embasamento nos pressupostos teórico metodológicos dos autores supracitados para responder sobre a questão da contribuição da Filosofia da Educação para a construção do pensamento filosófico e crítico no âmbito da formação docente e da atuação transformadora, é possível afirmar que ela se mostra imprescindível nesse processo, na medida em que contribui para a formação crítica e reflexiva desses profissionais e influencia no processo de ensino-aprendizagem promovido nas escolas, estimulando a curiosidade, a reflexão e o pensamento crítico dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar filosoficamente é partir sempre daquilo que já existe e realizar observações, questionamentos, reflexões, colocando as certezas em situação de dúvida entrelaçando novas visões para que novas possibilidades de compreensão sejam possíveis.

A Filosofia da Educação fomenta a discussão sobre a formação e a prática dos professores, ressaltando que a teoria sem a visão dialética e a ação transformadora não modificam o fazer pedagógico. É preciso que o trabalho docente seja um ato intencional de humanização do homem e de transformação da realidade.

Nesse sentido, a presença da Filosofia da Educação como disciplina nos cursos de formação inicial e continuada dos professores se configura na oportunidade de construir junto a esses profissionais, a capacidade de pensar criticamente sobre as concepções de homem, sociedade e educação, impostas pela sociedade capitalista e neoliberal, buscando nos princípios éticos, políticos, culturais e filosóficos, a superação de práticas pedagógicas automatizadas e

esvaziadas de sentido que pouco ou quase nada contribuem para libertar a população das situações de alienação, opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, A. M., Bonin, J.C. Filosofia da Educação: implicações e impactos na pedagogia. **Educere et Educare**, [S.I.], v.13, n.27, p. DOI: 10.17648/educare.v13i27.16850, 2018. Disponível em: <https://e-vesta.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/16850>. Acesso em: 5 set. 2022.

FILHO, Augusto Gonçalves. FERNANDES, Silvandira Resende. PINTO, João Rodrigues. **Marxismo e a educação: Uma perspectiva sociológica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 12, Vol. 05, pp. 85-101. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/marxismo-e-a-educacao>

KOHAN, Omar Walter. **Paulo Freire, a filosofia e a vida**. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 29, set-dez 2018, p.90-112. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/520/223>. Acesso em: 11 set. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica** [livro eletrônico], 19ª ed., Capinas, SP: Autores Associados, 2021. Coleção Contemporânea. ISBN 978-65-88717-43-1. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o/u_RMEAAAQRMM?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PT10&printsec=frontcover. Acesso em 28 agos 2022.

SAVIANI, D. (2021). Pedagogia histórico-crítica e pedagogia da libertação: aproximações e distanciamentos. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 13(3), 170–176. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.47177>.

SEVERINO, A. J.; LORIERI, M. A.; MARCONDES, O. M.; BARALDI, S. A. **Filosofia da educação e formação de educadores**. Revista Actas, v.4, 2017. Disponível em: <http://filosofiaeducacion.org/actas/index.php/act/article/view/218>. Acesso em: 11 set. 2022.

SEVERINO, Antônio José. **A busca do sentido da formação humana**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, p.619, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rhVxLn4XhLWjYJKXB7grswG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 13 set. 2022.

TOMAZETTI, Elisete M. Papel da Filosofia na formação de educadores. In: SEVERINO, A. J.; LORIERI, M. A.; GALLO, S. **O papel formativo da Filosofia. (orgs.)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ORGANIZADORES

MANOEL SOARES DE ARAGÃO



Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Catalão- UFCAT (2022). Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – PY. Graduado em Pedagogia pela Fundação Universidade do Tocantins– UNITINS. Especialista em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX. Professor da Universidade Estadual de Goiás – UEG – Unidade de Campos Belos, escritor (poeta) autor do livro “O Tabaréu” e participação com onze poemas na Obra “Mosaico Vozes do Ser-Tão Poético”, organizada por professores da Universidade Estadual de Goiás.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6884779093016613>

E-mail: aragao132015@gmail.com

ORGANIZADORES

CELSINEIDE MENDES DE MOURA



Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Catalão- UFCAT (2022). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2004). Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. Professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (2006).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7677630934395610>

Email: celsineide.moura@outlook.com

ORGANIZADORES

MÁRCIA MACÊDO COSTA



Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (UFU/FACIP), ano de 2016, onde atuou como bolsista nos Subprojetos Alfabetização Matemática e Interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UFU). Durante a graduação atuou como professora voluntária do curso pré-vestibular para alunos(as) de baixa renda oferecido pela universidade. Pós graduada em Inclusão da Diversidade no Espaço Escolar pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal, Ituiutaba- MG (2017). Pós Graduada em Docência na Educação Infantil - UFU (2019). Pós Graduada em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Faculdade Única, Ipatinga-MG (2020). Pós graduada em Análise do Comportamento-ABA pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI, 2022). Cursando bacharelado em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais(UEMG), na cidade de Ituiutaba-MG, Mestranda em Educação, pela Universidade Federal de Catalão-GO. Professora pesquisadora, integrante do grupo Núcleo de Formação de professores e práticas educativas (NuFOPE), Jataí-GO. Professora de Educação Especial, efetiva da Rede Municipal de Educação de São Simão-GO desde 2019.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2031345139836712>

E-mail: cmarciamacedo@gmail.com

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

MANOEL SOARES DE ARAGÃO
CELSINEIDE MENDES DE MOURA
MÁRCIA MACÊDO COSTA

ORGANIZADORES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

MANOEL SOARES DE ARAGÃO
CELSINEIDE MENDES DE MOURA
MÁRCIA MACÊDO COSTA

ORGANIZADORES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

NUMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2022